



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

RODRIGO PARIS GASPARINI

**MOVIMENTOS SOCIAIS, ESTADO E SUAS DINÂMICAS DE INTERAÇÃO:
UM BALANÇO DE DUAS DÉCADAS DO MOVIMENTO DE DIREITOS
HUMANOS DO ESPÍRITO SANTO**

Vitória, 2020

Rodrigo Paris Gasparini

**MOVIMENTOS SOCIAIS, ESTADO E SUAS DINÂMICAS DE INTERAÇÃO:
UM BALANÇO DE DUAS DÉCADAS DO MOVIMENTO DE DIREITOS
HUMANOS DO ESPÍRITO SANTO**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, sob a orientação da Profa. Dra. Euzeneia Carlos.

Vitória
2020

G249 Gasparini, Rodrigo, 1994-
m Movimentos sociais, Estado e suas dinâmicas de interaçãoUm
balanço de duas décadas do Movimento de Direitos Humanos do
Espírito Santo / Rodrigo Gasparini. - 2020.
97 f. : il.

Orientadora: Euzeneia Carlos.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e
Naturais.

1. Movimentos sociais. 2. Estado. 3. Repertório. 4. Direitos
Humanos. 5. Espírito Santo. I. Carlos, Euzeneia. II. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e
Naturais. III. Título.

CDU: 316

Rodrigo Paris Gasparini

**"MOVIMENTOS SOCIAIS, ESTADO E SUAS DINÂMICAS DE
INTERAÇÃO: UM BALANÇO DE DUAS DÉCADAS DO MOVIMENTO
DE DIREITOS HUMANOS DO ESPÍRITO SANTO"**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em 02 de março de 2020.

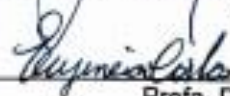
Comissão Examinadora:



Prof. Dra. Euzeneia Carlos (UFES)
Orientadora e Presidente da Comissão



Prof. Dr. Matheus Mazzilli Pereira (UVV)
Examinador externo



Prof. Dra. Euzeneia Carlos
Por: **Prof. Dra. Monika Weronika Dowbor da Silva (Unisinos)**
Examinadora externa

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todos que estiveram presentes em minha vida durante os anos de desenvolvimento dessa pesquisa. Sem vocês, dificilmente este (árido) caminho seria percorrido com a leveza e alegria com as quais o vivenciei nestes últimos dois anos, contrariando todas as minhas expectativas naturalmente pessimistas. Quem diria que os anos potencialmente mais “puxados” que a formação acadêmica pode propiciar seriam possivelmente os melhores de minha vida adulta? Com certeza não o Rodrigo de dois anos atrás!

Portanto, infinitos agradecimentos à turma do *Mestado* PGCS-2018 pelo companheirismo, crescimentos e afetos singulares que foram importantíssimos para a manutenção da saúde mental deste pesquisador, que ainda não acredita na sorte que teve de se esbarrar com tantas pessoas maravilhosas numa mesma turma. Em especial, sou muito grato às sensacionais companhias de Caio, Eliane, Elisa, Isadora, Izzy, Paula, Rayane e Vinicius, que sempre estiveram presentes nas resenhas e nas noites “terapêuticas” na Rua da Lama. Também agradeço a Amanda, que já me atura desde os tempos da graduação e ainda está sempre presente, seja para rir comigo, ou de mim, ou dar aqueles puxões de orelha no melhor estilo decolonial.

Gostaria de fazer um agradecimento especial à Euzeneia Carlos, pela incansável e cirúrgica orientação, que me propiciou (e propicia) inúmeros aprendizados e crescimentos pessoais desde o início de minha atividade de pesquisa no campo das ciências políticas, em 2015. Tenho muita gratidão e orgulho de ter feito parte da família NUPAD/LEP durante este período, e inclusive, não poderia deixar de agradecer os demais pesquisadores do grupo (e agregados) pelos ótimos momentos partilhados: em especial, agradeço a Alex, Lígia Lorena, PH, Pedro e Raquel pelas risadas, lanches e jogatinas de baralho que descontraíam as tardes de trabalho duro.

Agradeço também a todos os membros da banca, Matheus Mazzilli Pereira e Monika Dowbor pelo interesse em contribuir com este trabalho e, por consequência, com minha própria formação enquanto pesquisador. Também agradeço à Cristiana Losekann, pelos excelentes comentários e sugestões tecidos durante a banca de qualificação desta pesquisa.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES) por ter financiado esta pesquisa durante a totalidade de sua duração, possibilitando-me dedicação exclusiva ao mestrado durante os anos de 2018, 2019 e início de 2020.

Agradeço a meus familiares pelo apoio incondicional ao jovem que largou a engenharia para virar cientista político, e que agora mais do que nunca, encontra-se realizado com o que faz.

Por fim, meu maior agradecimento vai para todos e todas as ativistas e organizações engajadas na defesa dos Direitos Humanos no Espírito Santo. Agradeço por suas lutas e seus sacrifícios, que ajudaram a tornar o Espírito Santo um lugar melhor. Espero que essa dissertação tenha seu papel no resgate histórico e que torne um pouco mais conhecido esse importantíssimo capítulo da história capixaba recente, que infelizmente ainda não é discutido o bastante, tanto no meio acadêmico como pelo senso comum.

RESUMO

Esta pesquisa parte de uma densa revisão da literatura especializada dos movimentos sociais a fim de isolar as variáveis pertinentes para formalizar uma estratégia analítica capaz de compreender em termos mais gerais como as transformações nos *frames* de ação coletiva (BENFORD, SNOW, 2000) impactam nas dinâmicas interacionais e organizativas do Movimento de Direitos Humanos do Espírito Santo (MDH-ES). Entende-se que este é um caso inscrito na nova realidade empírica de institucionalização do ativismo, observada nos movimentos sociais brasileiros. Essa análise em *framing* se dará a partir da reconstrução das percepções e narrativas dos atores engajados acerca do contexto sócio-histórico da mobilização coletiva, buscando propor relações entre as transformações nos enquadramentos interpretativos e o processo de transformação nas dinâmicas interativas e organizacionais da rede de ativismo. Essa relação será estudada em duas diferentes campanhas empreendidas pela rede engajada na defesa dos direitos humanos no estado do Espírito Santo, especificamente, os períodos compreendidos como Campanha Contra a Impunidade e Violência (1993-2002) e Campanha Contra Violações no Sistema Prisional (2004-2010). Esse esforço se dará através da análise documental de dezenas de documentos produzidos durante o recorte temporal proposto, sendo eles provenientes tanto da sociedade civil, do Estado e da mídia, além de entrevistas realizadas com ativistas, visando reconstruir os processos históricos das campanhas. A delimitação conceitual das dinâmicas de interação e organizacionais estudadas se dará principalmente a partir da mobilização de ferramentas analíticas presentes nas seguintes formulações: *repertório de confronto* (TILLY, 2008); *repertório organizacional* (CLEMENS, 2010); *repertório de interação* (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014). Esse esforço se dará de forma a quantificar os repertórios de ação, interação e organizativos do movimento de direitos humanos de acordo com seus níveis de institucionalização e conflituosidade frente ao poder público, em diferentes temporalidades do recorte e investigar como se dá a transformação dessas dinâmicas ao longo do tempo, relacionando tais mudanças às variações nos *frames* de ação coletiva observados.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Estado; Repertório; Direitos Humanos; Espírito Santo.

ABSTRACT

This research starts from a dense review of the specialized literature of social movements in order to isolate the relevant variables to formalize an analytical strategy capable of understanding in more general terms how the transformations in the frames of collective action (BENFORD, SNOW, 2000) impact on the dynamics of action and organizational aspects of the Human Rights Movement of Espírito Santo (MDH-ES). It is understood that this is a case inscribed within the new empirical reality of institutionalizing activism, observed in contemporary Brazilian social movements. This framing analysis will take place from the reconstruction of the engaged actors' perceptions and narratives about the socio-historical context of collective mobilization, seeking to propose relations between the transformations in the interpretative frameworks and the transformation process in the interactive and organizational dynamics of the activism network. This relation will be studied in two different campaigns undertaken by the network engaged in the defense of human rights in the state of Espírito Santo, specifically, the periods known as Campaign Against Impunity and Violence (1993-2002) and Campaign Against Violations in the Prison System (2004- 2010). This effort will be made through the analysis of dozens of documents produced during the proposed time frame, by civil society actors, the State and media, in addition to interviews with activists, aiming to reconstruct the historical processes of the campaigns. The conceptual delimitation of the interaction and organizational dynamics studied will occur mainly from the mobilization of analytical tools present in the following formulations: confrontation repertoire (TILLY, 2008); organizational repertoire (CLEMENS, 2010); interaction repertoire (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014). This effort will be made in order to quantify the action, interaction and organizational repertoires mobilized by the human rights movement according to their levels of institutionalization and conflict with the public authorities, at different periods and to investigate how these dynamics are transformed over time, relating such changes to the variations in the observed collective action frames.

Keywords: Social movements; State; Repertoire; Human rights; Espírito Santo.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Padrões de interação.....	37
FIGURA 2: Índices de Homicídios por 100 mil habitantes no ES conforme o Instituto Jones dos Santos Neves.....	76
FIGURA 3: Aumento da população carcerária no ES por cor da pele/etnia.....	78
FIGURA 4: População carcerária e vagas disponíveis no ES.....	79
FIGURA 5: Número de presos por tipo de crime.....	80

LISTA DE SIGLAS

ALES	Assembleia Legislativa do Espírito Santo
CADH	Centro de Apoio aos Direitos Humanos
CDDH	Centro de Defesa de Direitos Humanos da Serra
CDDPH	Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CDH	Comissão de Direitos Humanos
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CEDH	Conselho Estadual de Direitos Humanos
CEPET	Comitê Estadual para a Prevenção e Erradicação da Tortura
CJP	Comissões de Justiça e Paz
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CPAE	Comissão de Processos Administrativos Especiais

CP	<i>Contentious Politics</i>
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
FAPES	Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo
FRES	Fórum Reage Espírito Santo
MDH-ES	Movimento de Direitos Humanos do Espírito Santo
MNDH	Movimento Nacional de Direitos Humanos
MR	Teoria de Mobilização de Recursos
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEА	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PP	Teoria do Processo Político
PT	Partido dos Trabalhadores
SDLC	Scuderie Deterive Le Cocq
SEDH	Secretaria Especial dos Direitos Humanos
SEJUS	Secretaria Estadual de Justiça
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UNIS	Unidade de Integração Socioeducativa

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Nível de conflituosidade C1 T1.....	65
---	----

TABELA 2: Nível de interação nos repertórios conflitivos em C1 T1.....	65
TABELA 3: Nível de interação nos repertórios de cooperação conflitual em C1 T1....	65
TABELA 4: Nível de interação nos Repertórios Organizacionais em C1 T1.....	65
TABELA 5: Nível de conflituosidade C1 T2.....	69
TABELA 6: Nível de interação nos repertórios conflitivos em C1 T2.....	69
TABELA 7: Nível de interação nos repertórios de cooperação conflitual em C1 T2....	69
TABELA 8: Nível de interação nos Repertórios Organizacionais em C1 T2.....	70
TABELA 9: Nível de conflituosidade C2 T1.....	82
TABELA 10: Nível de interação nos repertórios conflitivos em C2 T1.....	83
TABELA 11: Nível de interação nos repertórios de cooperação conflitual em C2 T1.....	83
TABELA 12: Nível de interação nos Repertórios Organizacionais em C2 T1.....	83
TABELA 13: Nível de conflituosidade C2 T2.....	86
TABELA 14: Nível de interação nos repertórios conflitivos em C2 T2.....	86
TABELA 15: Nível de interação nos repertórios de cooperação conflitual em C2 T2.....	86
TABELA 16: Nível de interação nos Repertórios Organizacionais em C2 T2.....	86

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
 CAPÍTULO 1: Das teorias dos movimentos sociais: o surgimento e adaptações do conceito de repertório.....	 18
1.1. Situando o debate.....	18
1.2. Sobre a construção do conceito de repertório de ação.....	24
1.2.1. O repertório de ação setentista.....	25
1.2.2. O repertório de confronto.....	26
1.2.3. Performance.....	28
1.2.4. Sobre a construção do conceito de repertório organizacional.....	30
1.3. Sobre a construção do conceito de repertório de interação.....	33
 CAPÍTULO 2: Sobre a análise dos repertórios e performances numa perspectiva de Framing.....	 38
2.1. Sobre a literatura de análise em <i>Framing</i>	40
2.1.1. Sobre o processo de construção dos <i>frames</i> de ação coletiva.....	45
2.1.2. Sobre os processos de difusão dos <i>frames</i> de ação coletiva.....	46
2.2. Os <i>frames</i> e seu alcance analítico no estudo dos movimentos sociais.....	47
2.2.1. Sobre a relação entre <i>frames</i> e repertórios dos atores coletivos...	49
2.2.2. Análise de <i>framing</i> aplicada ao Movimento de Direitos Humanos do Espírito Santo.....	50
 CAPÍTULO 3: A reconstrução histórico-empírica das campanhas do movimento de direitos humanos no Espírito Santo.....	 53
3.1. Prólogo: As origens do CDDH-Serra.....	55
3.2. A Campanha Contra a Impunidade.....	60
3.2.1. O início da Campanha Contra a Impunidade.....	61
3.2.2. O pico da Campanha Contra a Impunidade.....	67
3.3. A Campanha Contra Violações no Sistema Prisional.....	71
3.3.1. A Campanha Nacional Permanente Contra a Tortura e a Impunidade.....	71

3.3.2. A política carcerária de Hartung e o agravamento da crise.....	74
3.3.3. O início da Campanha Contra Violações no Sistema Prisional....	81
3.3.4. O pico da Campanha Contra Violações no Sistema Prisional.....	84
CONCLUSÕES.....	88
REFERÊNCIAS.....	91

INTRODUÇÃO

O Movimento de Direitos Humanos do Espírito Santo (MDH-ES) possui um histórico de lutas sociais que remonta à década de 1980 com a criação do Centro de Defesa de Direitos Humanos da Serra (CDDH), em 1984, e do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH-Leste I). Outras duas importantes organizações unem-se a essa pauta no decorrer da década de 1990, o Centro de Apoio aos Direitos Humanos (CADH) e o Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH), além da adesão de grupos religiosos, partidos políticos e algumas associações civis. (CARLOS, 2015). O MDH-ES se destacou desde sua formação até os dias atuais por, além de sua atuação por meio de denúncias/atos públicos/protestos, mobilizar-se na produção de relatórios, dossiês e bancos de dados, reunindo fontes de informações diversificadas tendo como fins trazer uma maior visibilidade para a pauta dos direitos humanos. Esse esforço empreendido pelo movimento envolve a criação de técnicas de coleta de dados, arquivamento e análise documental, cujo processo final resulta na elaboração de densos relatórios e bancos de dados acerca dos diagnósticos identificados pelos atores envolvidos enquanto problemáticas e seus respectivos prognósticos. Desta forma, o movimento destaca-se na criação de mecanismos de sistematização de informações acerca da realidade vivenciada a partir de suas perspectivas, buscando trazer uma narrativa interpretativa acerca das origens das problemáticas sociais e políticas, assim como suas consequências e possíveis soluções, além de buscar trazer uma maior visibilidade ao tema dos direitos humanos tanto no meio societal como no político visando minimizar as injustiças encobertas até então pelas “narrativas oficiais”. O MDH-ES se destaca pela pluralidade de formas organizacionais e táticas observadas no decorrer de sua longa história, o que o torna um objeto de pesquisa interessante ao se pensar em construções analíticas mais amplas nas formas de ação, interação e organização e sua transformação no decorrer do tempo.

Este estudo busca analisar – dentro de uma lógica de repertório – as transformações nos perfis das dinâmicas de ativismo do movimento de direitos humanos no Espírito Santo, compreendendo tais transformações em termos de ação (estratégias, táticas e performances), organização (formalização e especialização) e interação entre

movimento e Estado (padrões de interação). Essa pesquisa¹ se dará de forma a realizar uma leitura conjuntural complexa quanto ao contexto de interações entre a sociedade civil e o Estado capixaba no decorrer das décadas de 1990 e 2000, analisando essa temporalidade amostral em duas campanhas do movimento de direitos humanos: a Campanha Contra a Impunidade (1993-2002) e na Campanha Contra Violações no Sistema Prisional (2004-2010). De forma adicional, serão realizadas leituras com base na literatura de *framing* (BENFORD, SNOW, 2000) que auxiliem em possíveis interpretações acerca da variação quantitativa dos perfis de repertórios aplicados pelos atores engajados no decorrer da cronologia das campanhas estudadas. Nessa construção, entende-se campanha enquanto um momento de visibilidade da ação do movimento social, formada por um conjunto de episódios com sequenciamento concatenados e constituintes do processo de ação coletiva (TILLY, 2006).

Buscar-se-á, portanto, compreender a transformação das práticas performáticas, organizacionais e interativas do movimento para fins de compreender como se deu o processo de escolha e ressignificação das táticas mobilizadas nessas três dimensões analíticas. A formalização da estratégia analítica pretendida se dará de forma a sistematizar a cognição dos atores acerca das múltiplas potencialidades de incidência de sua atuação em diferentes padrões interativos e organizacionais disponíveis à execução. Nesta perspectiva, os *frames* de ação coletiva são aqui entendidos enquanto elementos cognitivos intrínsecos ao processo de engajamento dos atores coletivos e essa *cognição* – entendida como todo processo interpretativo, comunicativo e simbólico que define as narrativas identitárias de um ator e as definições por ele tidas de outrem (JASPER, 2016, p.26) – será aqui tratada por sua função interpretativa no processo de escolha e ressignificação dos repertórios mobilizados pelos atores.

Por fim, parte do esforço de pesquisa aqui empreendido diz respeito à formalização das variáveis – empíricas e analíticas – relevantes a serem interpretadas por estes atores neste modelo, de forma a contemplar tanto as dimensões da ação como as dimensões organizacionais e interativas do movimento. A definição das variáveis empíricas se inicia a partir de uma revisão bibliográfica, explorando as perspectivas analíticas mobilizadas nos conceitos de *repertório de confronto* (TILLY, 2008) – que busca compreender repertório enquanto conjuntos exequíveis de ações de atores, que engajam-

¹Esta pesquisa recebe financiamento FAPES/CAPES, de acordo com o edital 001/2018.

se em ciclos de performances contenciosas tradicionalmente construídas e lentamente mutáveis/ressignificáveis, pensando-se confronto enquanto interação entre os atores sociais e Estado; *repertórios organizacionais* (CLEMENS, 2010) – derivado das noções tillyanas, busca aplicar suas principais formulações de repertório às questões organizacionais do movimento; e *repertórios de interação* (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014) – também derivado da lógica de repertório, porém distancia-se da hipótese da ação exclusivamente conflitiva, admitindo relações não contenciosas entre movimento social e Estado, e até mesmo inserção de atores engajados nas estruturas do Estado. A partir desses conceitos, são estabelecidas variáveis para se quantificar a ocorrência de repertórios de acordo com seu nível de institucionalização (institucional *versus* extra-institucional) e de acordo com o padrão de conflituosidade observado (se determinada tática presume uma interação puramente conflitiva ou se envolve alguma expectativa de cooperação com o poder público).

Uma vez estruturada esta base empírica quantitativamente averiguável, buscar-se-á compreender quais mudanças ocorreram nessas esferas de análise durante o recorte temporal e quais fatores podem estar associados a essas transformações nas três instâncias analíticas. Presume-se nessa construção que os fatores ligados aos padrões de interação e organizacionais influem um sobre o outro e sobre a própria performance numa lógica subjetiva, cuja chave repousa nas capacidades cognitivas dos atores em adequar as práticas disponíveis à suas narrativas identitárias e objetivos. A alternativa analítica aqui proposta é baseada numa abordagem de *framing*, a partir das formulações de Benford e Snow (2000), que pontuaram **quatro** modalidades mutáveis dentro da estrutura de um *frame* de ação coletiva: 1) a *identificação de problemas e direção ou local de atribuição*; 2) *flexibilidade e rigidez, inclusão e exclusividade*; 3) *escopo e influência interpretativos*; 4) o *grau de ressonância*. Realizar-se-á um acompanhamento das variações dessas instâncias dos *frames* presentes na cronologia de ativismo estudada, comparando-as com as modificações dos perfis dos repertórios neste mesmo período, buscando estabelecer possíveis conexões entre as variações nos *frames* e nos repertórios dos atores.

Este exercício será realizado a fim de averiguar a hipótese principal de que as dimensões repertoriais da ação, organização e interação estão interligadas tanto a nível estrutural como cognitivo na atuação do movimento social, podendo uma instância contribuir para a ampliação ou redução do leque de alternativas nas demais. Contudo, a

aplicação final das táticas sempre seria condicionada por *processos interpretativos* que ponderam a compatibilidade de execução de determinado repertório com as narrativas identitárias e objetivos do movimento, sendo estes processos aqui incorporados na análise a partir da estratégia de *framing* descrita acima. Essa investigação tem potencial de trazer ganhos analíticos para a literatura de movimentos sociais, que tem passado cada vez mais a se debruçar sobre a atuação dos movimentos sociais para além de interações exclusivamente conflitivas entre seus atores e o Estado (ABERS; VON BÜLOW, 2011; CARLOS, 2015, 2017). Este estudo representaria, então, uma tentativa de explorar o alcance explicativo de uma estratégia interpretativa de *framing* capaz de investigar as transformações e ressignificações dos repertórios nas instâncias da ação, organização e interação.

Em termos metodológicos, a proposta será realizada a partir de análise de documentos, e de entrevistas processados no Banco de Dados da pesquisa **“Efetividade dos Movimentos sociais nas políticas públicas em perspectiva comparada”**² composto por dezenas de documentos produzidos por organizações da sociedade civil, Estado e mídia, acerca das campanhas de movimentos sociais das décadas de 1990 e 2000. A pesquisa que deu origem ao banco de dados teve como objetivo mensurar os efeitos políticos (*outcomes*) dos movimentos sociais sobre as políticas públicas, mediante a análise de seus repertórios de ação e de organização, os enquadramentos interpretativos, as redes de ativismo e de interação com o Estado e as instituições. Além do exame do contexto de oportunidades e restrições políticas e das capacidades estatais, em três diferentes setores de políticas públicas no Brasil após 1990, quais sejam, direitos humanos, criança e adolescente e saúde. Esta pesquisa foi coordenada pela professora Euzeneia Carlos, com a colaboração de Monika Dowbor e Maria do Carmo Albuquerque, realizada com o auxílio financeiro do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico / Edital Universal 2014) e da FAPES

²Para levar a cabo este estudo, utiliza-se do Banco de Dados do MDH-ES levantado no decorrer da pesquisa **“Movimentos sociais e políticas públicas em perspectiva comparada”**, que visa avaliar a efetividade dos movimentos sociais sobre as políticas públicas, mediante a análise de seus repertórios de ação coletiva, de trajetórias de ativismo e de interações com o Estado e as instituições políticas, em diferentes setores de políticas públicas no Brasil pós 1990, comparativamente no Espírito Santo e outros estados da federação. Integram este macro projeto: Euzeneia Carlos (coordenador), Monika Weronika Dowbor da Silva, Maria do Carmo Albuquerque. Este projeto é financiado por: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Auxílio financeiro / Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Bolsa / Fundo de Apoio à Pesquisa (ES) - Auxílio financeiro/ Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo - Auxílio financeiro.

(Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo / Edital Universal 2014). Nela, atuei inicialmente como pesquisador de iniciação científica e, posteriormente, como pesquisador de aperfeiçoamento. Agradeço pela disponibilização do Banco de Dados para uso nesta dissertação, especificamente relativo ao Movimento de Direitos Humanos no ES.³

Considero relevante realizar aqui uma breve descrição acerca do processo de construção do referido banco de dados para esclarecer quaisquer dúvidas que possam surgir ao leitor quanto à obtenção e interpretação dos dados utilizados na pesquisa. A coleta de dados na pesquisa **Movimentos sociais e políticas públicas em perspectiva comparada** se deu a partir do levantamento de dados documentais sobre as campanhas em organizações de movimentos sociais e entidades apoiadoras. O principal polo visitado nessa coleta foi o Centro de Defesa de Direitos Humanos da Serra (CDDH), entidade central engajada tanto na Campanha Contra a Impunidade e Violência e a Campanha Contra as Violações no Sistema Prisional. Os documentos coletados incluem cartas públicas, manifestos, análises conjunturais, relatos de eventos, relatórios, banco de dados, atas de reuniões, dentre outros. Esses documentos são aqui utilizados aqui para analisar sobre os repertórios mobilizados pelos atores coletivos no decorrer das campanhas. Além desses documentos, também foram realizadas dezesseis entrevistas em profundidade com ativistas e agentes estatais na intenção de reconstruir o período vivenciado nas campanhas. O roteiro de entrevista aplicado na pesquisa foi desenvolvido de forma a levantar informações sobre as ações mobilizadas pelos atores dos movimentos, traduzidas a partir do conceito de repertório de ação e repertório organizacional no decorrer da cronologia de interações das campanhas – dados especialmente relevantes para este trabalho –; e contemplando também questões relacionadas ao mapeamento das redes de ativismo e das respostas estatais às ações organizadas pelos atores coletivos. O conjunto de dados não-diretamente atrelado ao conceito de repertório mostrou-se também relevante para a execução aqui proposta no que diz respeito às particularidades da análise em *framing* desenvolvida como objetivo secundário.

³ Esta pesquisa deu origem a diversas publicações. Cf: CARLOS, DOWBOR, ALBUQUERQUE (2017); CARLOS, DOWBOR, ALBUQUERQUE (2018); DOWBOR, CARLOS, ALBUQUERQUE (2018); CARLOS, DOWBOR, ALBUQUERQUE (2019); CARLOS, SOUZA, GASPARINI (2017); CARLOS (2020, prelo).

Assim, a partir da análise dos documentos presentes no banco de dados descrito acima, buscar-se-á compreender a ocorrência (e transformação) dos perfis de repertórios no decorrer do tempo, relacionando os achados principais a com as propriedades interpretativas de *framing* de Benford e Snow (2000). Nesse processo, será contabilizada cada menção discursiva a uma tática de ação ou organizacional enquanto a unidade analítica básica para a se chegar à totalidade da ocorrência dos repertórios, os quais serão individualmente classificados a partir das categorias pertinentes. Através desse esforço, serão realizadas possíveis ponderações acerca do papel das instâncias cognitivas de *framing* na variação dos repertórios mobilizados pelo MDH-ES.

Para melhor organizar as ideias propostas, esta dissertação se organizará em **três** capítulos. O **primeiro capítulo** será reservado à descrição do debate entre as escolas estruturalistas e culturalistas no campo dos movimentos sociais. A partir da reconstrução das argumentações e desenvolvimentos gerais que deram origem aos conceitos-chave relevantes na construção das variáveis empíricas da pesquisa. Será realizada minuciosa exposição destes conceitos centrais, a dizer: *repertório de ação/confronto* (TILLY, 2008); *repertório organizacional* (CLEMENS, 2010); e *repertório de interação* (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, 2014). O **segundo capítulo** será voltado a uma revisão bibliográfica acerca dos processos de construção e transformação nos *frames* de ação coletiva, já ponderando possíveis impactos desses enquadramentos na ação coletiva, a partir do entendimento da literatura especializada. No **terceiro capítulo** será realizada a descrição histórico-empírica da Campanha Contra a Impunidade e da Campanha Contra Violações no Sistema Prisional, trazendo análises qualitativas em *framing*, visando a interpretação dos dados empíricos observados em duas cronologias (início e pico) para cada uma das campanhas estudadas. Em seguida, serão tecidas **conclusões** trazendo um panorama geral dos achados empíricos e analíticos observados no estudo, apontando possíveis próximos passos a serem dados a partir da elaboração dessa pesquisa.

CAPÍTULO 1

Das teorias dos movimentos sociais: o surgimento e adaptações do conceito de repertório

1.1 Situando o debate

O ambiente da discussão na qual está envolto o surgimento das categorias de repertórios no campo dos movimentos sociais remete a um embate paradigmático que se evidencia ainda na década de 1970, a partir da ascensão das escolas estruturalistas a um patamar hegemônico nos estudos da ação coletiva, campo dominado até então pelas teorias psicológicas⁴. Dentre as linhas teóricas estruturalistas para o estudo da ação coletiva, destacam-se as teorias da *Mobilização de Recursos* (MR) e do *Processo Político* (PP).

A teoria da *Mobilização de Recursos* busca entender a ação coletiva como um fenômeno social baseado em cálculos racionais por parte dos indivíduos. Esses cálculos consistiriam em racionalizar uma relação custo *versus* benefícios da mobilização por parte dos atores envolvidos. Para além da viabilidade racional deste cálculo base, a ação coletiva estaria condicionada pela disponibilidade de recursos materiais, organizacionais e humanos disponíveis entre os grupos de interesse (MCARTHY, ZALD, 1973). Assim, as organizações do movimento social são vistas a partir de uma metáfora econômica como empresas competindo no mercado por atenção e dinheiro (JASPER, 2016). A estratégia desses autores consistia na transferência, para o plano individual, da racionalidade presente na motivação da ação coletiva. Isso rendeu aos autores da MR pesadas críticas por parte de seus pares acadêmicos, sob o argumento do desvirtuamento do caráter de coletividade social no plano explicativo, sintomático das proposições individualistas da MR (CARLOS, 2012).

Dentre os maiores críticos da MR, é notória a relevância dos teóricos do PP, que ao contrário de seus concorrentes da mobilização de recursos, buscam compreender a ação coletiva a partir da análise das aberturas (ou restrições) estruturais da sociedade politicamente organizada, que engloba a totalidade das instituições políticas assim como as elites que as controlam ou exercem poder imediato sobre elas. Assim, a perspectiva

⁴ Destacam-se entre as ditas teorias psicológicas: as teorias do ressentimento, as teorias das multidões e as teorias da escolha racional (JASPER, 2016).

do PP mantém o axioma da racionalidade na ação coletiva e busca compreendê-la através da percepção, por parte dos atores coletivos, de uma estrutura de oportunidades políticas, sobretudo no que diz respeito às relações de força entre as autoridades – grupos ocupando cargos em setores do Estado –, e os desafiantes – que se encontram fora da esfera de poder do Estado. Seria decisiva nesta relação à capacidade (ou perda dela) de repressão por parte das autoridades e a disponibilidade, para os desafiantes, da existência de potenciais apoiadores entre setores dissidentes da elite no poder (TARROW, 2009, p.38-39; ALONSO, 2012, p.22). Contudo, apesar de uma convivência marcada inicialmente por um extenso debate e críticas mútuas entre as duas grandes escolas estruturalistas, a MR e PP passaram por um processo de aproximação teórica, catalisado pela autocrítica e a gradual aceitação de alguns argumentos e problemáticas decorrentes do debate entre essas escolas. Estudiosos como James Jasper sugerem, inclusive, que a argumentação das MR e PP se harmonizou de tal forma que veio a se fundir numa só, presumindo que o grau em que o grupo é abastado ou bem-relacionado com as elites influencia as oportunidades que para ele se abrem (JASPER, 2016, p.50).

Em contraposição à crescente aplicação estruturalista que se estabelecia, evidenciam-se em meados dos anos de 1980 escolas teóricas que partem de bases axiomáticas culturalistas para o estudo dos movimentos sociais. Opondo-se às interpretações mais estaticamente racionalizadas da MR e PP, numa tentativa de transformar as abordagens teórico-analíticas, de forma a melhor compreender as dimensões simbólicas e identitárias do movimento social e de sua luta. Alguns dos grandes expoentes dessa tradição culturalista eram Melucci e Touraine. Este último, por exemplo, entendia a sociedade contemporânea como um ambiente de transição pós-industrial (ou *programado*), na qual são constantes os embates pela hegemonia cultural e identitária. Assim, os culturalistas passam a compreender os movimentos sociais enquanto ações coletivas – cuja coesão identitária depende, para além dos aspectos materiais, de vínculos de confiança e solidariedade (simbólicos) – que visam engajar-se na disputa pelo controle social do modelo cultural dominante em uma sociedade (TOURAINÉ, 1985). Essa abordagem não se restringe ao racionalismo materialista e calculista presente nas análises de motivação e coesão da ação coletiva proposta pelas demais escolas, passando a considerar primordialmente os aspectos simbólicos e identitários como parte central da luta.

Apesar do indubitável status hegemônico alcançado pelas teorias estruturalistas dos movimentos sociais a partir dos anos 1970, esses teóricos passam a perder espaço para seus pares adeptos de modelos culturalistas de análise na década seguinte. Dentre as mais contundentes críticas estavam as voltadas à insuficiência explicativa dos modelos estáticos no que se refere à *agency* dos atores. Os críticos argumentavam que devido ao foco exacerbado nas questões relacionadas às estruturas do sistema político e obtenção de recursos por parte dos movimentos sociais, os estruturalistas acabam condicionando indiretamente toda a potencial agência dos atores a questões externas, seja a totalidade de seus recursos ou o nível de receptividade que estes agregam junto à determinadas elites políticas.

Autores como Breno Bringel (2012) afirmam que a crítica ao estruturalismo é necessária para possibilitar a transição de um modelo que estabelece narrativas estruturais pré-condicionadas por determinados inputs a relatos mais dinâmicos, que valorizem a *agency* dos atores e seu potencial de incidir mais ativamente no jogo mediante demais variáveis subjetivas que fogem à ótica estruturalista setecentista. Críticas nesse tom foram levantadas sobretudo por autores culturalistas, como Melucci (1989), Goodwin e Jasper (1999), tendo os últimos feito uma crítica a nível complementar às noções de estrutura de oportunidades políticas, chamando a atenção para a falta de mecanismos nas correntes hegemônicas capazes de compreender os aspectos culturais e estratégicos (fluídos e subjetivos) que também influem no processo político de forma combinativa com outras variáveis já contempladas pelos estruturalistas.

Vale ressaltar que muitas das críticas culturalistas geraram reconfigurações e autocríticas importantes nas definições teóricas de expoentes estruturalistas como Tarrow (2003) e Tilly (2005), que passam a tentar incluir algumas dimensões culturais aos seus modelos explicativos, a exemplo das noções de identidade coletiva e da incorporação de simbolismos no processo de análise dos movimentos sociais e suas redes de relações.

Sobre esse contexto de resignificação das teorias estruturalistas, Jasper (2016) afirma que tanto os teóricos da mobilização de recursos como os do processo político se concentravam nos meios, mas ignoram as motivações da ação (protesto). Originalmente, elas rejeitavam as explicações psicológicas simplificadas, mas, com o aparecimento de novas teorias culturais e das críticas (e autocríticas) proporcionadas pelo debate estabelecido, conseguiram incorporar algumas dinâmicas da cultura aos seus modelos

explicativos. Diante deste cenário, tanto teóricos estruturais como racionalistas tem tentado, nos últimos anos, incorporar a cultura em seus modelos analíticos. O resultado é que não existem mais teorias puramente estruturais ou racionalistas, mas uma mesclagem destas perspectivas com aspectos culturalistas e/ou psicológicos (JASPER, 2016, p.52).

A partir dessa reconfiguração do debate da ação coletiva entre estruturalistas *versus* culturalistas, e da percepção da insuficiência de ferramentas analíticas e metodológicas para compreensão das novas problemáticas que se apresentavam no estudo dos movimentos sociais, inicia-se, em 1995, um projeto intitulado *Contentious Politics*, ou Confronto Político (CP). Esse projeto, encabeçado por Tilly, Tarrow e McAdam visava criar uma ampla agenda de pesquisa baseada na análise de embates contenciosos entre a ação coletiva e Estado numa perspectiva mais ampla do que até então abordada nos estudos da ação coletiva. O projeto foi lançado visando aglutinar teóricos de múltiplas disciplinas em torno do estudo do confronto político de forma mais generalizada, incorporando, para além da análise dos movimentos sociais, campos como identidades nacionais, democratizações e revoluções, na tentativa de se produzir teorias de maior alcance acerca das dinâmicas envolvidas na atuação dos atores coletivos (BRINGEL, 2012).

As conclusões preliminares do seminário inaugural da CP são que as diferentes instâncias nas quais o confronto político aflora, a exemplo dos movimentos sociais, revoluções, ciclos de protesto e mobilizações étnicas compartilhariam entre si algumas propriedades causais, porém a compreensão dessas especificidades e similaridades seria dificultada pela atual fragmentação do campo teórico. Posto isso, os idealizadores do seminário chamam a atenção para o potencial dessa nova agenda de pesquisa em buscar preencher essas lacunas no campo de conhecimento, ressaltando a necessidade de dar continuidade aos estudos nessa perspectiva mais geral a partir de quatro linhas principais: movimentos sociais, ciclos e revoluções, identidades coletivas e redes sociais, movimentos sociais e instituições políticas, globalização e contestação transnacional (TILLY; TARROW; MCADAM; 1996).

Desta forma, a *Contentious Politics*, obtêm êxito na criação dessa ampla agenda de pesquisa baseada na análise de embates contenciosos entre a ação coletiva e Estado. Apesar de manter intacta a relação dicotômica entre movimento social e Estado – ponto que será explorado mais a frente neste capítulo – a *Contentious Politics* aproxima

analiticamente o âmbito institucional e o plano societal ao pensar sistematicamente nas interações conflitivas diretas entre atores sociais e instituições políticas, buscando meios de assimilar os impactos das subjetividades dos atores nessas instituições e nas próprias dinâmicas de coesão do movimento. Neste período, destacam-se as obras *Dynamics of Contention*, de McAdam, Tilly e Tarrow (2001) e *Contentious Politics*, de Tilly e Tarrow (2007) como resultado desta reconfiguração da teoria do processo político e sua aproximação com o paradigma culturalista, mas também da perspectiva relacional na análise do confronto político.

A partir desse constante exercício de revisão e ressignificação conceitual, boa parte dos pilares explicativos do modelo tillyano tais como *repertório de ação coletiva* e de *ciclos de protesto* acabam por serem revisitados (TILLY, 2008). Essa discussão, porém, será propriamente desenvolvida na próxima sessão deste capítulo.

Mesmo após a morte de Tilly, em 2008, o legado teórico do principal nome da CP segue extremamente relevante no estudo dos movimentos sociais. Inicia-se, na literatura especializada, um movimento de reflexão, resgate e revisão dos erros e acertos tidos desde as teorias psicológicas até as últimas elaborações da CP e dos culturalistas. Destaca-se nessa abordagem o autor James Jasper, que ao mesmo tempo em que aponta as insuficiências de algumas construções e pressupostos teóricos desenvolvidos nas últimas décadas no estudo dos movimentos sociais, busca pensar também nos acertos de cada um na elaboração de mecanismos analíticos (JASPER, 2016). O autor afirma que uma análise pautada em mecanismos causais pode ser extremamente eficiente na compreensão da ação coletiva a partir da análise microsocial dos atores, sendo eficaz tanto em analisar as interações entre atores sociais e instituições, como em incorporar questões culturais e psicológicas ao modelo interpretativo. Assim, Jasper defende a aplicação de mecanismos apropriados para cada módulo analítico, independentemente de sua origem epistemológica, desde que o pesquisador não ignore as demais variáveis envolvidas. Sobre essa abordagem de mecanismos multidisciplinares, Jasper pontua que:

Uma abordagem de mecanismos pode incorporar mais que a cultura. Cada teoria não cultural contém alguma verdade. Em vez de encará-las enquanto teorias distintas, que podemos tentar comparar entre si, podemos transformar as percepções de cada uma delas em mecanismos. Existem **Mecanismos Psicológicos** como as emoções; **Mecanismos Estruturais** como os recursos e as regras das arenas, **Mecanismos Históricos**, como as diferenças entre

idades e mídias modernas e pós-modernas, e **Mecanismos Racionalistas**, como a busca de objetivos. Todos esses fatores ajudam a entender o protesto, mas precisamos reuni-los. (JASPER, 2016, p.55, grifo nosso)

Ou seja, as abordagens culturalistas e estruturalistas se mostraram eficientes, cada qual para determinado propósito analítico. A proposta de Jasper sugere que o futuro visível do debate especializado no campo dos movimentos sociais irá pairar tanto sobre a inovação de conceitos e abordagens, como do apego a uma pluralidade de definições já estabelecidas no campo, desde que haja esclarecimentos sobre o alcance e limitações de cada abordagem, além da compatibilidade de sua aplicação com o objeto de estudo. Assim, a constatação desse caráter de complementaridade parcial entre esses mecanismos provenientes de múltiplas tradições teóricas acaba por lançar, em nível de *mainstream* da literatura especializada, um debate teórico e empírico envolto pelas permeabilidades e impermeabilidades entre as aplicações dessas correntes teóricas, cuja combinação parcial de estratégias acaba por trazer grandes ganhos analíticos na busca por uma mais completa leitura acerca da ação coletiva nos movimentos sociais (CARLOS, 2012, p.36).

Cabe aqui ressaltar que o debate apresentado acima diz respeito às elaborações *mainstream* presentes na literatura a nível internacional, e que as perspectivas adotadas nesta pesquisa convergem com a proposta jasperiana no que diz respeito à aplicação de conjuntos de mecanismos processuais no estudo dos movimentos sociais, sendo especialmente relevantes aspectos cognitivos dos mecanismos estruturais e racionalistas na análise de *framing* aqui proposta. Contudo, esta pesquisa trará discordâncias quanto a alguns aspectos presentes nessa abordagem, sobretudo a aspectos relacionados ao caráter dicotômico pelo qual é interpretada a relação entre movimento social e Estado na maioria dos estudos internacionais sobre o tema. Parte do esforço de pesquisa aqui compreendido será um distanciamento dos pressupostos hegemônicos que consideram movimento social (sociedade civil) e Estado enquanto esferas capazes de interagir uma com a outra, porém sem que haja permeabilidade e mútuo pertencimento entre elas, o que tem se mostrado ineficaz na compreensão dos movimentos sociais brasileiros no período pós-redemocratização (ABERS, SERAFIM TATAGIBA, 2014; CAYRES, 2015). Ainda nessa lógica, entende-se aqui a interação movimento-Estado enquanto uma configuração multifacetada, podendo combinar múltiplas instâncias interativas numa mesma temporalidade, sendo possível ocorrer interações aparentemente contraditórias como cooperação e contestação em diferentes espaços interativos, assim

como podem existir ações em múltiplos níveis de institucionalização numa mesma temporalidade de ativismo (CARLOS, 2015).

A estratégia aqui mobilizada será a de entender o processo de mobilização coletiva estudado a partir das noções tillyanas de *repertório*, aplicando-se contudo, as devidas adaptações paradigmáticas que tornem tal conceito compatível com as especificidades dos movimentos sociais brasileiros na contemporaneidade. Para isso, partirei de uma análise pautada nas *performances* de ação coletiva (TILLY 2008); considerando-se também duas ressignificações conceituais derivadas da lógica repertorial tillyana, sendo elas o *repertório organizacional* (CLEMENS, 2010) e o *repertório de interação* (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA (2014) no intuito de compreender a performance (tanto em níveis de ação como organizacionais) e as dinâmicas de interação mobilizadas pelos atores coletivos. Buscar-se-á, metodologicamente, realizar um mapeamento quantitativo dos perfis de *performances* e *interações* entre atores coletivos e Estado no decorrer da cronologia estudada, casando à tal análise uma análise baseada em mecanismos cognitivos de *framing*⁵, sendo esta última construção um objeto cuja discussão é pretendida para o próximo capítulo. Acredita-se que essa estratégia analítica pode ser vantajosa no estudo dos movimentos sociais brasileiros dadas as suas especificidades de interação observadas empiricamente.

A apresentação das modalidades de *repertório* e *performance* (TILLY, 2008); *repertório de interação* (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA (2014); e *repertório organizacional* (CLEMENS, 2010), desenvolvidas durante o contexto descrito no corpo dessa sessão serão trabalhadas nos tópicos seguintes.

1.2. Sobre a construção do conceito de repertório de ação: do repertório de ação à performance e à interação

Na sessão anterior se deu a exposição, em linhas gerais, do contexto no qual se desenvolveu o debate que norteou a produção teórica em movimentos sociais desde a década de 1970. Conforme demonstrado, este debate culminou no estabelecimento de uma cultura de inovação teórica mesclada ao intercâmbio de métodos, técnicas e

⁵ O conceito de *frame* foi inicialmente lançado por Goffman em 1974. Sua publicação em português, contudo, ocorreu apenas em 2012. Os *frames* são entendidos como enquadramentos interpretativos de significados atribuídos por atores políticos a partir de sua percepção acerca da realidade vivenciada, como por exemplo, a respeito da delimitação das problemáticas enfrentadas e/ou possíveis soluções (GOFFMAN, 2012).

elaborações analíticas das principais linhas teóricas do estudo da ação coletiva. Devido à pretensão desta pesquisa em analisar de forma conjunta tanto as noções de *performance* como as de *interação* no escopo analítico, cabe neste momento uma maior exposição desses conceitos específicos em suas propriedades, assim como seu processo de criação e transformações ocorridas até a atual configuração do debate. Iniciarei esse esforço necessário com a apresentação cronológica da construção do *repertório de ação* tillyano e do processo de ressignificação conferido ao conceito até o desenvolvimento das noções de *performance* pelo autor. Após esse primeiro momento, serão discutidas as abordagens derivadas mais relevantes para a proposta aqui pretendida, a dizer, o *repertório organizacional* e o *repertório de interação*.

1.2.1. O repertório de ação setentista

A construção dos *repertórios de ação* remonta à década de 1970, tendo sido mencionados pela primeira vez em 1976 por Tilly, após realizar um extenso levantamento acerca das ações coletivas conflituosas, reportadas nos meios de comunicação da Inglaterra oitocentista, visando encontrar padrões gerais na ação coletiva. O conceito fora inicialmente pensado de forma a representar o conjunto de formas disponíveis à mobilização por parte de pessoas comuns durante a ação coletiva em determinado contexto histórico (TILLY, 1976).

Essa primeira construção conceitual buscava compreender e explicar as construções e as dinâmicas intrínsecas às mobilizações coletivas a partir da conjuntura estrutural que lhe é apresentada pelo sistema institucional num contexto de confronto político. Nessa perspectiva busca-se, analiticamente, o balanceamento das ações dos atores reivindicantes em função de um conjunto de fatores contextuais estruturado, nomeado *oportunidades políticas* que delimitam o potencial de ação destes atores frente aos seus interlocutores, que por muitas vezes são o próprio Estado ou elites políticas capazes de influir sobre o poder público. Esses seriam fatores fundamentais a serem considerados pelos atores coletivos dentro da perspectiva do Processo Político quando ponderada a questão de *quando agir e como agir*.

Essa definição inicial teve muitos adeptos, mas também sofreu duras críticas por parte das vertentes teóricas culturalistas, sobretudo durante a década de 1980. A maioria dessas críticas focava nos buracos relativos a questões simbólicas envolvidas no surgimento, na difusão e inovação desses repertórios, que não mais aparentavam caber

enquanto delimitações derivadas das *estruturas de oportunidades políticas*. (GOODWIN; JASPER, 1999).

Apesar da noção de oportunidades políticas abrigar boa parte das variáveis políticas racionalizadas pertinentes às questões estruturais/institucionais da ação coletiva, mostrava-se notoriamente insuficiente em agregar fatores culturais à análise. O contexto de constante debate entre estruturalistas e culturalistas acarretou em duras críticas (e autocríticas por parte dos autores do processo político) acerca da dimensão reducionista até então utilizada pela corrente (COHEN, 1985; MELUCCI, 1985; TILLY, 1985). Além disso, o espaço para a *agency* dos atores parecia estar ofuscado pelas delimitações a eles impostas por elementos estruturais externos. A conclusão chegaria após anos de discussões: o *repertório de ação coletiva*, um dos carros-chefe da Teoria do Processo Político, precisava ser repensado.

1.2.2. O repertório de confronto

A solução tillyana veio através da incorporação do conceito de *Repertório de Confronto* à teoria. Esse conceito substituiria o anterior e significaria, então, o escopo de possíveis *rotinas de interações* por parte de um ou mais ator num determinado contexto socio-histórico, sendo este escopo alimentado e transformado pela própria tradição, experiência e significados acoplados a essas rotinas (TILLY, 1995). Ao incorporar as noções de interação entre atores e interlocutores na situação de conflito, e conferir ao ator o poder de escolha sobre suas rotinas para além de uma lógica estritamente materialista, Tilly consegue isolar-se de algumas das críticas voltadas à passividade de *agency* dos atores. Além disso, é feita uma tentativa de ferramentalizar elementos culturais no processo de criação dos repertórios, ao definir que estes são aprendidos no próprio contexto de conflito, cabendo aos atores a escolha pela execução de rotinas específicas dentre as conhecidas pelo movimento. (ALONSO, 2012).

A partir dessa reformulação, a teoria passa a assimilar essa dimensão interativa dos *repertórios de confronto*, entendidos enquanto condicionantes e condicionados pela empiria do conhecimento social podendo este ser fruto de memórias, impressões, acordos, relações sociais ou identificação de padrões (TILLY, 1995). Sendo assim, os repertórios deixam de significar conjuntos de ações isoladas, passando a ressignificar-se com um caráter interativo entre conjuntos de atores e interlocutores dentro do contexto do confronto político. Desta forma, as pessoas num determinado contexto socio-histórico desenvolvem uma certa quantidade de performances de ação coletiva,

utilizando-as estrategicamente de forma a adapta-las a fatores como as condições sociopolíticas encontradas, reações dos interlocutores, autoridades, atores aliados, opinião pública, objetos da ação, dentre outros (TILLY, 1995 apud ALONSO, 2012).

Essa inovação conceitual mostra-se, portanto, capaz de agregar à teoria noções de mutabilidade das rotinas empregadas pelos atores coletivos. Tornam-se relevantes fatores como a tradição e a aprendizagem dos atores sobre a própria eficácia de determinadas ações em contextos específicos, configurando os repertórios de ação coletiva enquanto parâmetros fluidos assim como as próprias oportunidades políticas nessa perspectiva interacionista. Desta forma, o fator cultural torna-se uma variável na explicação das transformações na ação coletiva e da própria escolha de performances específicas em determinados contextos.

Em suma, o *repertório de confronto* seria então uma totalidade fluida de formas de ação (ou rotinas) na qual os atores coletivos baseiam sua interação conflitiva com seus interlocutores, podendo este leque ser ampliado, reduzido ou ressignificado de acordo com as cognições e aprendizagem dos atores que interagem na arena das oportunidades políticas. Nesse processo de escolha, leva-se em consideração a tradição (conhecimento ou previsibilidade) na escolha das rotinas e o potencial de (lenta) inovação e ressignificação de práticas antigas que ocorrem de forma constante no âmbito da prática confrontiva. Apesar de passar a incorporar algumas dimensões do campo cultural simbólico, a exemplo da cognição, os pilares explicativos do *repertório de confronto* ainda residiam majoritariamente numa perspectiva histórico-estrutural.

Essa nova configuração também recebe uma série de críticas por parte dos culturalistas. A incorporação das *rotinas* e da tradição dos atores enquanto fator cultural não se mostrava satisfatório. Uma dessas críticas era que as tentativas de formalizar as aplicações culturais por parte da escola tillyana não foi consistente nem entre seus próprios pares, gerando múltiplas explicações incompatíveis quanto a essas questões (GOODWIN; JASPER, 1999). Além disso, TPP tende a estudar majoritariamente movimentos sociais cujas análises melhor se enquadram na ferramenta analítica das oportunidades políticas, muitas vezes ignorando movimentos com demandas culturais, ou estudando-os a partir de arcabouços teóricos inadequados (GOODWIN; JASPER, 1999, p.36). Alonso (2012) afirma que nesse período da construção conceitual do repertório tillyano, muitas das críticas remetem ao fato de que a “Cultura aparece como prática, sem dimensões cognitivas, afetivas, simbólicas ou morais. O sentido, por

exemplo, ritual, das ações nunca entra em consideração” (ALONSO, 2012, p.27). Ou seja, apesar da inconsistência teórica entre os próprios autores do processo político, estes convergiam em tratar das questões culturais no plano prático da aprendizagem e da tradição das rotinas, mas sem se aprofundar nos sentidos simbólico-cognitivos intrínsecos a essas rotinas.

1.2.3. Performance

Diante do acúmulo de críticas, a elaboração dos *repertórios de confronto* é revisitada pelos autores do *Contentious Politics* nos anos 2000, dando maior ênfase no processo de mutação dos repertórios, passando o repertório de confronto a ser entendido como uma coletividade variável de *performances*, conceito que substitui as *rotinas* enquanto unidade básica de análise (TILLY, 2006). As *performances* seriam condicionadas por fatores tanto do âmbito estrutural como cultural presentes no contexto do confronto, destacando-se também o potencial da adaptação e aprendizagem de novos repertórios pelos atores. Assim, a difusão dos repertórios, ou transferência política, torna-se um ponto analítico central. Ângela Alonso ilustra essa construção da teoria tillyana da seguinte forma:

A teoria se ilustra com a história de uma performance, a manifestação de rua. Evoluiu a partir de "tradições nacionais" distintas, aparecendo similar, no fim do século XIX, em países nórdicos, na França, na Inglaterra e em suas colônias inglesas (Tilly, 2005: 219). Quando transferida a novo lugar, regime, assunto ou ator, a manifestação de rua sofreria processos de negociação e adaptação e seria condicionada pela "cultura local" (Tilly, 2005: 222-223). Assim, as performances que compõem o repertório teriam duas faces. "Modulares", porque se pode reconhecer a mesma manifestação de rua em diferentes contextos. Mas cada qual é singularizada pelo uso, que agrega "símbolos e segredos locais". (ALONSO, 2012, p.29).

Desta forma, Tilly ressalta que mesmo em caso de transferência política de determinados repertórios modulares – tidos por Tarrow (2009) como performances que possuem utilidade e reconhecimento para múltiplos atores, pautas de interesse e situações –, as performances ainda terão significados diferentes devido às subjetividades e simbolismos a depender do ator que a mobiliza. Os repertórios modulares, a exemplo das greves ou da desobediência civil, são identificáveis por atores de diferentes contextos sociopolíticos.

Os repertórios estariam sujeitos a maiores ou menores modificações na execução das performances por parte dos atores, que devem ponderar e definir os limites do exequível mediante as variáveis contextuais relevantes a exemplo das tradições regionais, opinião

pública e da própria estrutura de oportunidades e políticas. Após exaustiva análise de dados empíricos acerca das ditas transferências políticas, Tilly (2005) define seis elementos capazes de alavancar e mobilizar tais fenômenos: 1) a *inovação tática* (a transição de uma performance interativa até então baseada em simbolismos não-verbais para uma ressignificação por escrito, como um slogan ou um grito-de-guerra); 2) a *barganha* (negociação entre determinados atores e interlocutores relevantes afim de acordar acerca dos limites de execução de determinada performance, como solicitar bloqueio parcial de uma via para uma passeata); 3) a *difusão negociada* (quando se delibera acerca da apropriação de uma performance típica de outro ator e/ou pauta política); 4) a *mediação* (ocorre quando atores outrora isolados utilizam-se do auxílio de um intermediário para promover tal aproximação, que culmina num intercâmbio de repertórios); 5) a *certificação/descertificação* (ocorre quando uma autoridade política ou social apoia ou desaprova a execução de determinada performance); 6) e por fim, a *adaptação local* (representa uma modificação de uma inovação tática caracterizada por uma transformação na base simbólica de determinada performance do ator, o que pode ocorrer por exemplo devido a adesão de novos indivíduos e/ou aliados à causa) (TILLY, 2005).

Essa linha argumentativa é sustentada nas obras seguintes do autor até sua morte, em 2008, porém com uma maior ênfase em um fator-chave: o potencial de *improviso* do ator. A versão final da obra de Tilly reforça a capacidade dos atores de adaptação no que diz respeito a modificar e adequar as *performances* de um repertório a um formato que melhor alcance seus fins dentro dos limites impostos tanto pela conjuntura sociopolítica vigente como por fatores culturais presentes no meio social em que se enquadra o conflito (ALONSO, 2012; JASPER, 2016; TILLY, 2008). A construção do repertório seria então ao mesmo tempo tradição, continuidade e inovação, a depender da percepção da conjuntura geral por parte do ator.

Em suma, o conceito tillyano de repertório de ação coletiva fora arduamente ampliado e repensado durante a carreira do autor, passando por fim, a ser entendido como um conjunto de *performances* (ciclos de protesto, ou *táticas*) organizadas, mobilizadas dentro de uma *arena*⁶ por um ator coletivo a fim de interagir de forma contenciosa sobre um interlocutor/antagonista, para que este tome providências diante das reivindicações

⁶ Segundo Jasper (2016), “**Arenas** não são cultura, mas os lugares em que ocorre a ação estratégica, governados por regras formais e tradições informais, em que os recursos só são usados de determinadas maneiras” (JASPER, 2016, p.28)

do movimento. No decorrer deste processo, os atores modificam ou abandonam as *táticas* que não se ajustam às arenas que encontram e abraçam as que se *ajustam*, além de inovar e experimentar novas *táticas* caso julguem pertinente. Porém, deve-se considerar o caráter interativo dessa construção conceitual, uma vez que as arenas, o sistema político, e demais atores afetados pelas *táticas* reagem às tentativas do movimento em aplicar suas performances. Essa definição rompe com a definição setentista inicialmente estática das oportunidades políticas e abre um enorme campo de utilização e desenvolvimento das noções de repertório, mesmo após a morte de Tilly, em 2008.

1.2.4. Sobre o conceito de repertório organizacional

Em sua última obra, Tilly flexibiliza a noção de repertório para cobrir variáveis mais culturalistas e deixa um convite a novos pesquisadores em explorarem o conceito e suas possíveis aplicações. Um dos exemplos mais interessantes de conceitos derivados dos repertórios tillyanos é a criação do conceito de *repertórios organizacionais* (CLEMENS, 2010). Essa abordagem – que é especialmente importante na construção do objetivo aqui pretendido –, retrata bem as abordagens mistas e complementares entre estruturalismo e culturalismo que se anunciavam com as últimas flexibilizações do conceito original, mobilizando ferramentas conceituais de múltiplas correntes teóricas da ação coletiva de forma combinada. Em sua essência, o conceito de *repertório organizacional* (ou de organização) combina as elaborações tillyanas de repertório de confronto com os modelos explicativos institucionalistas presentes na teoria da organização. Desta forma, os repertórios organizacionais são tidos enquanto um conjunto de formas organizacionais disponíveis – a nível material, cognitivo e cultural – para determinado grupo desempenhando uma ação coletiva em determinado contexto.

Clemens valoriza os aspectos culturais incorporados nas últimas elaborações tillyanas de repertório ao pontuar que, numa sociedade, os modelos de organização não se desvinculam da própria construção cultural do grupo. Assim, as formas organizacionais não se restringem às suas funções instrumentais, desempenhando também funções simbólicas e comunicativas. Desta forma, a utilização de um determinado modelo organizacional influencia nos vínculos que um grupo organizado estabelece com outras organizações, ou seja, o modelo de ação coletiva escolhido impacta tanto nas alianças com outros grupos como nas relações com as instituições políticas (CLEMENS, 2010,

p.180). A autora enxerga a forma organizacional como sendo ao mesmo tempo uma afirmação de identidade e também enquanto uma componente de campos institucionais mais amplos. Assim, os movimentos sociais aparecem nesta perspectiva como não apenas veículos de interesses preexistentes e causas de efeitos políticos específicos, mas como importantes meios de mudança institucional. (CLEMENS, 2010).

No que diz respeito à escolha do modelo organizacional dentro do conjunto do repertório, Clemens pontua que nem todas as opções disponíveis na prática tem a mesma chance de virem a serem mobilizadas. Isso se dá devido à cognição – para além das percepções culturais/simbólicas – por parte dos atores de que em determinados contextos podem haver certos modelos específicos que venham a ser mais privilegiados que outros em termos de mobilização de recursos, status e potenciais arranjos institucionais. Também destaca-se o fator “familiaridade” nas escolhas dos arranjos organizacionais já que, assim como ocorre nos repertórios de performance, os atores tendem a adotar modelos de organização cuja práxis já seja relativamente familiar a eles próprios e à estrutura institucional na qual se ambienta a luta (CLEMENS, 2010; TILLY, 2008). Essa familiaridade institucional, porém, é compreendida por alguns teóricos da organização enquanto um fator negativo que pode vir a homogeneizar as possibilidades de ação por parte dos atores coletivos, que podem se sentir cada vez mais propensos a se mobilizar por vias mais institucionalmente aceitáveis (DIMAGGIO; POWEL, 1983 apud. CLEMENS, 2010).

Assim, a mobilização de um modelo organizacional específico traz consigo consequências tanto para o ambiente como para o sistema de relações entre organizações do meio. Segundo Clemens (2010), determinadas escolhas podem produzir capacidades organizativas que criem uma vasta pluralidade de demandas em seu ambiente a ponto de induzir a formação de novas organizações. Além disso, a escolha de determinado modelo organizacional pode levar o ator coletivo a se aproximar de certos grupos de atores, ou a enfraquecer outros vínculos interorganizacionais. Sobre o processo de construção, mobilização e transformação dos repertórios organizacionais num contexto de disputa política, Clemens pontua que:

[...] O repertório de organização tanto reflete como ajuda a dar forma aos padrões de organização social. Assim como qualquer indivíduo ou grupo o adquire, um repertório é em grande medida constituído pela experiência e pela percepção das formas existentes de organização social. Sabemos o que é fazer parte de um comitê, de uma comunidade ou de um pelotão porque

participamos, observamos ou ouvimos falar dessas diferentes formas de organização. De modo similar, sabemos o que diferentes modelos organizacionais significam no que diz respeito às expectativas e comportamentos dos membros, assim como no que concerne à identidade coletiva apresentada aos outros. Assim, o uso inicial de formas conhecidas por novos grupos provoca um efeito desestabilizador sobre as convenções de organização existentes. (CLEMENS, 2010, p. 182).

Em outras palavras, uma vez que um grupo tenha sido pioneiro na utilização de determinado modelo organizacional em dada arena política, esse modelo pode vir a ser incorporado ao repertório de rotinas organizativas de outros grupos caso estes percebam, cognitivamente, tal aplicação como vantajosa e viável. Apesar de que, à primeira vista tenda-se a pensar que o fundamento racional para a utilização de certo modelo possa derivar de vantagens estratégicas momentâneas, a adoção em ampla escala – ou seja, a disseminação do modelo para outros grupos – é uma importante fonte de mudança que impacta nas categorias organizatórias do sistema político.

Segundo Clemens (2010), a utilização deste modelo explicativo das transformações das mudanças de organização política gera três proposições imediatas: *Em primeiro lugar*, ao invés de identificar uma tendência para criação de formas burocráticas hierarquizadas por parte do grupo, este modelo sugere que quaisquer análises envolvendo os repertórios organizacionais exigirão certo foco nas questões culturais e simbólicas. Isso ocorre uma vez que se compreende as relações implícitas entre a análise cultural e a organizacional, evidenciando que os modelos de organização não representam apenas convenções e rotinas internalizadas para coordenar as ações de um grupo, mas também expressam simbolicamente o que significa para determinadas pessoas organizarem-se de determinadas maneiras para alcançar determinados propósitos. *Em segundo lugar*, é importante ponderar que os padrões de mobilização de um ator coletivo – ou repertórios – possam vir a variar de acordo com a mobilização de determinado conjunto de modelos organizacionais disponível a um grupo em níveis culturais, material e experimental no contexto da luta. Por fim, *em terceiro lugar*, antes da experimentação de novos padrões de organização mediante situações novas ou ambíguas devem ser ponderados impactos exercidos pela mobilização de tais táticas, levando em consideração os laços que determinado grupo mantém com outros grupos engajados em um modelo particular de organização. Essa deve ser uma preocupação, uma vez que a escolha de uma forma organizacional específica pode vir a fortalecer os

laços entre algumas organizações ao mesmo tempo em que enfraquece outros vínculos existentes ou limita a abertura de novos vínculos.

A contribuição de Clemens é relevante devido à sua capacidade de formalizar dinâmicas relacionais entre subjetividades da ação dos atores – já entendida numa perspectiva mesclada com fatores culturalistas numa lógica de repertório – e as organizacionais, incorporando o *repertório organizacional* enquanto uma elaboração conceitual relevante tanto a nível cultural como estrutural.

1.3. Sobre o conceito de repertório de interação

O conceito de *repertórios de interação* (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014) aqui apresentado é uma reinterpretação derivada originalmente do conceito de repertório de ação presente na Teoria do Confronto Político de Charles Tilly. Conforme visto nas sessões anteriores, Tilly formulou sua teoria buscando explicar o surgimento e o desenrolar da ação coletiva a partir da reconstrução do contexto político, ou da estrutura de oportunidades políticas, sobretudo no que diz respeito às relações de força entre as autoridades – grupos ocupando cargos em setores do Estado –, e os desafiantes – que se encontram fora da esfera de poder do Estado. Desse esforço surgiram o conceito de *repertórios de ação* (TILLY, 1976) e diversas reinterpretações e adaptações dessa ferramenta analítica inicial.

O conceito de *repertório de interação* foi desenvolvido por Rebecca Abers, Lisandra Serafim e Luciana Tatagiba a partir da percepção da insuficiência do conceito tillyano de repertório de ação somado às noções de oportunidades políticas na compreensão da realidade dos movimentos sociais brasileiros. As autoras basearam suas análises no período pós-início da era Lula (2003) marcado pelo mote da “participação da sociedade civil” reforçado pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Elas partem do argumento de que neste contexto de maior proximidade, movimentos sociais e atores estatais se possibilitaram a experimentar criativamente com diferenciados padrões históricos de interação Estado-sociedade e reinterpretaram rotinas de comunicação e negociação de pautas de formas inovadoras. A constatação é de que ativistas que assumem cargos na burocracia federal frequentemente transformam agências governamentais em espaços de militância nos quais continuam a defender bandeiras desenvolvidas previamente no âmbito da sociedade civil. No governo, tais ativistas buscaram construir e fortalecer espaços participativos formalizados – como conselhos e

comitês –, cuja relevância se mostrava crescente no âmbito nacional durante o recorte analítico das autoras (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p.326). Desta forma, as autoras buscaram compreender a combinação dessas práticas e rotinas de interação entre o Estado e movimentos sociais em diversos setores de políticas públicas, partindo da premissa de que as variações nessas rotinas podem ser explicadas por dois fatores centrais: os padrões históricos de relação Estado/movimentos em cada setor; e o nível de receptividade encontrada na esfera estatal – aspecto do qual pode por muitas vezes ser favorecido pela presença de aliados do movimento em cargos-chave no interior do governo (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p.327).

A adaptação conceitual realizada pelas autoras acerca do repertório de ação de Tilly – pensado de forma a entender as dinâmicas dos movimentos sociais a partir de uma lógica puramente conflitiva – se deu de forma a considerar analiticamente dinâmicas não unicamente contenciosas para compreender a interação entre os atores sociais e o Estado. Apesar dos repertórios de interação distinguirem-se dos repertórios de performance na medida de sua compreensão quanto ao nível de conflituosidade da interação, assume-se aqui que eles partilhariam de propriedades adaptativas similares às pretendidas originalmente pelos autores do Confronto Político para explicar as transformações graduais nos repertórios contenciosos. Assim, as dinâmicas internas e o potencial impacto político de movimentos sociais poderiam variar também de acordo com o nível de institucionalização de sua atuação nos repertórios de interação sociedade-Estado historicamente construídos, podendo estes sofrer certa incidência caso haja uma maior ou menor inserção de ativistas e/ou aliados em setores estratégicos do poder público. Para melhor entender os fatores responsáveis por essa variação, deve-se observar a forma como essas novas arenas empiricamente encontradas se encaixam na tradição da relação Estado-sociedade. Esse seria então o grande ganho analítico do emprego da noção de repertórios de interação Estado-sociedade na compreensão dos movimentos sociais brasileiros.

Conforme já fora previamente apresentado, a discussão *mainstream* na literatura internacional sobre ação coletiva tem se debruçado historicamente sobre as questões pertinentes a relação entre os movimentos sociais e Estado sob uma ótica de conflito, fazendo dos repertórios contenciosos os elementos centrais para as análises. Porém, essa perspectiva não necessariamente supre todas as necessidades analíticas com as quais se deparam os cientistas sociais brasileiros na busca pela compreensão das relações

observadas empiricamente entre os movimentos e o poder público (ABERS; VON BÜLOW, 2011). Tem se mostrado notável no cenário brasileiro a atuação dos movimentos sociais no interior do Estado através da permeabilidade das estruturas do Estado aos próprios ativistas ou da interação direta com agentes públicos em setores de interesse. Essa visão rompe com a premissa do confronto político que assume o papel obrigatoriamente antagonista do Estado em relação com o movimento, e encoraja a literatura brasileira a trabalhar de forma a mobilizar ferramentas teóricas capazes de compreender tanto o processo de construção dos vínculos de colaboração (quando ocorre) entre os movimentos e o Estado como as formas das quais o movimento utiliza-se do próprio aparelho estatal para incidir sobre seus objetivos. Neste sentido, Abers, Serafim e Tatagiba (2014) definiram quatro instâncias analíticas – ou rotinas de interação Estado-sociedade – que podem ser empregadas de forma a visualizar essa realidade dentro da perspectiva dos repertórios de interação: 1) *Protestos e ação direta*; 2) *Política de proximidade*; 3) *Participação institucionalizada*; 4) *Ocupação de cargos na burocracia* (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014).

Protestos e ação direta diz respeito a forma de mobilização de movimentos que expressam demandas de forma a pressionar seus interlocutores estatais a negociar através da demonstração de sua capacidade de mobilização. Nessa modalidade destacam-se as marchas, protestos de rua dentre outras formas que se mostram eficientes em tornar públicos posicionamentos conflitantes, reforçando o potencial numérico de apoio a pauta ao mesmo tempo em que busca reafirmar identidades coletivas intrínsecas ao movimento. O significado atribuído ao protesto pelos atores pode variar caso o governo seja visto como um aliado do movimento. Neste caso, as autoras identificam dois tipos de rotinas de protesto e ação direta: “protesto para abrir ou restabelecer negociação, no caso de governos que são menos permeáveis às demandas dos movimentos; ou protestos como parte do ciclo de negociação, mais comuns em situações nas quais atores de governo e movimento são aliados em torno de projetos políticos comuns.” (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p.332).

Política de proximidade representa formas de interação baseadas na existência de contatos pessoais entre atores estatais e sociais. Isso tende a ocorrer quando atores/pautas sociais específicos agregam a si um nível de prestígio junto a setores no Estado, possibilitando assim incidir sobre o processo decisório público.

Participação institucionalizada é uma forma de interação na qual o diálogo entre sociedade civil e Estado se dá a partir do uso de canais comunicativos oficiais, nos quais a participação presume a aceitação de um conjunto de regras pré-estabelecidas (muitas vezes por vias legais). Dentre esses canais, – no cenário brasileiro – exemplificam-se principalmente instituições participativas como orçamento participativo, conselhos de políticas públicas e conferências.

Ocupação de cargos na burocracia presume que haja uma maior facilidade por parte de atores inseridos na máquina burocrática para promover suas pautas. Esse tipo de rotina tende a se tornar mais comum em contextos nos quais o governo é tido como aliado dos movimentos. Essa modalidade tende a favorecer a ocorrência de interações de *política de proximidade*, já que a comunicação não se restringe às formalidades da atuação burocrática, podendo por muitas vezes facilitar a ocorrência de negociações em espaços informais durante encontros – entre atores sociais e seus interlocutores estatais – que só puderam ser realizados devido à posição privilegiada de determinados atores enquanto funcionários do Estado (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p.334).

Outros autores buscaram também retratar essa realidade, a exemplo de Carlos, Dowbor e Albuquerque (2017). As autoras não apenas concordaram com a premissa central da incompatibilidade da maior parte dos modelos teóricos do *mainstream* internacional com as dinâmicas de interação observadas empiricamente no contexto brasileiro, como ampliaram essa reflexão a partir da adição da noção de *encaixes institucionais*. Esses encaixes seriam os processos de acesso ao Estado e de influência em políticas públicas. Essa formulação permite avançar na compreensão das formas de interação entre atores sociais e institucionais envolvidos na interação intrínseca ao processo político (CARLOS; DOWBOR; ALBUQUERQUE, 2017). Esses pontos de acesso são essencialmente frutos de aberturas institucionais permitidas pelo Estado, o que não necessariamente significa a nulidade da *agency* do movimento social nesse processo, uma vez que essas aberturas podem ser fruto do constrangimento do poder público frente a determinadas táticas do movimento; ou da inserção de ativistas ou adesão de aliados presentes em setores do Estado.

Ainda nessa perspectiva de encaixes, entende-se como importante criar ferramentas para se estabelecer distinções quanto aos *padrões de interação* mobilizados pelo movimento. Esse conceito já foi mobilizado anteriormente em Carlos (2012; 2015; 2017), onde

aparece organizado numa disposição baseada em tipos ideais pautados sobre três variáveis definidoras das relações entre movimento social e Estado, a dizer: i) cooperação; ii) conflito; e iii) autonomia. Nessa perspectiva, os tipos ideais se dividem em: i) Interação conflitual (cooperação baixa, conflito alto e autonomia alta); ii) Cooperação conflitual (cooperação alta, conflito alto, autonomia alta); e iii) Cooperação subordinada (cooperação alta, conflito baixo, autonomia baixa).

Essa delimitação dos alcances dos níveis de conflituosidade é baseada nas formulações de Giugni e Passy (1998), que definem que o padrão de cooperação compreende “a relação entre duas partes baseada na concordância quanto aos fins de uma dada ação, que envolve uma colaboração ativa com o objetivo de atingir cada finalidade” (GIUGNI; PASSY, 1998, p.84 apud CARLOS, 2012). Enquanto a cooperação conflitual “considera que os movimentos sociais são ambivalentes e utilizam uma estratégia de combinação entre o conflito e a cooperação” (ibidem) considerando as contribuições dessa abordagem, entendo-as como relevantes para levar à cabo o exercício analítico aqui proposto. A disposição dos tipos ideais segue ilustrada abaixo na Figura 1.

Figura 1: Padrões de interação

		Conflito	
		Alto	Baixo
Cooperação	Baixo	Interação conflitual	
	Alto	Cooperação conflitual	Cooperação subordinada
		Alto	Baixo
		Autonomia	

Fonte: CARLOS, 2017, p.342.

Encerra-se aqui a apresentação individual dos conceitos repertoriais pertinentes à construção da proposta de pesquisa. No próximo capítulo, reservo-me em dissertar sobre as proposições teóricas levantadas pela literatura dos movimentos sociais, sobretudo no âmbito culturalista, nos aspectos cognitivos e emocionais; e em seguida, apresentarei em detalhes a estratégia de análise em *frames* aqui pretendida.

CAPÍTULO 2

Sobre a análise dos repertórios e performances numa perspectiva de *Framing*

Este capítulo será voltado à formalização da estratégia e variáveis de análise em *framing*, aqui realizada a partir dos documentos e entrevistas presentes no Banco de Dados da pesquisa. Contudo, um esforço descritivo acerca da construção do atual entendimento das teorias de *framing* cabe aqui como um tópico que precede a apresentação central dessa sessão. Iniciarei com a reconstrução do processo de incorporação do conceito sociológico Goffmaniano de *frame* enquanto um aspecto central na teoria dos movimentos sociais na virada do século (BENFORD, SNOW, 2000). Antes de iniciar uma mais profunda exposição das variáveis analíticas pretendidas, foco-me em introduzir aqui alguns pressupostos essenciais à compreensão da própria relação dessas variáveis com a problemática desta pesquisa. Refiro-me ao caráter relacional existente entre estrutura, cognição e *agency* na abordagem aqui proposta. Para explicar a relação entre essas dimensões, iniciarei uma argumentação acoplada ao próprio conceito de cultura, nos termos de Jasper (2016).

A cultura jasperiana é composta por três pilares centrais, a dizer: 1) *cognição*; 2) *emoções*; e 3) *moral*. Nessa perspectiva, entende-se a *cognição* enquanto um complexo arcabouço de elementos comunicativos utilizados para definir narrativas dos atores. Essas narrativas incluem a própria noção identitária do grupo ou de outrem, além da própria construção do senso de como agir. As *emoções* são entendidas como elementos funcionais da cultura, é uma parte sensível que dá vida às próprias narrativas cognitivamente interpretadas pelos atores, ou seja, a emoção encontra-se intimamente vinculada à cognição. Por fim, a *moral* consiste tanto no conjunto de princípios explícitos, como nas intuições (princípios implícitos, não necessariamente expressos comunicativamente), podendo também permear o campo da emoção e da cognição (JASPER, 2016, p.26-27). Esses três pilares interagem entre si na constante construção das narrativas dos atores, e são relevantes para se pensar a construção da ação de um movimento social.

Apesar de reconhecer a importância de todos os três pilares jasperianos da cultura na análise geral da ação, focarei aqui na dimensão cognitiva, devido ao fato de que nela reside a maior parte do potencial explicativo da prática, no universo averiguável a partir de uma análise de *framing*: da escolha das *táticas e performances*; e da transformação dos *repertórios*. A partir dessa estratégia, buscar-se-á analisar a transformação das práticas e repertórios enquanto um contínuo processo de escolhas baseadas na construção e interpretação de narrativas e de oportunidades pelos atores coletivos.

Nesta perspectiva, adotando a cognição jasperiana, pode-se entender a *agency* no processo de escolha das modalidades interativas e organizacionais enquanto um processo interpretativo complexo no qual importam tanto as cognições acerca das oportunidades (estrutura) presentes na arena de atuação. Diante disso, nota-se a impossibilidade de se analisar as transformações dos repertórios sem estabelecer diretrizes para a análise do próprio processo de escolha das performances pelos atores, que deve dar-se de forma a não negligenciar a tríplice relação explicitada entre a cognição, estrutura e agência neste processo.

Isso implica na necessidade de se mobilizar uma estratégia analítica capaz de traduzir as principais variáveis presentes tanto no processo de escolha das *táticas e performances*, como no de transformação dos repertórios. Esse exercício torna-se indispensável para se conceber com maior riqueza explicativa as variações dos repertórios nos níveis interativos, organizacionais e de performance. Para realizar tal tarefa, torna-se necessário explicitar o que a literatura especializada entende acerca da relação entre a instância cognitiva de *framing* e os repertórios de ação coletiva. Visando preencher as lacunas necessárias para o bom entendimento da proposta, este capítulo se estrutura em **duas** seções: a **primeira** seção trará um panorama acerca do processo de emergência da estratégia de análise em *framing*, assim como a construção dos pressupostos acerca da composição dos *frames* de ação coletiva pela literatura; serão abordados os processos de surgimento, construção e transformação dos *frames*; por fim, abordará o entendimento da literatura acerca da difusão de *frames* de ação coletiva entre atores heterogêneos; a **segunda** seção explicitará a relação entre os *frames* de ação coletiva e a interpretação das oportunidades políticas, assim como na criação de coesões identitárias entre atores; tratará de forma mais direta da relação entre os *frames* e os repertórios disponíveis a determinado ator coletivo; por fim, o tópico final da seção, sintetizará a discussão, explicitando a estratégia a ser aqui mobilizada no intuito de estabelecer análises entre as

variações nos padrões de ação, interação e organização e as variáveis cognitivas de *framing*.

2.1. Sobre a literatura de análise em *Framing*

Originalmente utilizado numa perspectiva mais alinhada à sociologia, o conceito de *frame* fora lançado na década de 1970 por Goffman, sendo entendido como enquadramentos interpretativos de significados atribuídos por atores políticos a partir de sua percepção acerca da realidade vivenciada, como por exemplo, a respeito da delimitação das problemáticas enfrentadas e/ou possíveis soluções (GOFFMAN, 2012). Apesar de sua origem sociológica, o conceito se tornou extremamente popular no campo da ciência política que estuda as mobilizações coletivas, sobretudo nos anos de 1990, quando se catalisava a influência da crítica culturalista na teoria política. O conceito de *frame* fora abraçado, em dada medida, tanto por autores culturalistas como estruturalistas que buscavam incorporar dimensões cognitivas dos atores coletivos a fim de validar suas construções teóricas no contexto da crise epistemológica estruturalista. Neste contexto, a falta de consensos empíricos e metodológicos acerca dos enquadramentos interpretativos gerou uma agenda experimental, que buscava melhor delimitar o alcance das definições teóricas e empíricas dos *frames*.

Um dos tópicos mais relevantes dessa agenda da teoria dos movimentos sociais diz respeito à própria transformação e difusão de *frames* de ação coletiva. Segundo Benford e Snow (2000), esses processos ocorreriam de forma contínua, intrinsecamente ao próprio embate entre as narrativas, ideias e significados construídos pelos atores em confronto. Nessa perspectiva, os atores não seriam entendidos simplesmente como portadores de crenças e ideologias cimentadas, mas também seriam capazes de aprender e ressignificar suas percepções de acordo com sua relação com a estrutura, com seus antagonistas e com o processo histórico no qual o confronto se insere. Segundo os autores, o *frame* numa modalidade de ação coletiva:

É ativo no sentido de que algo está sendo feito e processual no sentido de um processo dinâmico e em evolução. Implica agência no sentido de que o que está evoluindo é o trabalho de organizações de movimentos sociais ou ativistas de movimentos. E é controverso no sentido de envolver a geração de quadros interpretativos que não apenas diferem dos existentes, mas que também podem desafiá-los. Os produtos resultantes dessa atividade de enquadramento são chamados de "*frames* de ação coletiva". (BENFORD, SNOW, 2000, p. 614. Tradução minha).

Desta forma, destaca-se o papel do *frame* enquanto uma ferramenta analítica central quando se busca analisar os aspectos cognitivos e interpretativos por parte dos atores coletivos e sua interação com estrutura, interlocutores e arenas. Admite-se nessa perspectiva que a construção dos *frames* de ação coletiva é um elemento intimamente ligado ao processo de criação de coesão identitária, identificação da problemática, do apontamento de opositores e da busca por possíveis prognósticos. Infere-se deste raciocínio, que a forma como se dá a construção dessas narrativas e significados (e sua transformação) teriam um potencial de incidência considerável sobre as dinâmicas repertoriais em nível de ação e organizacional dos atores. Isto é: a forma de agir de um movimento é influenciada pela forma como o movimento social interpreta o processo histórico e as variáveis socioestruturais que se apresentam no contexto contencioso e as variações dos significados atribuídos durante esse processo. Cabe aqui, contudo, uma melhor explicação acerca de como a literatura especializada entende tais processos de construção, transformação e ressignificação desses enquadramentos interpretativos.

Segundo Benford e Snow (2000), os *frames* de ação coletiva podem ser divididos em **duas dimensões**: a **central**, relacionada às dinâmicas da ação e organização de um ator coletivo; e a **segunda** dimensão diz respeito aos aspectos interativos e discursivos que interpretam e dialogam com a dimensão central e levam a reproduções e ressignificações de *frames* da ação coletiva. Desta forma, os quadros de ação coletiva são construídos e ressignificados no decorrer de um contínuo processo comunicativo no qual os atores do movimento social negociam um entendimento compartilhado de alguma condição ou situação problemática que definem como necessitando de mudança, fazem atribuições sobre quem ou o que é o culpado, articulam um conjunto alternativo de acordos e decidem como e se agir em conjunto para afetar a mudança. Ou seja, a segunda dimensão do *frame* de ação coletiva exerce funções cognitivas, interpretando, orienta e transforma a primeira no decorrer do processo de mobilização.

Durante a fase experimental que inaugurou as análises empíricas numa perspectiva de *framing* na ação coletiva, postulou-se que a **dimensão central** desses *frames* poderia ser subdividida em **três partes**: **diagnóstico**, que diz respeito à identificação do problema e possíveis culpados, incluindo-se aqui as construções das narrativas de bom *versus* mal; **prognóstico**, que se refere às percepções acerca de possíveis soluções e consensos sobre como agir para obter sucesso nessas resoluções; e a **motivação**, que remete aos

estímulos (negativos ou positivos) que acabam por impulsionar a continuidade da ação coletiva (SNOW, BENFORD, 1988).

Em relação ao *frame* **diagnóstico**, os primeiros estudos empíricos se focaram no processo de desenvolvimento e articulação do que Gamson (1992) intitulou de "*frames* de injustiça", averiguando uma série de processos a partir dos quais os atores coletivos atribuíam significação identitária às vítimas de determinada problemática e/ou violação (JASPER, POULSEN, 1995). Além disso, também concluía-se que essa delimitação de injustiça está geralmente vinculada a uma atribuição de culpa a determinado(s) atores – geralmente autoridades – identificados como responsáveis e/ou omissos à problemática enfrentada. Essas características supracitadas dos enquadramentos foram visualizadas com bastante recorrência nos estudos empíricos de mobilizações coletivas que buscavam incidir sobre uma problemática nos níveis econômico e/ou político (BENFORD, SNOW, 2000). Nesta perspectiva, uma vez admitindo que os movimentos sociais que se mobilizam coletivamente buscam remediar e/ou modificar determinada conjuntura, sua ação deve ser realizada após um processo de identificação das causas do problema, os atores responsáveis e demais oponentes. Cabe-se notar aqui a não homogeneidade das narrativas criadas na forma de *frames* de diagnóstico, sendo tais narrativas sempre fruto de uma construção (e embate) comunicativa entre uma pluralidade de atores individuais inseridos na pauta de mobilização.

O *frame* **prognóstico**, por sua vez, representa as articulações coletivas relacionadas à percepção de solução para as problemáticas enfrentadas: o que fazer, e como fazer? Muitas vezes essas respostas são orientadas pelo próprio esforço comunicativo-cognitivo implícito na construção do *frame* diagnóstico, a partir do qual, emergem os planos de ação buscando modificar tal conjuntura problemática (BENFORD, SNOW, 2000). Assim como no caso do diagnóstico, o *frame* prognóstico também é fruto de processos não homogêneos de construção comunicativa, podendo inclusive existir múltiplos subgrupos em um mesmo ciclo de mobilização coletiva que tem diferentes noções prognósticas acerca de como incidir sobre a problemática. Um exemplo disso pode ser empiricamente averiguado na análise realizada recentemente por Tatagiba e Galvão (2019) sobre os protestos no Brasil no período de 2011 a 2016. As autoras identificaram nesse contexto a co-existência de uma pluralidade de percepções prognósticas dentre subgrupos que, por vezes, partilhavam um mesmo diagnóstico e

arena em ciclos de protesto de rua, sobretudo no ano de 2013 (TATAGIBA, GALVÃO, 2019).

Por fim, o *frame* de **motivação** diz respeito às justificativas finais para o engajamento e manutenção da ação dos atores coletivos. A motivação dialoga com os demais *frames* centrais, uma vez que esse impulso pode se dar tanto por vias de uma percepção de emergência e/ou insustentabilidade da conjuntura problematizada como pelo senso de eficácia e otimismo acerca das estratégias mobilizadas.

Para além da análise das características da dimensão central dos *frames* de ação coletiva, Benford e Snow (2000) afirmam que a literatura especializada também identificou empiricamente uma série de aspectos variáveis. Em outras palavras, averiguou-se aspectos intrínsecos ao processo de construção dos *frames* que são passíveis de modificação no decorrer de uma cronologia de mobilização coletiva. Nessa construção conceitual empírica, destacam-se quatro modalidades: 1) a *identificação de problemas e direção ou local de atribuição*; 2) *flexibilidade e rigidez, inclusão e exclusividade*; 3) *escopo e influência interpretativos*; 4) o *grau de ressonância*.

Sobre a modalidade de *identificação de problemas e direção ou local de atribuição*, a literatura identificou que os *frames* de ação coletiva variam no decorrer do tempo em termos de identificação de problemáticas a serem abordadas e senso de atribuição de culpa/responsabilidade. Isso pode vir a implicar numa modificação tanto nos diagnósticos como prognósticos, causando também variações em percepções de injustiças, oponentes e demais pautas que motivam o engajamento (BENFORD, SNOW, 2000).

A modalidade de *flexibilidade e rigidez, inclusão e exclusividade* presume que os *frames* de ação coletiva podem variar no grau em que são relativamente exclusivos, inelásticos, rígidos, restritos ou relativamente inclusivos, abertos, elásticos e elaborados em termos do número de temas ou idéias que incorporam e articulam. Segundo Benford e Snow (2000), quanto mais inclusivos e flexíveis os *frames* de ação coletiva, maior a probabilidade de eles funcionarem ou evoluírem para um "*master frame*", entendido como um enquadramento interpretativo de ação coletiva que abrange um vasto escopo e orienta a atuação de diversos atores coletivos, extrapolando-se as fronteiras de problemáticas locais. Um exemplo de *master frame* pode ser encontrado na preocupação com o aquecimento global, que é uma problemática que mobiliza diversos atores

coletivos, conjuntamente ou não, sendo um enquadramento presente em variadas mobilizações coletivas em múltiplas localidades. Benford e Snow defendem que esses *master frames* se restringem a poucos tópicos-chave, conforme é explicitado no trecho a seguir:

Apenas um punhado de *frames* de ação coletiva foi identificado como sendo suficientemente amplo em escopo interpretativo, inclusividade, flexibilidade e ressonância cultural para funcionar como *master frames*, incluindo *frames* de direitos (Valocchi 1996, Williams & Williams 1995), *frames* de escolha (Davies 1999), *frames* de injustiça (Carroll e Ratner 1996a, b, Gamson et al 1982), *frames* de justiça ambiental (Cable & Shriver 1995, Capek 1993), *frames* culturalmente pluralistas (Berbier ~ 1998, Davies 1999), *frames* de terrorismo sexual (Jenness & Broad 1994), *frames* de oposição (Blum-Kulka & Liebes 1993, Coy & Woehrle 1996), *frames* hegemônicos (Blum-Kulka & Liebes 1993) e um *frame* de retorno à democracia. (BENFORD, SNOW, 2000, p.619. Tradução minha.)

A modalidade de *escopo e influência interpretativos* dialoga bastante com as propriedades aglutinadoras do *master frame* descrito no tópico anterior. Entende-se que o escopo dos *frames* de ação coletiva da maioria dos movimentos sociais é limitado aos interesses de um grupo específico ou a um conjunto de problemáticas relacionadas diretamente a esse grupo. Contudo, o escopo interpretativo de grupos em processo de mobilização podem vir a ser derivados ou influenciados por esses enquadramentos *master* mais generalizados de longo alcance (BENFORD, SNOW, 1992, 2000). Nessa lógica, tanto o potencial de inclusão e flexibilidade de um *master frame* como a possibilidade deste se enquadrar enquanto viável dentro dos paradigmas subjetivos dos atores coletivos específicos que possam estar sujeitos a sua influência.

Por fim, a modalidade da *ressonância* diz respeito a **dois** conjuntos de fatores de interação que são responsáveis pela variação no grau de ressonância do *frame*: a *credibilidade* do *frame* proposto e sua relativa *saliência* – ou visibilidade – (BENFORD, SNOW, 2000). Isso quer dizer que as transformações no nível de *ressonância* de um *frame* de ação coletiva impactam diretamente sobre o alcance de um enquadramento interpretativo, no sentido de, por exemplo, reduzir ou expandir o nível discursivo de urgência e/ou relevância que determinada pauta carrega intrínseca a si. Desta forma, uma ampliação na *ressonância* de um *frame* pode favorecer a sua difusão a atores variados e/ou aumentar sua receptividade junto à opinião pública e Estado. Sobre a questão da *credibilidade*, Benford e Snow (2000) a atribuem a **três** fatores centrais: a *consistência do frame*, que diz respeito ao alinhamento ideológico entre o

discurso, demandas e ações de um ator coletivo; a *credibilidade empírica* deste enquadramento, ou seja, se essa pauta problematizada pode ser embasada em dados empíricos; e, por fim, a *credibilidade dos atores*, aspecto que inclui desde o status e nível de expertise dos atores e/ou organizações envolvidas na ação coletiva. Já sobre a questão da saliência, os autores entendem que seu nível está relacionado à variáveis como a centralidade da pauta, e a fidelidade e concretitude empírica e discursiva das narrativas que embasam o *frame*.

2.1.1. Sobre o processo de construção dos *frames* de ação coletiva

O processo de surgimento, desenvolvimento e transformação dos *frames* não se dá, contudo, apenas nas três dimensões centrais do diagnóstico, prognóstico e motivação. A literatura especializada aponta que esse processo não se limita às fronteiras dessas funções centrais, se estendendo para **três** conjuntos de processos sobrepostos que podem ser categorizados como: *discursivos*; *estratégicos*; e *contestados* (BENFORD, SNOW, 2000).

Os *processos discursivos* remetem às dinâmicas comunicativas, faladas ou escritas, exercidas entre membros de um movimento social, deliberando numa perspectiva cognitiva referente à própria ação coletiva empreendida ou pretendida. Desta forma, os *frames* coletivos são gerados, modificados e ampliados continuamente por meio do compartilhamento de experiências em arenas comunicativas formais ou informais, conferindo maior solidez discursiva às experiências pessoais dos atores e negociando a interpretação coletiva sobre problemáticas, eventos e estratégias.

Os *processos estratégicos* são entendidos como processos deliberativos e utilitários voltados à construção ou adequação de um *frame* visando atingir determinado objetivo, como recrutar novos membros, mobilizar ações, angariar fundos, dentre outros. Esse esforço pode ocorrer por meio de ações estratégicas que ampliem, ou transformem uma narrativa interpretativa de forma a deliberadamente obter êxito em determinado objetivo de ação. Esse tipo de processo se exemplifica em quatro modalidades: 1) a *conexão de frames* diz respeito a buscar aproximação entre dois ou mais enquadramentos interpretativos com certa proximidade normativa, porém independentes estruturalmente. Essas conexões podem se dar entre atores coletivos distintos e/ou entre organizações e atores individuais. Um exemplo de estratégia que ilustra esta modalidade seria um movimento social adequar seu discurso à uma percepção que entenda como a mais

adequada para incidir sobre a opinião pública de determinada região, buscando simpatia ou adesão de atores até então apáticos; 2) a *amplificação de frames* se refere à exaltação comunicativa e idealização de um conjunto de valores e crenças que melhor validam determinado *frame*. Esta modalidade dialoga tanto a nível de coesão interna do movimento social como também a nível de interlocução com demais atores-alvo; 3) a *extensão de frames* remete a um cenário no qual determinado ator coletivo busca deliberadamente flexibilizar o alcance de suas narrativas de enquadramentos interpretativos e interesses originais de forma a buscar aglutinar interesses de potenciais aliados; 4) e, por fim, a *transformação de frames* se refere à transformação ou ressignificação de consciência, crenças e interesses outrora hegemônicos dentro do enquadramento interpretativo de determinado movimento social.

Os *Processos contestados* representam as ocorrências de *frames* de ação coletiva que são impossibilitados de emergir integralmente enquanto narrativas interpretativas de maior alcance devido à contestação comunicativa de outros atores. Esses obstáculos comunicativos podem se dar no próprio processo deliberativo intrínseco à coesão de determinado movimento social acerca de seu enquadramento interpretativo da realidade e vivenciada, como também por confrontos com narrativas de outros grupos em disputa. Vários fatores podem favorecer ou prejudicar os atores coletivos no âmbito dessas disputas, como por exemplo, a mídia, restrições institucionais, ocorrência de eventos que corroborem ou desacreditem tal narrativa, posicionamento de autoridades/elites, difusão de *frames* concorrentes por parte de outros atores, dentre outros (BENFORD, SNOW, 2000). Desta forma, entende-se que os *frames* de ação coletiva existem sob constante processo de contestação, sendo sempre sujeito a críticas e barganha de narrativas tanto internamente – a nível de discordâncias acerca de diagnósticos e/ou prognósticos – como externamente à sua estrutura organizacional.

2.1.2. Sobre os processos de difusão dos *frames* de ação coletiva

Uma vez esclarecidas as questões relacionadas aos processos intrínsecos à construção, desenvolvimento e transformação dos *frames*, tratemos agora do que a literatura entende acerca das formas de difusão desses enquadramentos interpretativos. Em outras palavras, como esses *frames* de ação coletiva se estendem para além das barreiras estruturais e culturais de determinado ator coletivo – no qual se originam – e são incorporados por outrem? Acompanham essa pergunta central uma série de

questionamentos sobre como os processos envolvidos nessa difusão impactam no sistema de crenças, interesses e repertórios de atuação dos movimentos sociais.

Benford e Snow (2000) afirmam que os processos de transferência de *framing* se mostram como ferramentas analíticas relevantes para se compreender os processos de difusão de um movimento social, especialmente quando apenas uma parte no processo – o transmissor ou o adotante – assume um papel ativo na catalisação deste processo. Quando essa condição ocorre, segundo os autores, existem **dois** tipos ideais principais que exemplificam como se dá essa difusão de crenças e práticas: a *seleção/adaptação estratégica*; e a *acomodação/adequação estratégica*. A **primeira** remete a casos nos quais ocorre, intencionalmente, uma apropriação de práticas, símbolos e/ou ideias derivadas de atores dotados de subjetividades culturais distintas. Essa delimitação presume um engajamento ativo e consciente do ator transmissor ou adotante, selecionando e adaptando os itens relevantes a serem incorporados às suas dinâmicas de ação e culturais, ou nas do ator-alvo, adequando-os às variáveis contextuais presentes. A **segunda** se refere aos casos nos quais atores coletivos transmissores promovem intencionalmente algumas de suas práticas, símbolos e agendas de forma a adequá-las ao arcabouço cultural de um ator adotante (BENFORD, SNOW, 2000).

Entende-se, a partir dessa breve discussão acerca das propriedades empíricas averiguadas pela literatura de *framing*, que a construção e a transformação das múltiplas narrativas interpretativas elaboradas por um ator coletivo impactam nos seus padrões de ação. Isso pode se dar a partir de uma variação em sua percepção das oportunidades políticas, da opinião pública, ou da expectativa acerca do enquadramento de outros atores. Além disso, evidencia-se também o impacto que tais processos podem ter sobre as próprias dinâmicas identitárias e de coesão intrínsecas a um ator coletivo. Tornam-se um tópico de interesse, portanto, as modalidades de transformações e difusões de *frames* descritas acima, quando se busca averiguar processos de transformação da ação coletiva no longo prazo, seja a nível identitário, ou a nível estrutural e de ação.

2.2. Os *frames* e seu alcance analítico no estudo dos movimentos sociais

A conceitualização evidenciada até agora entende que a abordagem de *framing* pode ser utilizada para realizar análises acerca de uma série de impactos de suas construções e variações em diversos processos que se inserem nas mobilizações coletivas.

A literatura especializada entende que a forma como se dão as construções, difusões e transformações de *frames* de ação coletiva pode impactar de diversas formas na ação coletiva. Segundo Benford e Snow (2000), essa relação pode se dar em três distintos níveis: 1) o das *oportunidades políticas*; 2) o das *identidades individuais e coletivas*; 3) o dos *efeitos do movimento*.

Os *frames* e as *oportunidades políticas* se relacionariam, principalmente, num sentido cognitivo, no processo de interpretação das variáveis de abertura ou restrições dessas oportunidades pelos atores coletivos. Apesar de essas oportunidades possuírem características estruturais estabelecidas no plano concreto, elas não são necessariamente interpretadas de forma algorítmica e homogênea em sua totalidade por todos os atores sociais. Tornam-se então, insuficientes para se compreender posicionamentos específicos de atores frente à essa realidade concreta sem que existam preocupações analíticas com os processos interpretativos que irão delimitar o real entendimento das *oportunidades políticas* pelos atores. Essas interpretações podem se dar de forma diferente por atores distintos, a partir de seus próprios paradigmas e das relações estabelecidas com seus interlocutores, sendo sempre interpretadas e reinterpretadas pelos atores num processo contínuo. Desta forma, por exemplo, se um ator coletivo interpretar que o contexto de oportunidades é mais favorável à incidência de suas ações e/ou pautas, isso pode catalisar a ocorrência dessas determinadas ações ou discursos, de forma que não ocorreria caso houvesse uma interpretação menos otimista (BENFORD, SNOW, 2000, p.628).

No que se refere à relação entre o processo de *framing* e as construções das *identidades individuais e coletivas*, a literatura – sobretudo vinculada à escola dos Novos Movimentos Sociais – indica uma relação explícita entre essas identidades e o próprio potencial de participação do movimento (MELUCCI, 1989). O argumento central residiria, portanto, no papel da participação como mecanismo de ampliação das *identidades individuais e coletivas*, sendo as construções identitárias frutos de processos de enquadramento entre esses indivíduos que se identificam (ou não) com determinado enquadramento coletivo de grupo (BENFORD, SNOW, 2000; Snow, McAdam, 2000). Sendo assim, destaca-se o papel dos *frames* enquanto um dos aspectos relevantes no processo de construção das coesões identitárias, ideológicas, diagnósticas e prognósticas dos indivíduos que se inserem em determinado grupo.

A relação entre os *frames* e os *efeitos do movimento*, é entendida também com um viés cognitivista, conferindo ao processo de construção dos enquadramentos interpretativos

um papel relevante para delimitar os próprios objetivos do movimento, e portanto, os efeitos por ele buscados. Nesta perspectiva, presumem-se os movimentos sociais enquanto atores que visam promover os interesses de seus adeptos, aliados e/ou beneficiários, garantindo objetivos específicos, que podem também ser interpretados como resultados (BENFORD, SNOW, 2000, p.630-631).

2.2.1. Sobre a relação entre *frames* e repertórios dos atores coletivos

Para além das dimensões previamente explicitadas, alguns autores aferem às questões relacionadas aos *frames* de ação coletiva – e suas transformações no decorrer de uma cronologia de engajamento – uma notável influência em relação aos *repertórios* e *táticas* empregadas por determinado ator coletivo (DOHERTY, 2013; PEREIRA; SILVA, 2017). No âmbito das escolhas das *táticas*, segundo estes autores, essa relação se daria por meio do papel desse enquadramento na escolha (estratégica ou não) de *táticas* específicas a serem mobilizadas pelos atores coletivos. Essa escolha pode levar em consideração múltiplas instâncias como os enquadramentos interpretativos acerca dos impactos de determinadas *táticas* (de ação ou organizacionais) nos oponentes, opinião pública e na própria coletividade dos ativistas engajados.

Desta forma, entende-se que a análise das dimensões intrínsecas às construções e transformações nos *frames* de ação coletiva tem seu valor explicativo quando se busca investigar de que forma os movimentos sociais decidem como e quando agir, escolhendo práticas específicas dentro do leque repertorial de ações em seu alcance. Pereira e Silva (2017) sintetizam muito bem os questionamentos analíticos aqui pretendidos no seguinte trecho:

Por que organizações de um mesmo movimento, com objetivos similares, usam táticas distintas para atingi-los? Por que algumas organizações optam por táticas mais ou menos contenciosas ou, ainda, mais ou menos violentas? Por que e como organizações mudam suas preferências táticas ao longo do tempo? Ou, pelo contrário, por que elas se mantêm fiéis a uma tática mesmo quando as circunstâncias a tornam menos efetiva? (PEREIRA, SILVA, 2017, p. 10).

A abordagem aqui proposta para essa investigação, contudo, será majoritariamente focada nas variáveis relacionadas aos processos de *framing* e seus possíveis impactos nas dinâmicas repertoriais, táticas e performáticas dos atores coletivos. Essa escolha analítica, muito embora acabe por não adentrar-se em planos relevantes para essa discussão – como o plano das emoções e da moral (GOODWIN, JASPER, POLETTA,

2001; JASPER, 1997, 2016) – demonstra-se a mais adequada para a leitura do objeto de pesquisa proposto devido à natureza do banco de dados utilizado, que não suportaria análises mais aprofundadas nessas dimensões.

No processo de formalização de uma estratégia de análise em *framing* capaz de realizar leituras acerca das transformações tanto nas dimensões *interativas* como *organizacionais* e de *performance* do movimento, é implícita a importância de se definir as diretrizes interpretativas que permitiriam a leitura dessas dimensões do movimento. Um esforço para delimitar quais dessas variáveis cognitivas serão mobilizadas e as expectativas analíticas intrínsecas à proposta desta pesquisa se encontrará no tópico seguinte deste capítulo.

2.2.2. Análise de framing aplicada ao Movimento de Direitos Humanos do Espírito Santo

Este tópico será reservado à exposição das variáveis analíticas da pesquisa, ou seja, a formalização das estratégias aqui utilizadas para traduzir as transformações encontradas nos padrões repertoriais do movimento a partir de uma análise em *framing*. Primeiramente, deve-se estabelecer aqui as variáveis empíricas, ou seja, as tipificações de tipos de repertório presentes no banco de dados da pesquisa e de que forma ocorre sua classificação e quantificação. Em seguida, serão explicitadas as variáveis cognitivas de *framing* a serem consideradas na análise documental visando a subsidiar as análises referentes as transformações das quantificações das variáveis empíricas no decorrer da cronologia das campanhas do movimento de direitos humanos.

Sobre a análise dos repertórios, devo reforçar que esta pesquisa busca assimilar o conjunto de transformações na ação coletiva tanto em sua dimensão interacionista/tática/performativa como em suas dinâmicas organizativas/culturais no contexto de interação socioestatal empiricamente observado na cronologia estudada nesta pesquisa. Dessa primeira constatação, se subentende que as performances e táticas interativas do movimento, ao contrário do pensamento hegemônico internacional, não serão tratadas como uma categoria pertencente estritamente ao plano societal, sendo pertinente, portanto, a especificação do *nível de institucionalização* que permeia a tática. Assim, proponho variações da categorização dos repertórios nas variáveis Institucional e Extra-institucional enquanto elementos pertinentes tanto na definição dos *repertórios de interação* como aos *repertórios organizacionais*. Essa categoria traz importantes

ganhos, ao possibilitar recortes quantitativos mais específicos a nível comparativo para cada modalidade de performance filtrada por seu grau de permeabilidade no Estado. A partir dessa divisão inicial por *nível de institucionalização*, as táticas (não são considerados aqui os repertórios organizacionais) serão categorizadas de acordo com o *nível de conflituosidade* intrínseca à ação. Esse esforço se dará nos moldes propostos por Carlos (2012; 2015; 2017), onde essa distinção é disposta baseada em tipos ideais pautados sobre três variáveis definidoras das relações entre movimento social e Estado, a dizer: 1) cooperação; 2) conflito; e 3) autonomia. Assim, os tipos ideais aqui aplicados na quantificação das táticas se dividem em: 1) Interação conflitual (cooperação baixa, conflito alto e autonomia alta); 2) Cooperação conflitual (cooperação alta, conflito alto, autonomia alta); e 3) Cooperação subordinada (cooperação alta, conflito baixo, autonomia baixa).

Após essa classificação preliminar dos repertórios se buscará, a partir da leitura dos documentos e entrevistas presentes no banco de dados da pesquisa, interpretar as variações entre os perfis de ocorrências nas variáveis empíricas descritas acima, buscando interpretá-las a partir da discussão teórica de *framing* discutida nas seções anteriores neste capítulo. Esse esforço se dará de forma a compreender possíveis impactos das construções e transformações dos *frames* de ação coletiva no decorrer da cronologia das campanhas estudadas nos repertórios mobilizados pelos atores. Para tal, serão tecidas análises acerca da variação das instâncias mutáveis da estrutura dos enquadramentos, entendidas por Benford e Snow (2000) pelas **quatro** modalidades previamente discutidas: 1) a *identificação de problemas e direção* ou *local de atribuição*; 2) *flexibilidade e rigidez, inclusão e exclusividade*; 3) *escopo e influência interpretativos*; 4) o *grau de ressonância*.

Buscar-se-á compreender as transformações nessas instâncias dos *frames* a partir da análise dos **três** tipos de processos sobrepostos que a literatura entende como centrais averiguados pela literatura na construção e ressignificação desses enquadramentos interpretativos. Portanto, a partir da leitura dos documentos e entrevistas do banco de dados, serão tecidas ponderações acerca do papel dos processos *discursivos*; *estratégicos*; e *contestados* (BENFORD, SNOW, 2000) que se mostram presentes na construção e na transformação dos *frames*, que por sua vez podem incidir efeitos sobre as dinâmicas repertoriais dos atores coletivos no decorrer da temporalidade estudada (PEREIRA, SILVA, 2017).

Em suma, o capítulo seguinte fará uma reconstrução da cronologia histórica das campanhas estudadas, trazendo quantificações acerca das *táticas* e *performances* a nível de ação e organização, discriminando a ocorrência de ações de acordo com o *nível de institucionalização* e *nível de conflituosidade*. A partir dessa quantificação e da análise dos documentos e entrevistas, esses achados empíricos serão interpretados a partir dos *frames* averiguados neste processo e das transformações neles ocorridas, buscando investigar possíveis correlações entre a variação dos enquadramentos interpretativos e os perfis organizacionais e táticos do Movimento de Direitos Humanos do Espírito Santo no decorrer da Campanha Contra a Impunidade e da Campanha Contra Violações no Sistema Prisional.

CAPÍTULO III

A reconstrução histórico-empírica das campanhas do movimento de direitos humanos no Espírito Santo

Este capítulo será voltado para a descrição histórica e empírica da cronologia das campanhas estudadas. O texto se encontrará organizado em **três** sessões principais. A **primeira** sessão trará um breve prólogo descrevendo o processo de surgimento da rede de ativismo engajada na Campanha Contra a Impunidade. A **segunda** sessão irá retratar o processo de engajamento do Movimento de Direitos Humanos do Espírito Santo na Campanha Contra a Impunidade (1992 - 2001), evidenciando suas rotinas de interação e organização no decorrer de duas temporalidades – T1 e T2 –, sendo elas referentes ao início da campanha de ativismo e ao período posterior ao pico de mobilização, respectivamente (na Campanha Contra a Impunidade, compreende-se o T1 como o período de 1992 a 1997, e T2, de 1998 a 2001). Serão tecidas relações entre as transformações encontradas no decorrer da cronologia a elementos contidos no processo histórico a partir da análise em *framing* explicitada na última seção do capítulo anterior. A **terceira** sessão irá replicar o esforço realizado na sessão anterior, porém, considerando-se a cronologia da Campanha Contra Violações no Sistema Prisional (2004 – 2010), sendo entendidos T1 enquanto o período de 2004 a 2006, e T2 de 2007 a 2010.

Os dados referentes aos repertórios, suas transformações e das percepções tidas pelos atores acerca do processo histórico, oportunidades políticas e demais variáveis relevantes a uma análise em *framing* serão extraídos a partir da leitura de documentos e entrevistas presentes no Banco de Dados da pesquisa **Efetividade dos movimentos sociais nas políticas públicas em perspectiva comparada**. Parte do esforço de pesquisa será referente à comparação quantitativa entre as ocorrências de cada tipo de repertório nos níveis de performance, interação e organização em cada uma das temporalidades de cada campanha estudada. A partir disso, serão ponderadas, dentro de uma perspectiva de *framing* (BENFORD, SNOW, 2000), possíveis explicações para as

variações nos perfis de ativismo observados em diferentes momentos (e contextos) da mobilização coletiva.

Contudo, antes de iniciar a apresentação da cronologia das campanhas e das análises pertinentes, cabe aqui uma breve descrição acerca do alcance das variáveis empíricas da pesquisa. Esse esforço busca esclarecer quais tipos de ocorrências são classificados em cada uma das modalidades previstas: dos *repertórios de interação* aos *repertórios organizacionais*.

No caso dos *repertórios de interação*, são compreendidas tanto táticas **extra-institucionais** como **institucionalizadas**. Dentre as táticas quantificadas no âmbito **extra-institucional**, pode-se citar, por exemplo: abaixo assinados, atos públicos, cartas abertas, denúncias, divulgação na mídia, manifestos, realização de seminários, reuniões e oficinas, jejuns, ocupações, passeatas, produção de relatórios e dossiês por organizações da sociedade civil, vigílias e visitas. Já as táticas categorizadas como **institucionalizadas**, exemplificam-se por: ações civis públicas, audiências públicas, comissões parlamentares de inquérito (CPI), inspeções, produção de denúncias e relatórios por parte de órgãos ou atores aliados na estrutura do Estado, ocupação de cargos públicos por ativistas, petição pública, reuniões e seminários organizados por órgãos públicos e/ou conselhos gestores e criação de sistemas de proteção aos denunciantes. Se determinado documento do Banco de Dados referencia a ocorrência de táticas que ocorrem de forma complementar nos níveis extra-institucional e institucional – por exemplo, elaboração e/ou investigação conjunta de denúncias entre órgãos públicos e atores da sociedade civil –, esse mesmo trecho textual é categorizado de forma interseccional nas duas subvariáveis.

No caso dos *repertórios organizacionais*, foram quantificadas quaisquer ocorrências que remetessem às seguintes dinâmicas organizacionais da rede de ativismo: estruturas de comunicação, dinâmicas de organização interna, estrutura funcional, financiamento, além das dinâmicas de profissionalização/qualificação dos militantes e população-alvo. Essas ocorrências foram posteriormente categorizadas de acordo com o nível de institucionalização das rotinas organizacionais, ou seja, de acordo com o plano em que determinado módulo organizacional se estruturou: institucional, extra-institucional, ou ambos (neste caso, ocorreria uma dupla classificação para uma mesma ocorrência).

Esclarecidos esses pontos metodológicos pertinentes, dar-se-á início à descrição histórico-empírica das campanhas.

3.1. Prólogo: As origens do CDDH-Serra

O Centro de Defesa de Direitos Humanos da Serra (CDDH-Serra) é entendido como uma das principais organizações engajadas na Campanha Contra a Impunidade por boa parte dos ativistas entrevistados e documentos analisados na construção do Banco de Dados utilizado na pesquisa. Isso ocorre, sobretudo, devido ao vasto alcance das ações dessa entidade e da pluralidade de membros associados, que muitas vezes se categorizavam enquanto multifiliados. Em outras palavras, seus membros muitas vezes eram pertencentes a múltiplas organizações de ativismo, mas compreendiam o CDDH-Serra enquanto uma entidade matriz que aglutinava em dada medida as pautas de várias dessas organizações, fornecendo recursos humanos, organizacionais e assessoria (CARLOS, 2015). A história de formação do CDDH-Serra, portanto, se cruza em diversos pontos com a própria emergência da Campanha Contra a Impunidade, uma vez que essa organização protagonizou o processo de construção e articulação da rede informal que se mobilizaria posteriormente contra a impunidade e o crime organizado no ES. Este tópico é, portanto, um momento reservado para a descrição da formação inicial dessa rede no período pré-campanha, dando ênfase aos enquadramentos interpretativos que balizaram a pluralidade de atores no entendimento das injustiças e buscando ponderar possíveis pré-construções de práticas de ação e organizacionais posteriormente mobilizadas.

O CDDH-Serra é uma entidade que se origina a partir de uma Comissão de Direitos Humanos (CDH) criada no início de 1984, vinculada ao Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH). Essa Comissão era majoritariamente formada por grupos vinculados à Igreja Católica, destacando-se a presença de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) do município da Serra. Carlos (2015) evidencia que, segundo os ativistas, dois eventos foram fundamentais para a criação da comissão. Primeiramente, destaca-se a ocorrência do III Encontro Nacional de Direitos Humanos, promovido pelo MNDH sob a coordenação de Leonardo Boff. O Encontro Nacional foi realizado na capital capixaba, Vitória, entre 25 e 28 de janeiro de 1984, viabilizando uma arena comunicativa de ampla escala, entre membros das CEBs, dos Centros de Direitos Humanos, das Comissões de Justiça e Paz (CJPs) e representantes de movimentos

sociais do país, motivados pela Teologia da Libertação e pela discussão acerca da relação entre teoria e prática na defesa dos direitos humanos. O segundo evento diz respeito a uma sequência de abusos sofridos por trabalhadores de uma grande madeireira, a *Atlantic Veneer*. Os funcionários da empresa sofriam com condições degradantes de trabalho, falta de segurança e de direitos trabalhistas, sendo recorrentes os acidentes no ambiente de trabalho. Essas tensões foram catalisadas após um acidente que acabou por vitimar duas funcionárias da madeireira, o que veio a impulsionar um debate de maior alcance nas organizações e arenas comunicativas de base que coexistiam na região. Por fim, a percepção das problemáticas averiguadas nas práticas da *Atlantic Veneer* fora ampliada a nível discursivo como um debate mais geral, referindo-se não só a dita empresa, mas às práticas violadoras sintomaticamente presentes nas relações de trabalho nas indústrias locais (CARLOS, 2015, p. 133). Essas indústrias seriam, em sua maioria, frutos de um recente programa de industrialização promovido pelo Governo do Estado, que acabou por agravar problemas relacionados ao crescimento urbano desordenado e à insuficiência de serviços públicos.

Dessa forma, a CDH emerge num momento de gradativa percepção coletiva acerca da presença de injustiças crônicas, estruturalmente definidas pelo processo de migração e ocupação desordenada do território urbano decorrentes do recente processo de industrialização. Dentre as problemáticas averiguadas estão diversos problemas sociais, como o inchaço das periferias e aumento das sub-habitações, o desemprego, baixos salários, violência policial, discriminação e múltiplas violações no ambiente de trabalho (CARLOS, 2015). A Comissão de Direitos Humanos da qual se originou o CDDH-Serra era composta por uma pluralidade de atores, encabeçada, sobretudo, por indivíduos e organizações ligadas a setores religiosos (majoritariamente católicos) como CEBs e organizações pastorais, cuja atuação era notadamente presente também junto às associações de moradores locais, sindicatos e em partidos políticos de esquerda, destacando-se o PT (CARLOS, 2015, p.134). A CDH passa a ser registrada enquanto Centro de Defesa dos Direitos Humanos em novembro de 1987, com o objetivo de defender, conscientizar e mobilizar a população a respeito de pautas como a busca por condições dignas de trabalho, de liberdade de expressão e de organização sindical, de condições de moradia dignas, de saúde e de educação, de combate contra a violência policial e repressão política.

Vale ressaltar que essa mobilização se deu num contexto de transição do período ditatorial para a abertura democrática, período no qual, segundo os ativistas engajados nos primórdios do CDDH, eram escassas as organizações populares e apenas a Igreja Católica defendia abertamente os direitos humanos no estado. Segundo Carlos (2015), a atuação das CEBs intercedendo em favor das populações no município da Serra precede a própria formação das associações de moradores, que por sua vez, precedem um período de ampliação do número de organizações populares voltadas ao combate da injustiça social e política na região metropolitana de Vitória. Nesse contexto, mobilizam-se organizações sindicais, movimentos de moradia dentre outros tipos de associações locais, muitas delas partilhando arenas comunicativas e entendimentos acerca das problemáticas acima descritas. O CDDH-Serra emerge dessa profusão de diálogos, entendimentos e articulações entre múltiplos atores vinculados por esse diagnóstico de injustiça. Investindo na criação de uma estrutura física e na profissionalização de seus quadros de ativismo, criam seu próprio Estatuto, baseando-se nos princípios evangélicos e na Carta de Declaração Universal dos Direitos Humanos (CDDH, 1992, doc.233, apud. CARLOS, 2015).

É expressiva, dentro da autopercepção dos atores vinculados ao CDDH, as funções educativas e de conscientização da organização. O Centro atuava por muitas vezes assessorando e incentivando a criação de novas associações de moradores, grupos de defesa dos direitos humanos e sindicatos, realizando encontros, seminários, cursos de formação em liderança e política junto às lideranças comunitárias (CARLOS, 2015, p.136). Além da função educativa/qualificatória, o CDDH tomava parte ativamente nas ações contestatórias levadas à cabo pelas associações por ele reconhecidas, também sendo atuante na forma de denunciar violência policial e violações aos direitos humanos nos locais de trabalho e de moradia, levantando o tópico junto à mídia e/ou aos órgãos públicos responsáveis (CDDH, s/d. Relatório das principais atividades 1984-1988, doc.227, apud. CARLOS, 2015) . Uma leitura sobre esse momento é evidenciada no seguinte trecho da entrevista de uma ativista do CDDH, concedida em 2016:

A sede do Movimento Nacional [de Direitos Humanos] daqui do estado, da articulação, porque cada estado tem uma entidade que é a entidade que centraliza a articulação de outras entidades para as reuniões, para os seminários, para os eventos e tal. Porque o MNDH não tem uma personalidade jurídica com o CNPJ, é um movimento. Então esse movimento tinha sempre uma entidade âncora do MNDH, que a gente sempre dizia que o CDDH era uma célula dentro do movimento. (Entrevista com ativista do MDH-ES, concedida em 19/09/2016, presente no Banco de Dados da

pesquisa **Efetividade dos Movimentos Sociais nas Políticas Públicas em Perspectiva Comparada**).

Desta forma, o CDDH coordenava ações conjuntas entre movimentos sociais variados e organizações sindicais, fortalecendo suas ações e vínculos por meio de ações unificadas. Em suma, pode-se dizer que o CDDH-Serra se consolida como um centro dotado de certa proeminência organizacional, e utiliza-se dessa estrutura para articular, assessorar, incentivar e reforçar as lutas empreendidas pelos movimentos populares que emergem no contexto de abertura democrática na Grande Vitória, os quais partilham os diagnósticos acerca das estruturais violações dos direitos humanos e trabalhistas averiguados na região.

Um panorama geral sobre a composição da rede de ativismo inicial engajada durante o período de fundação do CDDH-Serra é descrito neste trecho presente em Carlos (2015):

Nesse período fundacional, os ativistas do CDDH identificaram em sua rede de relações uma gama expressiva de movimentos sociais, como a Federação das Associações de Moradores da Serra, associações de moradores em geral, Associação de Mulheres Unidas da Serra, movimentos de direitos humanos de outros municípios e estados, movimentos de moradia e Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua de Vitória (MNMMR). Dentre os sindicatos, a relação compreendia aqueles ligados ao movimento de oposição sindical e a CUT, especialmente nas categorias de metalurgia, cal e gesso, madeireira, ferroviário e construção civil. A estrutura da rede de relações desse movimento incluía ainda ONGs como o Instituto de Desenvolvimento da Educação da América Latina (Idea), o Centro de Educação e Comunicação Popular D. João Batista (Cecopes), a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), além da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) que atuava, na assessoria e qualificação política dos ativistas dos movimentos sociais em geral. De acordo com os militantes do CDDH, os vínculos com outros movimentos sociais e com sindicatos desempenharam papel fundamental no apoio e ajuda mútua nas lutas desenvolvidas, na conscientização dos direitos de cidadania e no fortalecimento do movimento como um todo. (CARLOS, 2015, p. 138)

São notórias as presenças das organizações religiosas e sindicais nessa configuração inicial da rede, sendo estas as maiores influências normativas intrínsecas à formulação de suas pautas e rotinas. Entende-se como parte dessas influências normativas a própria inserção dos princípios ecumênicos nas suas crenças, práticas e diretrizes estatutárias. Essa influência religiosa, neste primeiro momento, incidiu particularmente no entendimento dos atores acerca de sua concepção de direitos humanos. Contudo, essa perspectiva especificamente religiosa foi sendo ressignificada nas décadas seguintes à fundação do centro, sendo tais princípios gradualmente substituídos por uma noção ampliada de direitos humanos, baseada nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Carta de Princípios do Movimento Nacional dos Direitos

Humanos (1986), mas sem abandonar por completo as suas raízes eclesiásticas (CARLOS, 2015, p.139). Esse processo de transição normativa pode ser entendido como um aumento da permeabilidade a enquadramentos interpretativos mais gerais acerca dos direitos humanos. Esses enquadramentos, ou *frames*, mostram-se mais gerais e compatíveis com o empreendimento da luta em nível de projeto político e de transformação social em maior escopo, pautas introduzidas no movimento especialmente a partir dos vínculos estabelecidos com partidos políticos, destacando-se o PT. Todavia, é importante ressaltar que esses processos são complexos e heterogêneos no que diz respeito a tais difusões interpretativas, conforme esclarecido no trecho a seguir:

Contudo, os ativistas explicam que não há homogeneidade nas suas concepções de direitos humanos e nas motivações para a ação, e que, na formação identitária do movimento, os princípios das instituições religiosas e partidárias muitas vezes se combinam e convivem, aos moldes de um sincretismo que reúne mística e política. Isto é, os princípios ecumênicos coexistem com noções de projeto político, de transformação da sociedade e de “convicção política ideológica” de seus membros, mesmo que essa perspectiva seja mais contundente em uns do que em outros. (CARLOS, 2015, p. 142)

Para além disso, segundo os ativistas, a Igreja Católica e o PT são entendidos enquanto atores de destaque na formação do movimento de direitos humanos, sobretudo pelo papel exercido na organização, qualificação, logística/financiamento e de formação política dos seus militantes. Eram comuns os casos de ativistas que possuíam filiações partidárias e/ou pertenciam a outras organizações de bairro e de direitos humanos, mesmo que o discurso oficial do CDDH-Serra tenha sempre se dado em tom apartidário. O Centro baseou-se numa estrutura organizacional formalmente estabelecida, porém descentralizada por meio de comissões temáticas, e além do financiamento via contribuições de instituições influentes em sua formação, era mantido também a partir de recursos provenientes de seus próprios membros. (CARLOS, 2015)

Sobre as rotinas organizacionais averiguadas nos primeiros anos do CDDH-Serra, Carlos (2015, p. 143) pontua que ocorriam reuniões quinzenais registradas em atas, e cujas práticas internas eram pré-determinadas pelo regimento e estatuto social. No que diz respeito aos cargos de diretoria e ao conselho fiscal, estes eram eleitos anualmente, concomitantemente ao processo de avaliação das ações e definição de planos de ação para o ano seguinte. Além disso, a autora pontua que a busca por recursos de infraestrutura, como sede própria, equipamentos de escritório e meios de auto-

sustentação financeira, era um tópico de destaque e que a preocupação com a contratação de profissionais remunerados, como secretária e assessores jurídicos, já existia.

Nesse período que precedeu a Campanha Contra a Impunidade, no que se refere às relações dos defensores dos direitos humanos com o poder público, era predominante a visão do Estado enquanto opositor, violento e corrupto. Neste contexto, segundo os ativistas, o acesso comunicativo aos órgãos governamentais era bastante restrito, o que se traduzia em apatia crônica do poder público frente às demandas e denúncias provenientes dos ativistas. Apesar dessa percepção antagônica, os vínculos da rede de ativismo com setores religiosos e partidários foram fundamentais para manter certa propensão a continuar buscando acessos e interlocutores em determinados setores governamentais.

Nos primórdios de sua luta em defesa dos direitos humanos, a rede encabeçada pelo CDDH estabeleceu interações contestatórias e de embates com o poder público. Engajava-se em múltiplas pautas, como na defesa do movimento pela moradia, acompanhando e apoiando inúmeras de suas ocupações de terras na periferia urbana e nos loteamentos irregulares; orientando a organização de trabalhadores, defendendo os seus direitos e participando de suas manifestações e greves, articulava-se a movimentos de bairro em busca de melhores condições de vida e de serviços públicos (CARLOS, 2015). Por fim, destaca-se a atuação do CDDH elaborando denúncias contra a violência institucionalizada, o extermínio de meninos e meninas de rua, além de ameaças à ativistas de direitos humanos e figuras públicas, sendo tais violações contínuas cruciais no processo de emergência da Campanha Contra a Impunidade, em 1992.

3.2. A Campanha Contra a Impunidade

Nessa seção, serão exploradas as narrativas históricas e empíricas observadas na cronologia do ativismo empreendido pelo MDH-ES na Campanha Contra a Impunidade (1993-2002). Esse contexto é marcante para a mobilização dos movimentos sociais ligados a pauta de direitos humanos no ES, uma vez que durante esse período, observa-se uma pluralidade de interações e capacidade de incidência sem precedentes para a pauta no Estado. A exposição dos dados referentes aos repertórios e suas transformações se dará em duas etapas distintas, de acordo com as duas temporalidades

analíticas estudadas: T1 (período anterior ao pico da Campanha, entendido como o recorte de 1993 a 1997); e T2 (período posterior ao pico de ativismo, entendido como o recorte de 1998 a 2002).

3.2.1. O início da Campanha Contra a Impunidade

O frame que originou a campanha remete ao contexto de violência e impunidade que se instaurou na região metropolitana do Espírito Santo no decorrer das décadas de 1970 e 1980, tendo como destaque a atuação de grupos paramilitares, como a Scuderie Detetive Le Cocq (SDLC). A SDLC chegou a contar com a filiação de mais de mil membros, sendo majoritariamente composta por policiais militares e civis, porém também contando com membros do judiciário, políticos, advogados, delegados e empresários em seus quadros. Essa organização foi apontada como executora de múltiplos homicídios contra moradores de rua, líderes comunitários, ex-presidiários, sindicalistas, membros de movimentos sociais e defensores dos direitos humanos (FRES, 2000). Além de sua participação nos homicídios, outra acusação recorrente à SDLC era a obstrução de justiça, que se dava a partir da utilização de poder político dos membros para obstruir de investigação de crimes, intimidação e eliminação de testemunhas e ativistas. Somado a isso, era notória a inserção da organização em setores do Estado, como órgãos de fiscalização, cargos no legislativo e executivo, o que contribuiu para o sucateamento dos aparatos de segurança pública. Diante desse contexto, o movimento de direitos humanos, originário da articulação entre Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ONGs e sindicatos nos níveis municipais e estaduais, passa a demandar soluções públicas quanto a essa problemática.

Diante da crise institucional que se desenhara e que tornava-se cada vez mais perceptível aos grupos organizados em torno da pauta dos direitos humanos, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra (CDDH) obteve certo protagonismo ao conseguir aglutinar essa – a princípio dispersa – demanda popular, proveniente de diversos setores sociais em torno da bandeira dos direitos humanos (CARLOS, 2014). O CDDH possibilitou essa mobilização mais direcionada a partir da mobilização numa perspectiva que amplia a compreensão dos direitos humanos enquanto direitos políticos, sociais e econômicos. Essa mobilização se dá a partir da segunda metade da década de 1980. Nestes termos, pode-se dizer que o CDDH obteve êxito em conferir maiores níveis de *flexibilidade* e de *ressonância* ao *frame* da defesa dos direitos humanos no

Espírito Santo a partir da ampliação de seu *escopo interpretativo*. Isso, posteriormente, teria efeitos positivos, uma vez que a luta empreendida passaria a canalizar as vozes de diversos grupos que, outrora dispersos, gradativamente passam a se unir sob a mesma bandeira da defesa dos direitos humanos à medida que a problemática vai se evidenciando entre os atores.

Diante do acúmulo de cobranças por parte dos movimentos sociais organizados por uma resolução da problemática da crescente violência e impunidade, o então governador Albuíno de Azeredo (PDT) instaura, em setembro de 1991 uma Comissão de Processos Administrativos Especiais (CPAE), por meio do decreto nº 4.887-E. A CPAE, coordenada pelo delegado Francisco Badenes, foi capaz de identificar as bases funcionais e organizacionais do crime organizado no Espírito Santo, apontando os vínculos institucionalizados entre os poderes públicos e organizações sociais como a Scuderie Le Cocq, a máfia do jogo do bicho e a União Democrática Ruralista. Os trabalhos investigativos da comissão subsidiaram a elaboração de diversas denúncias, dossiês e relatórios sobre a situação da violência e impunidade no estado e do papel de setores corruptos do Estado na manutenção dessa conjuntura. Os responsáveis pela investigação, porém, sofreram diversas ameaças e intimidações tanto a nível institucional (profissional) como a nível pessoal e as recomendações da comissão foram ignoradas pelo poder público capixaba na época. (CARLOS, 2012, p.193).

As organizações engajadas na luta pelos direitos humanos souberam aproveitar a visibilidade da visita do Papa João Paulo II à Vitória, em 1991. As entidades entregaram ao pontífice um documento que consistia numa carta-denúncia acerca da realidade vivenciada no Espírito Santo, relatando a situação da população tanto no âmbito político como no sócio-econômico. Ressaltava o problema da violência institucional e da impunidade seletiva, garantida pela atuação de organizações criminosas inseridas na máquina estatal. No documento constava a assinatura do recém-criado Fórum em Defesa da Vida e buscava chamar a atenção da opinião pública e das autoridades para a necessidade de soluções mais combativas à problemática da impunidade seletiva, entendida como a grande causa da epidemia de violência.

Nesse contexto de mobilização, as organizações da sociedade civil engajadas na pauta dos direitos humanos, composta majoritariamente por movimentos sociais, sindicatos, setores da Igreja Católica, além do CDDH e do Movimento Nacional de Direitos

Humanos lançam o Fórum Permanente Contra a Violência em Defesa da Vida em março de 1992. Neste mesmo ano, o delegado da Polícia Civil Francisco Badenes (responsável pela investigação na CPAE), a partir das denúncias e informações fornecidas pelos próprios movimentos sociais, abre Inquérito Policial com seis anos de duração, com a finalidade de investigar à fundo a inserção do crime organizado na máquina estatal capixaba.

Nesse contexto de mobilização, em 19 de agosto de 1993, o Movimento Nacional de Direitos Humanos, articulado ao CDDH, lança oficialmente a Campanha Nacional Contra a Impunidade e Violência no município de Vitória. Essa iniciativa se dá no intuito de maximizar a visibilidade das pautas do movimento de direitos humanos e também para possibilitar ações coordenadas e unificadas por parte das organizações da sociedade civil engajada. Essa rede de ativismo inicial contava com cerca de 40 entidades da sociedade civil capixaba, contando com movimentos sociais, sindicatos, associações religiosas e alguns parlamentares, além de incorporar os membros do Fórum em Defesa da Vida e do Fórum Campo e Cidade (CARLOS, 2014). A atuação coordenada na Campanha foi marcada por esforços de qualificação de recursos humanos e expertise na produção de material de denúncias no formato de dossiês e relatórios, além da realização de protestos de rua e reuniões regulares. Essa produção de relatórios e estatísticas acerca da problemática da violência no ES serviu em boa medida para justificar o discurso do movimento na contraposição aos “dados oficiais”, que muitas vezes omitiam ou não retratavam de maneira fidedigna a real conjuntura vivenciada no estado. Essas evidências em muito serviram para justificar demandas frente ao governo e para incidir sobre a opinião pública no decorrer do período de mobilização.

No contexto imediatamente após o lançamento oficial da Campanha Contra a Impunidade consolida-se a SDLC enquanto principal oponente da rede de ativismo e enquanto agente disruptivo das competências públicas é retratada no seguinte trecho de entrevista, cedida por um ativista em 11/11/2016:

Pois é, veja só. Eu falava da Scuderie Le Coq, que estava com uma força muito grande aqui no estado por parte de policiais, inclusive militares, e civis, políticos, pessoas contratadas que trabalhavam na eliminação, que agiam na eliminação de pessoas. Alguns casos emblemáticos que aconteceram aqui foi, por exemplo, a morte do Padre Gabriel que aconteceu em 86 e depois a morte de um menino chamado Jean [...] Ele era menino de rua, ele ia com um grupo de colegas patrocinado pelo movimento de direitos

humanos naquela época... consegue recursos para ir a Brasília para um seminário que ia acontecer. E ele foi indicado, e ele que ia falar em nome do Movimento [Movimento de Meninos e Meninas de Rua]. Esse menino foi assassinado no dia seguinte e ele não pôde viajar. E foi um grupo de policiais que mata esse menino. Os policiais foram todos soltos, não houve uma prisão, todos foram liberados, o processo não... houve julgamento mas no julgamento foram todos absolvidos. Então crescia a violência no Espírito Santo. Não só crescia violência, mas a gente não se dava conta que também crescia nas instituições. Porque para mim essa foi uma questão muito grave nas próprias instituições. Aí assume... o governo de Vitor Buaiz [1995 a 1999] foi o governo que tentou breca a ação desse pessoal mas não conseguiu, o Vitor não teve força. (pausa) Então aí crescia a violência institucionalizada. Tanto por parte da Assembleia, do executivo, dos três poderes, e também o judiciário. E também, e também esse órgão que avalia as contas, o Tribunal de Contas do Estado. Então quatro instituições peso no estado estavam inteiramente envolvidas com crime. E isso começou a vim notícias uma atrás da outra. Aí nós começamos a organizar um grupo que pudesse então ter voz e poder fazer a população ser ouvida, e até a imprensa, porque a imprensa também, ela... a tendência era apoiar o governo do José Inácio [1999 a 2002], então não vimos que a imprensa tava fazendo o papel dela, de denúncias necessárias para coibir essas situações graves que estavam acontecendo no estado. (Entrevista com ativista do MDH-ES, concedida em 11/11/2016, presente no Banco de Dados da pesquisa **Efetividade dos Movimentos Sociais nas Políticas Públicas em Perspectiva Comparada**).

Em termos de *framing*, nota-se que ocorre, ainda no período precedente ao início do governo de Vitor Buaiz (1995), uma solidificação acerca da *identificação de problemas* (ou *local de atribuição*) por parte dos atores engajados na Campanha Contra a Impunidade. Essa atribuição recaía majoritariamente na figura da Scuderie Detetive Le Cocq e na percepção de seu papel central na cúpula do crime organizado capixaba, que generalizou um quadro de violência e impunidade tanto em nível societal como institucional.

A seguir, apresento as quatro tabelas⁷ referentes à quantificação das variáveis empíricas deste período inicial da Campanha Contra a Impunidade presentes no Banco de Dados – ou seja, a ocorrência das táticas de ação e organizacionais mobilizadas pelos atores no período de 1993 a 1997. Essas ocorrências se dispõem filtradas de acordo com os respectivos níveis de interação e de conflituosidade⁸ (contudo, a conflituosidade não se aplica analiticamente aos repertórios organizacionais).

⁷ As tabelas presentes neste capítulo estarão dispostas de acordo com sua respectiva campanha (C1 para a Campanha Contra a Impunidade, e C2 para a Campanha Contra Violações no Sistema Prisional); e de acordo com sua temporalidade (T1 para início da campanha, e T2 para período de pico da campanha).

⁸ Destaca-se aqui que não foram identificadas, na totalidade do Banco de Dados da pesquisa (em ambas as campanhas), ocorrências de táticas que se incluísem na classificação de *cooperação subordinada*, definida por Carlos (2012; 2015; 2017) como a ocorrência de uma rotina dotada de altos níveis de cooperação entre atores coletivos e Estado, baixo índice de conflito e baixa autonomia. Por essa razão, optou-se por omitir essa classificação nas tabelas.

Tabela 1: Nível de conflituosidade C1 T1

	A : Interação Conflitual	B : Cooperação Conflitual
1 : Repertório de Ação e Interação no T1	22	55

Fonte: elaboração própria, a partir do Banco de Dados da pesquisa **Efetividade dos Movimentos Sociais nas Políticas Públicas em Perspectiva Comparada**.

Tabela 2: Nível de interação nos repertórios conflitivos em C1 T1

	A : Interação Conflitual
1 : Extra-institucional	21
2 : Institucional	2

Fonte: elaboração própria, a partir do Banco de Dados da pesquisa **Efetividade dos Movimentos Sociais nas Políticas Públicas em Perspectiva Comparada**.

Tabela 3: Nível de interação nos repertórios de cooperação conflitual em C1 T1

	A : Cooperação Conflitual
1 : Extra Institucional	11
2 : Institucional	50

Fonte: elaboração própria, a partir do Banco de Dados da pesquisa **Efetividade dos Movimentos Sociais nas Políticas Públicas em Perspectiva Comparada**.

Tabela 4: Nível de interação nos Repertórios Organizacionais em C1 T1

	A : Extra-Institucional	B : Institucional
1 : Repertórios Organizacionais	10	7

Fonte: elaboração própria, a partir do Banco de Dados da pesquisa **Efetividade dos Movimentos Sociais nas Políticas Públicas em Perspectiva Comparada**.

A partir das Tabelas⁹ 1, 2 e 3, visualiza-se uma predominância dos repertórios de *cooperação conflitual* frente aos de *interação conflitual* no decorrer da parcela inicial (T1) da cronologia de ativismo da Campanha Contra a Impunidade, compreendendo-se em seu universo amostral T1 as ações ocorridas no período de 1993 a 1997. Isso indica a existência de um perfil de rotinas interativas que, apesar de carregarem consigo níveis de conflituosidade junto ao Estado, tendem a fazê-lo, na maior parte das vezes, visando

⁹ Um ponto importante a ser aqui considerado é referente à capacidade de mútuo pertencimento de uma mesma tática às instâncias extra-institucional e institucional quando se averigua o nível de interação de determinada rotina. Isso ocorre, por exemplo, quando há uma colaboração direta entre determinados órgãos governamentais e atores societais na produção de denúncias e relatórios. Especificamente na Campanha Contra a Impunidade, essa dinâmica é muito observada no contexto da CPI do narcotráfico e também no contexto da CPAE do delegado Badenes, onde ocorrem ações conjuntas entre atores institucionais e organizações de direitos humanos no processo de produção de dossiês e denúncias (JUSTIÇA GLOBAL, 2002). Por conta disso, as tabelas quantificando níveis de interação tendem a superar numericamente as ocorrências filtradas por nível de conflituosidade, devido a essa interseção de classificações.

chamar a atenção e convencer as autoridades para a importância da pauta e/ou constranger os atores governamentais a tomarem medidas quanto às problemáticas. Além disso, quantificam-se relevantes números de ocorrências de táticas que já ocorrem com a participação conjunta entre organizações dos direitos humanos e atores ou órgãos integrados ao poder público (52 delas, somando-se as modalidades conflitiva e de cooperação conflitual). Em outras palavras, pode-se dizer que o perfil de conflituosidade observado nos repertórios empregados durante o início da Campanha Contra a Impunidade indica que, apesar da presença de níveis de contenciosidade nas táticas mobilizadas, os prognósticos da ação envolvem majoritariamente soluções que também incorporem atores ou estruturas do poder público, não representando uma tentativa de combater e protestar sobre a problemática unicamente no âmbito societal: busca-se, na maior parte das ocorrências, uma abertura institucional, ainda que através de táticas conflituosas; visa constranger o poder público a tomar atitudes favoráveis às pautas do movimento, contando também com inserção de alguns ativistas no legislativo e no executivo. Um exemplo do sucesso desse constrangimento – em termos de abertura institucional –, a princípio conflituoso, fora a criação da Comissão de Processos Administrativos Especiais, cuja cooperação (*cooperação conflitual*, uma vez que apenas fora instaurada mediante intenso conflito e desgaste entre atores sociais e Governo do Estado) com as organizações civis engajadas é responsável por boa parte das ocorrências dos repertórios institucionalizados neste período, juntamente com a atuação de alguns parlamentares em comissões da ALES. Essa afirmação é sustentada pelo trecho a seguir, retirado de entrevista realizada com ativista do MDH-ES em 19/09/2016, no qual é retratada a colaboração entre a Comissão de Badenes e as organizações de direitos humanos na produção dos relatórios e denúncias que mapearam a atuação da SDLC no Espírito Santo:

Sim porque era ele [Badenes] quem, aliás tudo que a gente fazia era ele que fornecia, como ele não podia aparecer diretamente, então assim, nós usamos o que ele podia fazer pela inteligência, pela capacidade e ele também nos usava para fazer aquilo que cabia a uma pessoa de um órgão de estado fazer porque ele tinha que estar submisso né, submetido a uma chefia que não concordava com o que ele tava fazendo. (Entrevista com ativista do MDH-ES, concedida em 19/09/2016, presente no Banco de Dados da pesquisa **Efetividade dos Movimentos Sociais nas Políticas Públicas em Perspectiva Comparada**).

Destaca-se que a atuação de Francisco Badenes no processo investigativo lhe rendeu uma série de ameaças de morte e intimidações institucionais, o que não o impediu de se tornar um dos maiores colaboradores do MDH-ES em nível de atuação

institucionalizada (JUSTIÇA GLOBAL, 2002).

Já a Tabela 4, referente ao perfil organizacional do T1 da Campanha Contra a Impunidade, reflete um cenário próximo à paridade organizacional entre as instâncias institucionais e extra-institucionais da rede de ativismo. Muito disso se deve à articulação das organizações civis, possuidoras de autonomia organizacional, financeira, comunicativa e de ação em sua respectiva esfera, com instâncias mais institucionalizadas geradas por certa abertura institucional em conselhos gestores e instâncias parlamentares (em sua maioria, comissões e subcomissões da ALES).

3.2.2. O pico da Campanha Contra a Impunidade

No caso da Campanha Contra a Impunidade, pode-se dizer que seu pico de mobilização ocorre a partir do ano de 1998, momento no qual ocorrem denúncias por parte do movimento à organizações internacionais de direitos humanos como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o lançamento do Fórum Reage Espírito Santo (FRES). O Fórum, organizado no plano extra-institucional, veio a se tornar o principal ambiente no qual se aglutinou e organizou as ações do movimento. As coalizões que passam a se desenhar neste período, organizadas em torno do FRES, incluíam aliados tanto no âmbito da sociedade civil (ativistas, organizações, associações civis, núcleos de pesquisa, universidade) como na esfera política (órgãos públicos, agentes estatais, burocratas, parlamentares e sistema de justiça). Dessa rede de aliados no pico da campanha, destaca-se a aliança do movimento com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), cuja expertise, recursos e assessoria catalisou o alcance e permeabilidade das pautas do movimento tanto no meio político como na opinião pública. Em termos de *framing*, essa ampliação da rede trouxe impactos positivos ao analisar a *ressonância* do *frame* da defesa dos direitos humanos no ES, uma vez que colaborou com a ampliação (frente à opinião pública geral) das duas variáveis consideradas responsáveis pela variação no grau dessa *ressonância*: a *credibilidade* do *frame* proposto e sua relativa *saliência* – ou visibilidade – (BENFORD, SNOW, 2000).

Essa ampliação se mostrava cognitivamente necessária aos atores, uma vez que a percepção era de que a solução definitiva só poderia vir por meio de intervenção externa (federal e/ou internacional), uma vez que apesar das denúncias e relatórios elaborados, o crime organizado continuava com status hegemônico na estrutura governamental capixaba. Esse enquadramento motivou o MDH-ES a buscar, como uma de suas

estratégias centrais, expandir sua *ressonância* para instâncias federais, solicitando inclusive, uma Intervenção Federal no estado e sua mobilização teve grande peso no constrangimento do poder público federal no processo de instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito em nível nacional. Essa estratégia de federalização e internacionalização do *frame* do movimento pode ser identificada no trecho a seguir:

Aqui por exemplo nós temos a relação na época com o Doutor Hélio Bicudo que era o representante do Brasil na OEA e a gente fazia essa ponte; A gente ia muito para Câmara Federal fazer denúncia de violação de direitos humanos... a gente era articulado! [...] A bem da Verdade desde o início da campanha a intenção era essa [internacionalização], o planejamento estratégico, assim a gente não escrevia né. Porque tinha medo da prova né? Então a gente tinha dificuldade de falar em público. E nem relatavam muito. Claro que a gente já sabia como se proteger guardar cópias em vários lugares essas coisas, mas o hábito de fazer esses relatórios esses escritos não tinha muito então eu não sei precisar assim como era etapa o planejamento, mas sempre teve presente a ideia da denúncia internacional porque as denúncias se encaminhavam instantaneamente. Porque nós fazemos uma análise de muito tempo de que, por exemplo, para você acessar os organismos internacionais, você tem que esgotar os espaços internos; Então, você tem que ir no município, no estado, no Federal, e se não conseguir vai para o internacional... como a gente conseguia fazer isso sem ter que passar por essas etapas? Relatando que muitas coisas não conseguem sair da base porque os processos não vão para frente. (Entrevista com ativista do MDH-ES, concedida em 19/09/2016, presente no Banco de Dados da pesquisa **Efetividade dos Movimentos Sociais nas Políticas Públicas em Perspectiva Comparada**).

Assim, essa nova configuração de rede, articulada em torno do Fórum Reage, possibilitou uma maior integração da campanha nas instâncias de movimentos de base, igrejas, partidos e justiça e colaborou com a difusão da problemática junto à opinião pública e autoridades em nível federal e internacional (CARLOS; DOWBOR; ALBUQUERQUE, 2018). Além dos próprios impactos comunicativos, de logística e visibilidade, a aglutinação dessa rede de coalizão ampla e diversificada serviu também para ampliar o leque de ações possíveis para o movimento, possibilitando melhores interações com setores específicos do poder público.

A Campanha Contra a Impunidade obtém sucesso em suas pautas à medida que as organizações de direitos humanos, com o apoio de alguns parlamentares e atores do sistema de justiça, incidem junto ao poder público federal de forma a mobilizar a ocorrência da Comissão Parlamentar de Inquérito Federal (CPI) do Narcotráfico em 1998, objetivando investigar as denúncias sobre o crime organizado no estado. A partir da repercussão das informações levantadas pela CPI, o Governo Federal é compelido, em 2002, a levar a cabo a realização de uma Missão Especial mobilizando agentes

federais para atuar ativamente na restauração da ordem no Espírito Santo, diante da constatação de que o poder público tinha alguns setores que institucionalmente corroboravam com o crime organizado, a violação de direitos humanos e o descumprimento do Estado Democrático de direito no âmbito estadual.

Essa Missão Especial marca o fim do período compreendido como a Campanha Contra a Impunidade, e foi seguida de um período de parcial desmobilização em torno da pauta (uma vez que as problemáticas mais imediatas que aglutinavam cognitivamente à rede engajada no período de pico vinham sendo remediadas perante a visão de boa parte dos atores). A Scuderie Detetive Le Cocq teve vários de seus associados presos neste período (incluindo-se os notórios Carlos Gratz e Coronel Ferreira) e fora, por fim, judicialmente dissolvida no ano de 2005, nove anos após o primeiro pedido realizado por parte do Ministério Público Federal.

A quantificação das ações empreendidas pelo MDH-ES, assim como seu perfil organizacional observado neste contexto de pico da Campanha Contra a Impunidade encontram-se dispostos abaixo, nas Tabelas 5, 6, 7 e 8:

Tabela 5: Nível de conflituosidade C1 T2

	A : Interação Conflitual	B : Cooperação Conflitual
1 : Repertório de Ação e Interação no T2	19	53

Fonte: elaboração própria, a partir do Banco de Dados da pesquisa **Efetividade dos Movimentos Sociais nas Políticas Públicas em Perspectiva Comparada**.

Tabela 6: Nível de interação nos repertórios conflitivos em C1 T2

	A : Interação Conflitual
1 : Extra-institucional	19
2 : Institucional	1

Fonte: elaboração própria, a partir do Banco de Dados da pesquisa **Efetividade dos Movimentos Sociais nas Políticas Públicas em Perspectiva Comparada**.

Tabela 7: Nível de interação nos repertórios de cooperação conflitual em C1 T2

	A : Cooperação Conflitual
1 : Extra Institucional	14
2 : Institucional	52

Fonte: elaboração própria, a partir do Banco de Dados da pesquisa **Efetividade dos Movimentos Sociais nas Políticas Públicas em Perspectiva Comparada**.

Tabela 8: Nível de interação nos Repertórios Organizacionais em C1 T2

	A : Extra-Institucional	B : Institucional
1 : Repertórios Organizacionais	16	5

Fonte: elaboração própria, a partir do Banco de Dados da pesquisa **Efetividade dos Movimentos Sociais nas Políticas Públicas em Perspectiva Comparada**.

Percebe-se, a partir das tabelas 5, 6 e 7, que se conserva um perfil de interação e conflituosidade similar ao do T1 da Campanha Contra a Impunidade. É mantida uma proporção similar tanto nas ocorrências de táticas de *Interação Conflituosa* e de *Cooperação Conflitual*, como das disposições por nível de interação em cada uma das modalidades. Nesta configuração, boa parte das ocorrências institucionais se devem à atuação do Governo Federal e do sistema de justiça (principalmente o Ministério Público Federal), por meio de pedidos de intervenção federal, ações vinculadas à Missão Especial enviada ao Estado e às ações da CPI do Narcotráfico, que em muitos pontos contou com a colaboração das organizações vinculadas ao Fórum Reage.

Contudo, a maior diferença nessa configuração é observada nos repertórios organizacionais, expostos na Tabela 8. Observa-se uma maior aglutinação das práticas organizacionais na dimensão extra-institucional em relação às observadas no T1. Muito dessa transição se deve ao fato da consolidação do Fórum Reage Espírito Santo enquanto a matriz organizacional máxima do MDH-ES neste período de pico da Campanha Contra a Impunidade. Assim, as funções comunicativas, organizacionais, e de formação da rede de ativismo não só se maximizaram devido à ampliação da coalizão e dos recursos humanos e materiais disponíveis, como também estes processos passaram a ser geridos em maior medida pela base organizacional do Fórum, entendido como parte do plano extra-institucional de atuação, uma vez que este conserva autonomia plena em relação ao poder público.

Ao observar a trajetória do Movimento de Direitos Humanos no decorrer da Campanha Contra a Impunidade, nota-se em boa medida como a criação de vínculos e alianças com atores estratégicos pode corroborar com um melhor encaminhamento de pautas frente ao poder público. O movimento emerge num cenário no qual o contexto de oportunidades políticas era demasiadamente desvantajoso, marcado por uma série de restrições institucionais e sem apoio popular, e consegue reverter a situação a partir da mobilização de estratégias específicas e coordenação das ações realizadas pelas entidades sob a capitania do CDDH-Serra.

A criação de expertise técnico e organizativo no que diz respeito à elaboração de relatórios e dossiês capazes de contestar os números oficiais e constranger os órgãos públicos corrompidos foi um grande mérito do movimento, e possibilitou a validação cognitiva de sua causa por parte de outros atores (a exemplo da OAB) que vieram a se aliar ao movimento no momento do pico da mobilização. A atuação da Comissão de Processos Administrativos Especiais e do Delegado Francisco Badenes junto às organizações do movimento também teve um papel central no processo investigativo e de levantamento de informações que, posteriormente, seriam relevantes no processo de maximização do alcance das pautas da campanha.

Nota-se, no decorrer da Campanha Contra a Impunidade, uma importância significativa dos *processos discursivos* e *estratégicos* na elaboração e difusão dos *frames* de ação coletiva do MDH-ES: desde a articulação dos movimentos eclesiais de base com associações sindicais e de bairro em torno de uma compreensão amplificada de direitos humanos ainda no período pré-campanha, até as posteriores estratégias de difusão da problemática, ampliando seu *escopo* e sua *ressonância* a partir de estratégias organizacionais e comunicativas específicas. A estratégia de federalização e internacionalização – e a capacidade organizacional para levar à cabo tal estratégia deliberadamente construída – dos *frames* de ação coletiva da Campanha fora crucial para que ocorressem as mudanças conjunturais averiguadas.

3.3. A Campanha Contra Violações no Sistema Prisional

A Campanha Contra Violações no Sistema Prisional é um ciclo de ativismo que se inicia no Espírito Santo no ano de 2004, se estendendo até 2010, sendo entendido o seu início (T1) enquanto o período de 2004 a 2006, e seu período de pico (T2) de 2007 a 2010.

A mobilização emerge após a constatação de uma série de irregularidades e violações aos direitos humanos básicos nas unidades carcerárias do estado. A eclosão dessa campanha, contudo, remonta a um debate nacionalmente estabelecido entre os grupos de direitos humanos: o combate à tortura.

3.3.1. A Campanha Nacional Permanente Contra a Tortura e a Impunidade

Pode-se dizer que a Campanha Contra as Violações no Sistema Prisional, tem como principais motivações o lançamento do Pacto Nacional Contra a Tortura (assinado em 2000 pelo Governo Federal) e a Campanha Nacional Permanente Contra a Tortura e a Impunidade (2001-2003) empreendida pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos numa parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), conforme aponta o relatório da pesquisa (CARLOS, DOWBOR, ALBUQUERQUE, 2018). O contexto desta Campanha Nacional propiciou uma série de debates sobre padrões de ocorrência de casos de tortura por agentes institucionais, o que tornou possível estabelecer relações pontuais entre a prática de torturas e as agências de segurança pública responsáveis pela administração carcerária, como as secretarias estaduais de justiça e as polícias civil e militar (MNDH, 2003). Dentre as diretrizes da Campanha Nacional, destaca-se a preocupação em mobilizar recursos e expertise para a construção futura de uma proposta de monitoramento do sistema de justiça e segurança pública que torne mais efetiva a luta contra as violações dos direitos humanos, sobretudo por parte de violadores institucionais.

Segundo o relatório final da Campanha Nacional Permanente Contra a Tortura e a Impunidade, elaborado pelo próprio Movimento Nacional de Direitos Humanos (2003), a Campanha fora idealizada ainda no ano de 1998 enquanto uma das ações estratégicas deliberadas que visavam imprimir eficácia à Lei de Tortura dentro das instâncias dos sistemas de justiça e carcerário. Neste período, já se acumulavam uma série de denúncias de violações provenientes de entidades associadas ao MNDH em múltiplos estados.

Segundo os atores envolvidos, nos anos de 1999 e 2000, o MNDH realiza várias ações no intuito de garantir uma maior formalização das problemáticas e objetivos da Campanha nacional, dentre as quais destaca-se o encaminhamento de denúncias voltadas a casos de tortura para entidades internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). Diante das denúncias, a ONU chega a enviar um relator especial, Nigel Rodley, que após visitar cinco capitais brasileiras, produz um denso relatório no qual aponta a ocorrência de mais de trezentos casos de tortura por agentes institucionais no Brasil. O contundente relatório teve repercussão nacional e internacional, de forma a constranger o Governo Federal brasileiro a se abrir ao diálogo com as entidades de direitos humanos. Em 2000, o MNDH, em parceria com outras organizações ativas no combate a tortura e alguns setores do Governo Federal, lança o

Seminário Nacional Contra Tortura que contou com a presença das Três Poderes: Executivo, Judiciário e Legislativo. Neste evento, foi firmado um Pacto Nacional contra a Tortura (MNDH, 2003). A partir dessa discussão em nível nacional, o MNDH recomendou que fossem criadas sedes estaduais, como o Comitê Estadual para a Prevenção e Erradicação da Tortura (CEPET), para monitorar casos de tortura e encaminhar as denúncias para órgãos competentes.

Grande parte do esforço empreendido pela Campanha Nacional diz respeito às formalizações das diretrizes de identificação e fiscalização da tortura institucional. Um desdobramento relevante nessa conjuntura fora a capacidade da rede de ativismo nacional em obter êxito, por meio do Pacto Nacional Contra a Tortura, em estabelecer um compromisso de ação conjunta entre Estado e Sociedade Civil em torno da pauta do combate à tortura (MNDH, 2003). Desta forma, entende-se o cumprimento de um dos objetivos principais da Campanha: o de criar as condições para identificar, prevenir, enfrentar e punir a tortura, bem como todas as formas de tratamento cruel, desumana e degradante no Brasil através de esforços conjuntos e articulados entre organizações da sociedade civil e instituições públicas. Além disso, o relatório do MNDH ressalta que, neste contexto também foram discutidas estratégias de mobilização e articulação: formas de sensibilizar a sociedade para o combate de todas as formas de tortura e de tratamento cruel, desumano e degradante, no intuito de construir uma opinião pública voltada para a proteção e a promoção dos direitos humanos. Este seria um desafio permanente para a sustentação e a legitimação das ações da Campanha, e dos atores que seguiram suas diretrizes normativas.

A Campanha Nacional também foi eficiente em criar e operacionalizar uma estrutura de organização de dados e denúncias anônimas, que contava com uma linha gratuita para receber tais denúncias, que eram registradas, classificadas e anexadas a um banco de dados geral, para posterior acompanhamento. Segundo a cartilha da campanha, como delito de tortura tem como autor privilegiado agentes públicos do corpo policial, essas denúncias deveriam ser encaminhadas também para órgãos de fiscalização do Sistema de Justiça, tais como corregedorias e Ministério Público. Essa estrutura de monitoramento deveria ser replicada em sua funcionalidade nas instâncias estaduais, repassando quaisquer informações sobre ocorrências de violações para o banco de dados matriz, no nível nacional. Assim, caso considerem necessário, e com anuência do Comitê Estadual, as Centrais Estaduais de monitoramento poderiam acionar as demais

Centrais e Comitês regionais, o Comitê Nacional, assim como entidades da sociedade civil de direitos humanos a fim de mobilizar atos de pressão visando agilizar o andamento de casos (MNDH, 2003).

Nota-se que, muito embora as ações no combate à tortura já estivessem em evidência desde meados de 1998 em nível nacional do MNDH, tal tópico só passa a entrar em maior destaque junto às entidades de defesa dos direitos humanos no Espírito Santo a partir dos anos de 2002 e 2003. Pode-se entender esse fenômeno tardio devido ao fato de que, no contexto de consolidação do *frame* de combate à tortura no âmbito federal, os esforços e atenção dos atores regionais capixabas encontravam-se exauridos em meio a seu engajamento contra o crime organizado no contexto da Campanha Contra a Impunidade. Nota-se que apenas no período posterior as resoluções das problemáticas centrais referentes a essa primeira campanha é que a atenção dos ativistas pôde se alinhar (gradativamente) em maior rigor às diretrizes e enquadramentos interpretativos que vinham se desenhando e maturando nos últimos anos na esfera nacional do MNDH. Essa transição convergiu para um período de maior atenção sobre as instalações e ocorrências de violações aos direitos humanos no sistema prisional capixaba.

3.3.2. A política carcerária de Hartung e o agravamento da crise

Em paralelo a isso, o Espírito Santo – que já possuía um extenso histórico de violência carcerária – passa por um processo de transição de diretrizes políticas no nível do Governo Estadual que acaba por agravar a situação, após a eleição de Paulo Hartung em 2002. As implicações de sua eleição (e reeleição, em 2006) para a funcionalidade do sistema carcerário capixaba se traduzem principalmente no processo de inflação da população prisional no estado. Esse aumento colaborou em grande medida para a explosão do número de violações aos direitos humanos nas prisões capixabas, uma vez que o aumento da população carcerária não foi acompanhado pelo devido aumento da capacidade da estrutura física dos presídios.

Essa relação entre os impactos das diretrizes políticas de Hartung e a crise carcerária capixaba foi explorada em profundidade por Humberto Ribeiro Junior (2011). Todavia, caberá aqui uma breve exposição dessa relação, uma vez que ela é condizente com a percepção de diversos ativistas engajados na Campanha Contra as Violações no Sistema Prisional, conforme evidenciado no trecho a seguir, retirado do documento intitulado

Relatório de Direitos Humanos no Sistema Prisional do Espírito Santo: atuação da sociedade civil elaborado pelo MDH-ES (2011):

Além dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário terem, infelizmente, adotado uma política de encarceramento em massa [...], não criaram as condições necessárias para atender a essa demanda. As condições precárias e desumanas do sistema prisional brasileiro violam sistematicamente os direitos fundamentais de milhares de pessoas. Maus tratos, tortura, superlotação, ausência de assistência médica e do acesso à justiça são alguns elementos do panorama de violações a que os presos no Brasil estão submetidos. A situação do sistema prisional do Espírito Santo (ES) é emblemática dessa realidade. [...] Em 2006, o sistema prisional do Espírito Santo sofreu um colapso e rebeliões aconteceram em unidades de todo o estado. Apesar de o caos e a violência nos presídios terem ganhado visibilidade nacional, o governo foi incapaz de apresentar soluções para os problemas estruturais do sistema e combater as práticas violadoras do Estado, que se intensificaram. (MDH-ES, 2011, p.8).

Ribeiro Junior (2011) afirma que o governo de Hartung destacou-se por sua capacidade de implementar as reformas que vieram a modernizar o Espírito Santo tanto econômica como administrativamente, transformando um Estado historicamente marcado por um modelo político e econômico retrógrados num modelo de eficiência dentro dos moldes do capitalismo neoliberal. Esse êxito, somado a outros fatores, lhe garantiu expressivos índices de popularidade no contexto de sua reeleição (em 2006), com 77,27% dos votos válidos no primeiro turno. Nota-se que quando Hartung assume o cargo de governador em 2003, seu antecessor, José Ignácio Ferreira, encontrava-se em meio a escândalos de corrupção, acusado de crimes como formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. Além disso, o ex-presidente da Assembleia Legislativa, José Carlos Gratz acabava de perder o mandato devido às várias acusações de envolvimento com o crime organizado e com jogos de azar (RIBEIRO JUNIOR, 2011). A crise institucional no Espírito Santo era tópico em evidência junto à opinião pública, assim como o combate ao crime organizado e a impunidade, tópicos centrais que já vinham sendo levantados pelas organizações de direitos humanos capixabas na década anterior, no bojo da Campanha Contra a Impunidade. Destaca-se que neste contexto, a percepção atribuída ao crime organizado pela população capixaba era diferenciada em relação a outras localidades, sendo entendida enquanto uma criminalidade que teria se apropriado da máquina pública para satisfazer interesses privados. Desta forma, devido ao interesse popular, o combate a esse crime organizado foi um tópico de destaque na primeira eleição de Hartung, em 2002.

Contudo, o crime organizado não era a única preocupação massiva da população no campo da segurança pública. O Espírito Santo possuía uma das maiores taxas de homicídios per capita do país, conforme explicitado na **Figura 2**, abaixo:



Fonte: Ribeiro Junior, 2011.

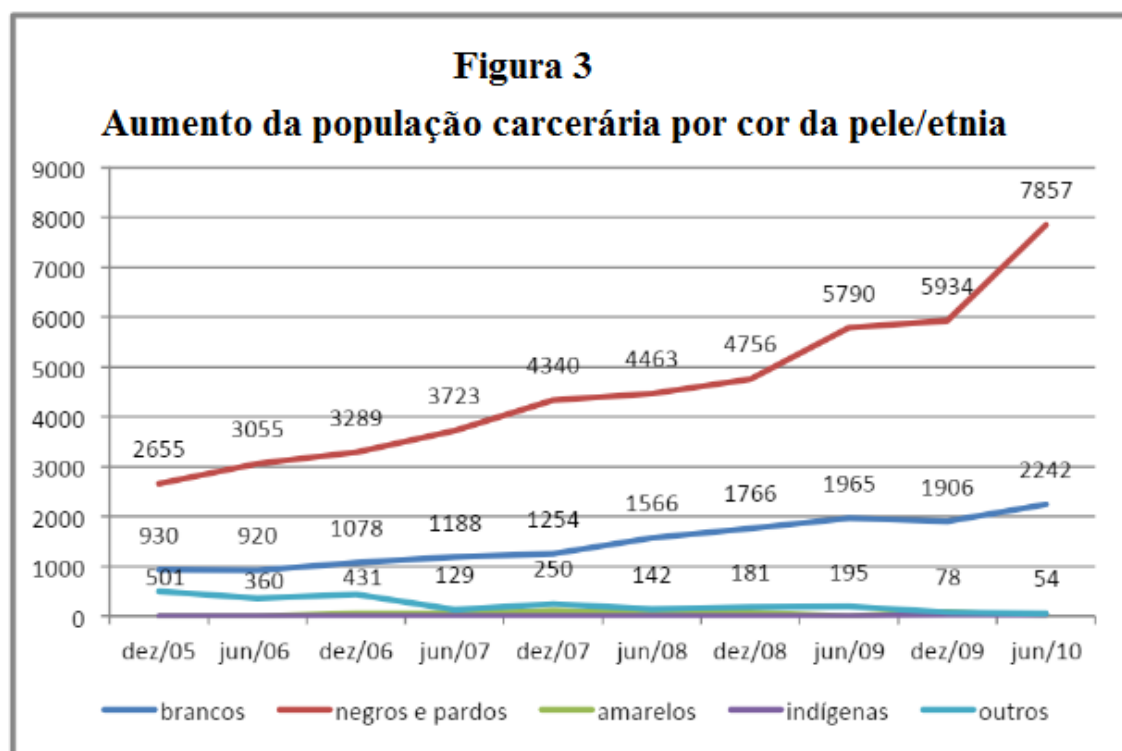
Percebe-se, portanto, uma brusca redução nos índices de homicídios logo após o início do pico de ativismo (T2) da Campanha Contra a Impunidade, em 1998, vindo a oscilar nos anos seguintes, até uma brusca subida no período posterior a 2005. O fato é que, no período de 2003 a 2005, o enfoque discursivo central das propostas do Governo Estadual ainda pairava principalmente sobre o mote do combate ao crime organizado, o que poderia explicar as reduções observadas no índice, sobretudo das ocorrências relacionadas a crimes de mando (RIBEIRO JUNIOR, 2011). Contudo, esse mote da política de segurança pública sofre ressignificações, sobretudo a partir do segundo mandato de Hartung, em 2006, no qual o Governo Estadual transita do discurso contrário ao crime organizado, passando a falar e agir com maior intensidade sobre o combate à criminalidade difusa e a violência urbana (Governo Estadual – Um novo Espírito Santo, 2010). Isso não explica por si só o *boom* dos indicadores de violência no período de 2006 a 2009, mas evidencia a ineficácia das políticas de segurança pública implementadas nesse contexto.

Se por um lado, as políticas de combate à violência difusa implementadas pelo Governo do Estado não foram eficazes em reduzir os índices de violência (muito pelo contrário),

elas exerceram severos efeitos sobre o número de prisões ocorridas no Espírito Santo. Contudo, o sistema carcerário capixaba não se encontrava em condições de suportar a exponencial expansão no número de detentos, o que gerou superlotações e agravou o quadro de violações aos direitos humanos nos presídios. Ribeiro Junior (2011) evidencia que, neste período, o aumento do número de prisões se refere majoritariamente a crimes relacionados ao tráfico de drogas, e que a maioria dos indivíduos penalizados se trata de pessoas pobres e negras, o que é entendido pelo autor como um desdobramento direto da nova Lei de Drogas, ou Lei 11.343/2006. Segundo o autor, a aplicação dessa lei se sujeita a uma excessiva subjetividade interpretativa devido ao artigo 28, § 2º, que submete o juízo sobre se a apreensão de drogas será qualificada como tráfico ou consumo pessoal a critérios completamente personalistas, conforme explicitado no texto original:

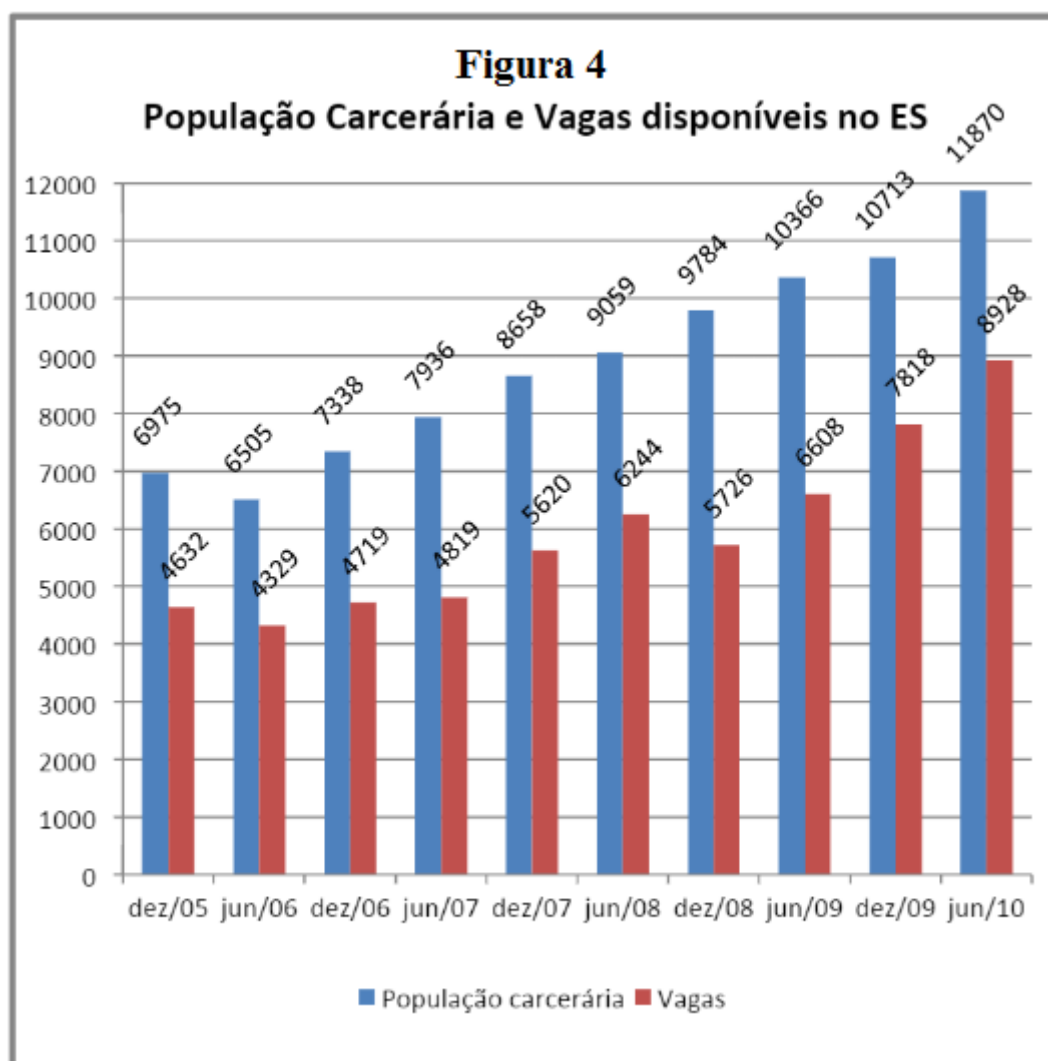
Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente (Lei 11.343/2006, artigo 28, § 2º).

Assim, nota-se claramente que o veredicto acerca de um potencial encarceramento devido a crime de tráfico de drogas está sujeito a juízos de valor que muitas vezes podem se vincular a aspectos sociais e raciais dos indivíduos. A disposição do número de prisões ocorridas no período de 2005 a 2010 listadas por cor da pele se encontra exposta abaixo, na **Figura 3**:



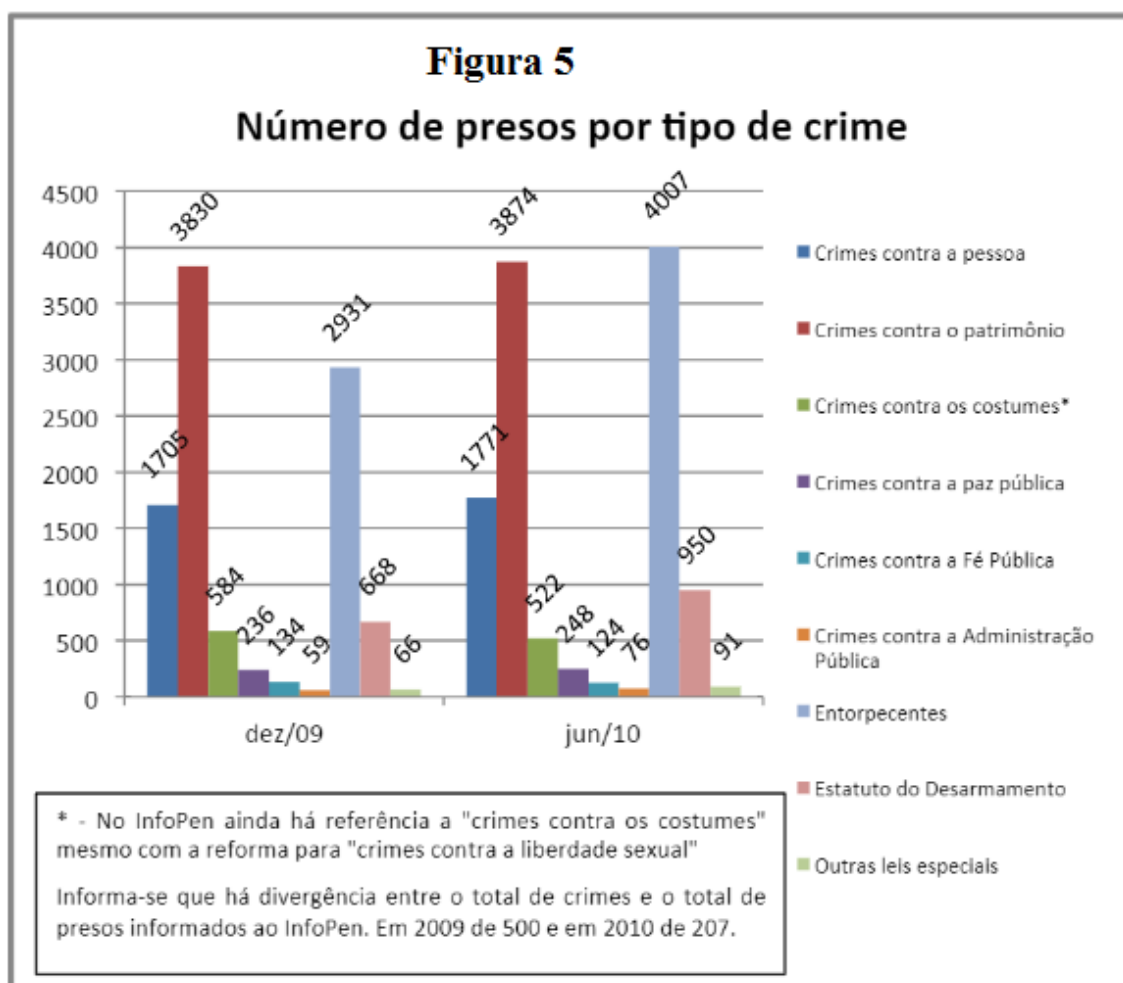
Fonte: Ribeiro Junior (2011).

Evidencia-se, portanto, um aumento expressivo das prisões de indivíduos negros e pardos no período pós-2006, sendo entendidas tanto a nova política pública de combate à violência difusa como a nova Lei de Drogas como variáveis centrais que colaboraram para esse *boom* de encarceramentos. Esse aumento da demanda de estruturas e leitos no sistema prisional não foi acompanhado por um aumento da oferta de mesma intensidade. Essa progressão entre número de presos *versus* número de vagas fica explicitada na **Figura 4**:



Fonte: Ribeiro Junior (2011).

A partir disso, observa-se a ocorrência (e permanência) de um distanciamento quantitativo entre a demanda e a oferta do número de vagas no período da crise. Concordo aqui com Ribeiro Junior (2011) em sua tese de que a explosão dessa demanda é majoritariamente derivada do aumento das prisões relacionadas ao porte de drogas no estado. A abrupta catalisação do número de prisões dessa ordem frente aos demais tipos de ocorrência fica evidenciada no ano de 2009, onde o número de prisões ligadas ao porte e venda de entorpecentes superou o número de prisões relacionadas a crimes patrimoniais, outrora dominantes numericamente nas prisões capixabas. Essa relação se evidencia abaixo, na **Figura 5**:



Fonte: Ribeiro Junior (2011).

Observa-se, a partir do conjunto de gráficos, que as principais mudanças no perfil dos dados prisionais se devem factualmente ao aumento das prisões devido ao tráfico de entorpecentes no Espírito Santo, sendo tais sanções aplicadas majoritariamente a indivíduos negros. Em outras palavras, confirma-se a hipótese de que o inchaço do sistema prisional capixaba é derivado de um combate ineficaz à violência difusa, que acaba por condenar subjetivamente uma parcela majoritariamente negra enquadrada na Lei de Drogas, sem que tal medida tenha efeitos concretos na redução dos índices de violência urbana (vide Gráfico 1). Para além dessa crítica à política de encarceramento em massa seletiva, Ribeiro Junior (2011) também problematiza outras questões, como a construção não-licitada de novas unidades prisionais durante a crise, o que fora alvo de diversas críticas devido à ausência de transparência no processo. Contudo, considero que os dados fundamentais à presente proposta de pesquisa no que se refere à relação das políticas de segurança pública de Paulo Hartung e o agravamento da crise prisional consistem na já explicitada explosão – racial e socialmente direcionada, e

desacompanhada de adaptações estruturais em mesma medida – no número de encarceramentos relacionados a crimes de entorpecentes, o que se torna posteriormente um fator central na construção dos *frames* dos atores coletivos engajados na Campanha.

3.3.3. O início da Campanha Contra as Violações no Sistema Prisional

Neste contexto, no cenário capixaba, o surgimento de excessivas denúncias de violações dos direitos humanos nos centros de reclusão do setor prisional acaba por mobilizar a Campanha Contra as Violações no Sistema Prisional. Um evento marcante desse período inicial da campanha fora a assinatura do Pacto Estadual de Erradicação dos Crimes de Tortura, em 13 de dezembro de 2004, constando assinaturas de diversas organizações do movimento de direitos humanos, associações civis e também por representantes dos poderes públicos. O firmamento do Pacto buscava comprometimento em dar continuidade à recém-extinta campanha nacional através de ações em nível local (CEDH, 2011). Esse evento compreende analiticamente o início do recorte temporal da campanha. Muito embora já tenha havido ocorrências de ações em prol das pautas de direitos humanos no setor prisional capixaba ainda nos anos de 2002 e 2003, é no ano de 2004 que se dão início as atividades do CEPET no estado¹⁰.

Entre 2003 e 2006, com o gradativo aumento da atenção das entidades de direitos humanos capixabas ao tema da tortura institucionalizada no sistema prisional, maximizam-se as visitas a presídios, protestos e atos públicos. As visitas, a princípio, eram realizadas majoritariamente por grupos religiosos, como a Pastoral Carcerária, e foi a partir dessas visitas e do contato com os próprios presos que as organizações de direitos humanos começam a receber e repassar as denúncias de violações nas penitenciárias capixabas. Esse processo é citado no trecho a seguir, extraído da entrevista cedida por ativista, então inserida na Secretaria Estadual de Justiça (SEJUS):

[...] todo tempo escutei as denúncias contra o sistema prisional, né? Então quando a gente está dentro, sabe que essas denúncias são reais, porque os, os parentes dos presos estavam fazendo denúncia para mim. Então eu encaminhava à secretaria, encaminhava para o Ministério Público, eu encaminhava como, por que eu era de... do Núcleo de Direitos Humanos da SEJUS, né? [...] A Pastoral Carcerária e alguns membros das igrejas também contribuíram com essa, com essa colocação de situação de falta de direitos,

¹⁰ Cabe registrar que, embora o Comitê Estadual para a Prevenção e Erradicação da Tortura (CEPET-ES) exista desde 2004, quando foi formado e iniciou suas atividades, o mesmo foi formalmente instituído por lei estadual somente em 2013 (Lei nº 10.006, 26/04/13).

mesmo né? Porque a Secretaria sabe o que deve ser feito com o preso, e não consegue fazer, porque sempre tem o número maior, muito maior do que deveria, e deveria, deveria comportar cada presídio, não tem como. (Entrevista com ativista do MDH-ES, concedida em 26/08/2016, presente no Banco de Dados da pesquisa **Efetividade dos Movimentos Sociais nas Políticas Públicas em Perspectiva Comparada**).

O volume de denúncias que vinham sendo formuladas pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos acabou por motivar uma inspeção no sistema prisional capixaba. Ela veio a ocorrer em maio de 2006 e, a partir das graves violações encontradas, o Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) sugeriu diretamente ao Ministério da Justiça a necessidade de uma intervenção federal no ES. No mês seguinte às inspeções, eclodiram uma série de rebeliões coordenadas pelos próprios presos em várias unidades de reclusão em todo o estado. A situação só foi controlada mediante intervenção da Força de Segurança Nacional, porém o clima de tensão permaneceu no período que seguiu.

A situação foi agravada ainda mais pela proibição, por parte da Secretaria Estadual de Justiça (SEJUS), da visita de centros de defesa dos direitos humanos, representantes de conselhos vinculados aos direitos humanos e também entidades religiosas. Essa proibição se estendeu de 2006 a 2010, e neste período, quaisquer visitas, vistorias e diligências só poderiam ocorrer mediante uma série de restrições impostas pela SEJUS. A secretaria impedia, por exemplo, contato direto com presos e também registros de imagem/áudio. Nesse contexto eram freqüentes as ameaças físicas e institucionalizadas aos ativistas de direitos humanos, sofrendo estes intimidações e criminalização ao serem acusados de incitar os presos a rebelarem-se. O movimento, por sua vez, acusou o governador de se recusar ao diálogo e de impedir as vistorias e registros da violência prisional. Essa dificuldade de diálogo entre o movimento e o Governo do estado é uma característica marcante do período entendido como Campanha Contra as Violações no Sistema Prisional.

A disposição dos perfis de interação e organização do MDH-ES durante esse período inicial da Campanha Contra Violações no Sistema Prisional encontra-se disposta abaixo, nas Tabelas 9, 10, 11 e 12:

Tabela 9: Nível de conflituosidade C2 T1

	A : Interação Conflitual	B : Cooperação Conflitual
1 : Repertório de Ação e Interação no	22	33

T1		
----	--	--

Fonte: elaboração própria, a partir do Banco de Dados da pesquisa **Efetividade dos Movimentos Sociais nas Políticas Públicas em Perspectiva Comparada**.

Tabela 10: Nível de interação nos repertórios conflitivos em C2 T1

	A : Extra Institucional	B : Institucional
1 : Interação Conflitual	17	6

Fonte: elaboração própria, a partir do Banco de Dados da pesquisa **Efetividade dos Movimentos Sociais nas Políticas Públicas em Perspectiva Comparada**.

Tabela 11: Nível de interação nos repertórios de cooperação conflitual em C2 T1

	A : Extra Institucional	B : Institucional
1 : Cooperação Conflitual	3	33

Fonte: elaboração própria, a partir do Banco de Dados da pesquisa **Efetividade dos Movimentos Sociais nas Políticas Públicas em Perspectiva Comparada**.

Tabela 12: Nível de interação nos Repertórios Organizacionais em C2 T1

	A : Extra-Institucional	B : Institucional
1 : Repertórios Organizacionais	26	13

Fonte: elaboração própria, a partir do Banco de Dados da pesquisa **Efetividade dos Movimentos Sociais nas Políticas Públicas em Perspectiva Comparada**.

Nota-se, a partir das Tabelas 9, 10 e 11, que no início da Campanha, a quantificação das ocorrências de repertórios de *interação conflitual* e *cooperação conflitual* muito se diferencia do perfil observado no MDH-ES ao final da Campanha Contra a Impunidade, anos atrás. A proporção de repertórios de *interação conflitual* teve um aumento considerável em sua proporção e as ações classificadas nesta modalidade mantêm-se, segundo a Tabela 10, majoritariamente localizadas no eixo extra-institucional de atuação, contando com uma grande quantidade de atos públicos, seminários e visitas à presídios por parte de ativistas. Já as ocorrências de táticas na modalidade de *cooperação conflitual*, dispostas na Tabela 11, ocorrem em sua totalidade por canais institucionalizados, ou numa interseção com vias extra-institucionalizadas de atuação. As ocorrências nesta modalidade devem-se, em sua maioria, a atuação em entidades como o Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH), no Comitê Estadual para a Prevenção e Erradicação da Tortura (CEPET-ES) e na Secretaria de Justiça.

Por sua vez, a Tabela 12 indica uma manutenção dos perfis referentes à disposição organizacional do MDH-ES em relação ao final da Campanha Contra a Impunidade,

apesar da desmobilização do Fórum Reage. Mesmo com a desmobilização do macrocanal comunicativo e organizacional estabelecido pelas organizações de direitos humanos no fim da década anterior, a base organizacional se manteve fortemente embasada nas instâncias extra-institucionais. Apesar disso, a articulação em formas organizacionais institucionalizada também se fortificou, o que remete às próprias diretrizes de integração herdadas da Campanha Nacional Permanente Contra a Tortura e a Impunidade, findada em 2003, que previa o estabelecimento de canais comunicativos e de cooperação com órgãos públicos e maior incidência sobre a própria formulação de políticas de Estado para a área carcerária. Nessa perspectiva, aumenta a integração de vínculos organizacionais e comunicativos com secretarias, sub-secretarias e instituições participativas, como o CEDH.

3.3.4. O pico da Campanha Contra as Violações no Sistema Prisional

Apesar da proibição das visitas, as denúncias de violações no sistema prisional capixaba aumentaram drasticamente no período de 2006 a 2010 (CEDH, 2011). Conforme explicitado anteriormente neste capítulo, este período foi marcado por um acelerado processo de encarceramento em massa posto em prática durante os dois mandatos consecutivos do governo de Paulo Hartung (PMDB), de 2003 a 2010, como parte das reformas econômicas e políticas de seu governo. Tratava-se de uma concepção de política de redução da criminalidade pautada na culpabilidade da miséria e no encarceramento massivo da população (majoritariamente negra e pobre), cujo modelo demonstra ser pouco eficaz para redução dos índices de criminalidade (RIBEIRO JUNIOR, 2013).

Nesse cenário, os ativistas de direitos humanos percebiam o Governo Estadual enquanto seu maior opositor, imagem que era reforçada tanto pela política prisional em si como pela falta de diálogo e até realização de atos coercitivos. Alguns ativistas consideram a “hegemonia política” de Hartung no executivo e no legislativo decorrente de sua popularidade na população geral como um fator que dificultou ainda mais a criação de canais de comunicação menos conflituosos entre Governo e o MDH-ES. O trecho a seguir, retirado de entrevista com um ativista do MDH-ES, remete a essa crise comunicativa vivenciada no período do pico da Campanha Contra Violações no Sistema Prisional:

O cenário era terrível, porque quando o Paulo Hartung assume o governo, ele

consegue construir entorno do seu projeto político uma unanimidade, uma unanimidade que passava pela Assembleia Legislativa, então, não tem praticamente oposição e por tudo que ele fazia, ele era aplaudido de pé. Tanto assim que, quando ele inventou os contêineres para superar a crise de 2006, e dizer que ele precisava criar uma solução para os presídios que estavam superlotados, para delegacias que estavam superlotados, para os micro-ônibus e para tudo aquilo, ele inventou os contêineres, nós berramos, berramos!, dizendo que aquilo seria um absurdo, que tudo daria errado, que não era correto, não era justo, não era digno colocar seres humanos em contêineres de navios. E ele fez isso com a tranquilidade, como se constrói uma escola. Passou batido pela Assembleia, sabe? De uma forma autoritária como é o jeito dele de governar, sem diálogo. Então assim, era o cenário político muito perverso. [...]De restrição, de falta de diálogo e de uma unanimidade política em torno dele. Então, a Assembleia apoiava tudo que ele fazia, o Ministério Público apoiava tudo que ele fazia, o judiciário apoiava tudo que ele fazia. Por que uma situação como essa de usar contêineres para colocar seres humanos o mínimo que isso poderia ter sido, era como um ato desumano, cruel, um ato de improbidade. Como é que você paga o valor que foi pago para contratar esses contêineres para colocar seres humanos? Ninguém questionou. Tô falando ninguém na estrutura do estado, nós da sociedade civil fizemos tudo que podíamos, mas nada. Era aplaudido como uma solução inovadora. Então, o cenário era de absoluta restrição, de falta de diálogo, de truculência. (Entrevista com ativista do MDH-ES, concedida em 20/11/2016, presente no Banco de Dados da pesquisa **Efetividade dos Movimentos Sociais nas Políticas Públicas em Perspectiva Comparada**).

Diante de tal conjuntura que se desenhara, o sistema prisional ficou conhecido no cenário nacional como “as masmorras de Hartung”. O contexto de superlotação acabou catalisando as práticas degradantes no interior do sistema carcerário brasileiro, incluindo casos de tortura, mortes, esquartejamentos e aprisionamento em estruturas impróprias (vide as famigeradas celas-microondas). Destaca-se que as situações de violações no sistema prisional também eram uma realidade na Unidade de Internação Socioeducativa (UNIS), conforme constatou o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) após receber uma série de denúncias provenientes de organizações do movimento alegando a ocorrência sistemática de abusos e até mortes de adolescentes na unidade (CARLOS, 2015, p.239).

Por fim, a pressão das organizações de direitos humanos no Espírito Santo – onde a crise carcerária se mostrava mais severa –, articulada a outras organizações país afora a partir da rede comunicativa do MNDH e vinculadas a partir do *frame* estabelecido durante a Campanha Nacional Permanente Contra a Tortura e a Impunidade, acabou por constranger o Governo Federal a criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Carcerário em agosto de 2007. Essa CPI realizou diligências em todos os estados da federação, porém, dando ao Espírito Santo uma atenção de destaque devido à

gravidade da situação. Dentre os colaboradores da CPI, constavam inúmeros ativistas da rede do MDH-ES, tanto atores de organizações da sociedade civil como ativistas inseridos no legislativo estadual e local, conforme consta no relatório final da Comissão (Câmara dos Deputados, 2009). A partir dos levantamentos, responsabilizações e recomendações da CPI no nível federal, a situação da crise carcerária capixaba foi sendo gradativamente amenizada nos anos seguintes a partir da desativação imediata das celas contêineres, da ampliação de vagas em caráter de urgência e de medidas variadas como a aplicação de penas alternativas em alguns casos¹¹.

Os perfis de interação e organizacionais observados na atuação MDH-ES durante o período do pico (T2) da Campanha Contra Violações no Sistema Prisional encontram-se expostos abaixo, nas Tabelas 13, 14, 15 e 16:

Tabela 13: Nível de conflituosidade C2 T2

	A : Interação Conflitual	B : Cooperação Conflitual
1 : Repertório de Ação e Interação no T2	76	27

Fonte: elaboração própria, a partir do Banco de Dados da pesquisa **Efetividade dos Movimentos Sociais nas Políticas Públicas em Perspectiva Comparada**.

Tabela 14: Nível de interação nos repertórios conflitivos em C2 T2

	A : Extra Institucional	B : Institucional
1 : Interação Conflitual	55	23

Fonte: elaboração própria, a partir do Banco de Dados da pesquisa **Efetividade dos Movimentos Sociais nas Políticas Públicas em Perspectiva Comparada**.

Tabela 15: Nível de interação nos repertórios de cooperação conflitual em C2 T2

	A : Extra Institucional	B : Institucional
1 : Cooperação Conflitual	2	26

Fonte: elaboração própria, a partir do Banco de Dados da pesquisa **Efetividade dos Movimentos Sociais nas Políticas Públicas em Perspectiva Comparada**.

Tabela 16: Nível de interação nos Repertórios Organizacionais em C2 T2

	A : Extra-Institucional	B : Institucional
1 : Repertórios	8	7

¹¹ Para uma análise dos efeitos políticos da campanha contra as violações no sistema prisional na política pública, vide Carlos (2020, prelo) e Carlos, Dowbor e Albuquerque (2020, prelo).

Organizacionais		
-----------------	--	--

Fonte: elaboração própria, a partir do Banco de Dados da pesquisa **Efetividade dos Movimentos Sociais nas Políticas Públicas em Perspectiva Comparada**.

Nota-se, a partir das Tabelas 13, 14 e 15 que ocorre uma radicalização das rotinas de *interação conflitual* por parte do MDH-ES, invertendo a tendência observada no início T1 da Campanha Contra Violações no Sistema Prisional. Isso se explica devido à crise comunicativa entre a rede de ativismo e o Governo do Estado, o que resultou na ocorrência de múltiplos atos públicos e protestos, sendo muitos deles voltados para a conjuntura de violações estabelecidas e outros para a proibição das visitas e ausência de diálogo com o poder público estadual. Enquanto a maioria dessas ações se dava por vias extra-institucionais, algumas se davam por vias institucionalizadas, a exemplo do protocolamento CEDH e Ministério Público Federal, sendo essa última análise também recorrente para as rotinas na modalidade de cooperação conflitual mobilizadas neste período.

No caso dos repertórios organizacionais, expostos na Tabela 16, observa-se quantitativamente uma descomplexificação da estrutura organizacional da rede de ativismo do MDH-ES quando comparada ao T1 da mesma Campanha. Essa redução não indica, contudo, uma desmobilização, muito pelo contrário. Contudo, neste período, apesar de terem ocorrido muitas ações regionais, elas não ocorriam com a mesma expectativa de outrora, com a preocupação de se organizar e interagir num nível mais compatível com a aproximação e/ou diálogo com o Governo do Estado. Pode-se dizer que no período de pico (pós 2007), muito da expectativa prognóstica dos atores capixabas engajados recaía sobre a incidência sobre a opinião pública, a articulação com organizações internacionais e na atuação do Governo Federal por meio da CPI do Sistema Carcerário. Manteve-se, contudo, uma base organizacional e comunicativa capaz de interagir com essas instâncias-chave e viabilizando ações de protesto para garantir maior visibilidade além de seguir elaborando relatórios e denúncias em nível local e transmitindo-as a outras organizações em nível nacional e internacional (MDH-ES, 2011).

CONCLUSÕES

Esta pesquisa analisou as variações nos perfis de interação e de conflituosidade nos repertórios mobilizados pela rede de ativismo engajada na defesa dos direitos humanos no Espírito Santo no decorrer de duas campanhas: a Campanha Contra a Impunidade (1993-2002) e na Campanha Contra Violações no Sistema Prisional (2004-2010). A partir do Banco de Dados da pesquisa **Efetividade dos Movimentos Sociais nas Políticas Públicas em Perspectiva Comparada**, quantificou-se as ocorrências nas modalidades de repertório de interação e organizacional de acordo com o *nível de interação* e *nível de conflituosidade* para cada temporalidade (início e pico) das duas campanhas estudadas. A partir deste exercício, pôde-se visualizar as transformações nesses perfis, e ponderar possíveis significações para as variações observadas através de uma análise de *framing*, considerando-se as percepções dos ativistas (extraídas via análise de documentos e entrevistas) e o contexto sócio-histórico vivenciado em cada etapa cronológica estudada. Buscou-se realizar a análise em *framing* de forma a ponderar em que medida afetam-se as rotinas empregadas pela rede do MDH-ES pelos processos de construção e transformação dos enquadramentos interpretativos pelos atores coletivos. Analisou-se a transformação desses enquadramentos (ou *frames*) nas instâncias de: 1) *identificação de problemas e direção ou local de atribuição*; 2) *flexibilidade e rigidez, inclusão e exclusividade*; 3) *escopo e influência interpretativos*; 4) *o grau de ressonância* (BENFORD, SNOW, 2000).

Essa dissertação se organizou em três capítulos. No primeiro capítulo foi realizado um levantamento bibliográfico acerca do conceito de *repertório* de Tilly (2008) e suas principais derivações – repertório de interação (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, 2014) e repertório organizacional (CLEMENS, 2010) –, pertinentes à delimitação das variáveis empíricas empregadas análise aqui proposta. No segundo capítulo, foi feita uma revisão dos principais conceitos relacionados aos processos de construção e ressignificação dos *frames* de ação coletiva num contexto de uma mobilização coletiva contínua, sintetizando-se quais dessas variáveis seriam utilizadas na análise das mudanças observadas nas variáveis empíricas propostas. Por fim, o terceiro capítulo apresentou os dados empíricos pertinentes, analisando-os a partir da reconstrução sócio-histórica do contexto das campanhas, juntamente com entrevistas e documentos que

possibilitaram extrair leituras mais aprofundadas sobre a relação entre os *frames* construídos/ressignificados pela rede de ativismo e os perfis de ação e organização observados em cada período da cronologia.

Em termos de análise de dados, pode-se dizer que a pesquisa encontrou indicadores que apontam positivamente para a hipótese da existência de influência entre os *frames* de ação coletiva do MDH-ES e suas variações com as transformações nos perfis de repertórios quantificados. A influência desses enquadramentos é encontrada desde o próprio processo de emergência da rede de ativismo, no qual o Centro de Defesa de Direitos Humanos (CDDH) da Serra obtêm êxito – a partir de anos de trabalho de base e diálogo junto a comunidades, associações, grupos religiosos e partidos políticos – em maximizar a *flexibilidade* e a *ressonância* do *frame* da luta pelos direitos humanos. Essa estratégia possibilitou a ampliação e complexificação da rede de ativismo que posteriormente se engajaria na Campanha Contra a Impunidade, a partir da *atribuição do problema* da impunidade ao crime organizado, posteriormente personificado sob a organização da Scuderie Detetive Le Cocq.

Pode-se dizer que ocorre, na Campanha Contra a Impunidade, um processo gradual de institucionalização dos repertórios de ação, uma vez que os prognósticos envolvidos mostravam-se majoritariamente vinculados a soluções que englobavam ações institucionalizadas (tanto a nível regional como federal). Em contrapartida, no âmbito organizacional, a criação do Fórum Reage Espírito Santo gerou uma complexificação da estrutura extra-institucional de organização, ampliando os potenciais de comunicação, financiamento e gestão da rede de ativismo a partir do plano societal. Já na Campanha Contra Violações no Sistema Prisional, observa-se uma radicalização das rotinas conflitivas e extra-institucionais por parte do MDH-ES, invertendo a tendência observada em seu período inicial. Isso se explica a partir de um processo de construção de um enquadramento de *atribuição do problema* direcionado ao próprio Governo Estadual, que por sua vez, também não se preocupava com dar voz ou espaço aos atores vinculados ao MDH-ES neste período. Em ambas as campanhas, nota-se a importância dada pelos ativistas à ampliação da *flexibilidade*, *escopo interpretativo* e da *ressonância* de suas bandeiras de luta para instâncias federais e internacionais capazes de incidir ou pressionar ações que incidam sobre a problemática enfrentada. No caso do MDH-ES, as escolhas estratégicas, ou *processos estratégicos* tiveram grande peso no processo de

escolha do quando e como agir, e como se organizar, na busca pela resolução das problemáticas em ambas as campanhas estudadas.

Espera-se que estudo possa contribuir com futuras análises mais aprofundadas sobre as questões cognitivas, não necessariamente restritas a análise de *framing*, intrínsecas à atuação do MDH-ES e/ou outros casos de mobilizações coletivas pertinentes à literatura de movimentos sociais. Cultivo, como objetivo futuro, aprofundar-me na compreensão das relações entre a construção e transformação dos *frames* de ação coletiva e a utilização de repertórios específicos pelos movimentos sociais. Buscar-se-á, em trabalhos sequentes, complexificar a análise aqui realizada, buscando inserir um maior leque de variáveis analíticas a partir das quais se busque interpretar a variação empírica experimentada, ou tecer possíveis ponderações sobre como poderia se dar essa complexificação analítica em futuros estudos de caso e/ou em pesquisas inéditas.

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. 2014. “Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência da era Lula”. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357.
- ABERS, Rebecca; VON BÜLOW, Marisa. 2011, “Movimentos Sociais na Teoria e na Prática: Como Estudar o Ativismo através da Fronteira entre Estado e Sociedade? *Sociologias* vol. 3, no 28, pp. 52-84.
- ALONSO, Angela. Repertório, Segundo Charles Tilly – A História de um Conceito. *Sociologia & Antropologia*, v. 2, p. 21-41, 2012.
- BANASZAK, Lee Ann. Blurring the Conceptual Boundaries between the Women’s Movement and the State. In: BANASZAK, Lee Ann. *The Women’s Movement Inside and Outside the State*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 1-29.
- BENFORD, R. SNOW, D. 2000. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. *Annual Review of Sociology*, 26, pp. 611-39.
- BERBRIER, M. 1998. “Half of the battle”: cultural resonance, framing processes and ethnic affectations on white separatists rhetoric. *Soc. Prob.* 45:431-50.
- BLUM-KULKA, S; LIEBES, T. 1993. Frame ambiguities: Intifada narrativization of the experience by Israeli soldiers. In. *Framing the Intifada: people and media*. Ed. AA Cohen G Wolsfeld. Pp.27-52. Norwood, NJ: Ablex.
- BRINGEL, B. 2012. Com, contra e para além de Charles Tilly. *Sociol. Antropol.* vol.2 no.3. Rio de Janeiro. Junho, 2012.
- CABLE, S; SHRIVER, T. 1995. Production and extrapolation of meaning in the environmental justice movement. *Soc. Spectr.* 15:419-42.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. 2009. Relatório da CPI do Sistema Prisional. Brasília.
- CAPEK, SM. 1993. The environmental justice frame: a conceptual discussion and application. *Soc. Prob.* 40:5-24.
- CARLOS, Euzeneia. 2017. *Cooperação e Conflito na Relação Movimentos Sociais e Estado*. *Revista Política & Sociedade*, Florianópolis - Vol. 16 - Nº 35 -p. 321-350.
- CARLOS, Euzeneia. 2015. *Movimentos sociais e instituições participativas: Efeitos do engajamento institucional nos padrões de ação coletiva*. RBCS Vol. 30 nº 88 junho/2015
- CARLOS, Euzeneia. *Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos organizacionais, relacionais e discursivos*. Tese de Doutorado (Ciência Política), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo/USP, 2012.
- CARLOS, Euzeneia. 2014. Mudanças e continuidades no movimento de direitos humanos: padrões organizacionais, relacionais e discursivos. *Opinião Pública*, v. 20, n. 3, p. 450-479.

CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. 2018. Efetividade dos movimentos sociais e políticas públicas em perspectiva comparada. Vitória: CNPq (Edital Universal 2014) e FAPES (Edital Universal 2014). Relatório de pesquisa, **mimeo**.

CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. 2017. Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas Balanço do debate e proposições analíticas. **Civitas**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 360-378.

DOWBOR, Monika; CARLOS, Euzeneia; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. (2018). As origens movimentistas de políticas públicas: proposta analítica aplicada às áreas de criança e adolescente, direitos humanos e saúde. **Lua Nova**, nº 105, pp.47-80.

CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. 2019. Movimentos sociais e políticas públicas em perspectiva comparada: efeitos no ciclo de políticas nos setores de direitos humanos, criança e adolescente e saúde. **Anais... IV Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas**. Porto Alegre.

CARLOS, Euzeneia. (2020). Consequências do movimento de direitos humanos nos programas de proteção da política nacional de direitos humanos. **Dados**, Rio de Janeiro, no prelo.

CARLOS, Euzeneia; SOUZA, Jaqueline Marcelino; GASPARINI, Rodrigo Paris. (2017). Campanha Contra Impunidade e Violência: dinâmicas de mobilização no movimento de direitos humanos no Espírito Santo. **Anais... III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas**. Vitória.

CARROL, WK; RATNER, RS. 1996a. Master frames and counter-hegemony: political sensibilities in contemporary social movements. *Can. Rev. Sociol. Anthropol.* 33:407-35.

CARROL, WK; RATNER, RS. 1996b. Master framing and cross-movement networking in contemporary social movements. *Sociol. Q.* 37:601-25.

CAYRES, Domitila. Ativismo Institucional no coração da Secretaria-Geral da Presidência da República: A Secretaria Nacional de Articulação Social no Governo Dilma Rousseff (2011-2014). Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. 2015.

CDDH. Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra. Cartilha da Festa de Inauguração da Sede Própria. 1992.

CDDH. Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra. Relatório das principais atividades 1984-1988. S/d.

CEDH. Conselho Estadual de Direitos Humanos: Cartilha 15 anos em Revista, Vitória, 2011.

CLEMENS, E. Repertórios organizacionais e mudança institucional: grupos de mulheres e a transformação da política nos EUA, 1890-1920. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 3. Brasília, pp. 161-218. 2010.

COHEN, J. Strategy or Identity: New Theoretical Paradigms and Contemporary Social Movements. *Social Research* Vol. 52, No. 4, Social Movements (WINTER 1985), pp. 663-716.

COY, PG; WOEHRLE, LM. 1996. Constructing identity and oppositional knowledge: the framing practices of peace movement organizations during the Persian Gulf War. *Sociol. Spectr.* 16:287-327.

DAVIES, S. 1999. From moral duty to cultural rights: a case study of political framing in education. *Sociol. Educ.* 72:1-21.

DIMAGGIO, P; POWELL, W. 1983. "The ironcage revisited: institutionalism orphism and collective rationality in organizational fields". *American Sociological Review*, Washington, v. 48, n. 2, p. 147-160.

DOHERTY, B. Tactics. In: SNOW, D. A. et al. (Eds.). *The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social and Political Movements*. Oxford: Blackwell Publishing, 2013.

FRES - Fórum Permanente Contra a Violência Reage Espírito Santo. 2000. Relatório de acompanhamento das atividades da CPI federal do narcotráfico. Vitória.

GAMSON, WA. 1992. The social psychology of collective action. See Morris and Mueller, pp. 53-76.

GAMSON, WA; FIREMAN, B; RYTINA, S. 1982. *Encounters with unjust authority*. Homewood. IL: Dorsey.

GIUGNI, M.; PASSY, F. Contentious politics in complex societies: new social movements between conflict and cooperation. In: GIUGNI, M.; MCADAM, D.; TILLY, C. (orgs.). *From contention to democracy*. Lanham, MA: Rowman & Littlefield, p. 81-107, 1998.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Editora Vozes. 2012.

GOODWIN, J; JASPER, J. 1999. Caught in a Winding, Snarling Vine: The Structural Bias of Political Process Theory. *Sociological Forum*, vol. 14, nº 1, 27-54.

JASPER, J. 2016. *Protesto: Uma introdução aos movimentos sociais*. Editora Zahar.

JASPER, J; POULSEN, J. Recruiting Strangers and Friends: Moral Shocks And Social Networks in Animal Rights and Anti-Nuclear Protests. ***In Social Problems* 42(4):493-512. November 1995 with 222 Reads DOI:10.1525/sp.1995.42.4.03x0129y**

JENNES, V; BROAD, KL. 1994. Antiviolence activism and the (in)visibility of gender in the gay/lesbian and women's movements. *Gend. Soc.* 8:402-23.

JUSTIÇA GLOBAL. 2002. A situação atual da defesa dos direitos humanos no estado do Espírito Santo: assassinatos, ameaças de morte, processos judiciais indevidos e pressões institucionais contra defensores dos direitos humanos.

MCADAM, D; TARROW, S; TILLY, C. 2001. *Dynamics of contention*. Cambridge studies in contentious politics. Cambridge University Press.

MCARTHY, J; ZALD, M. 1973. The trends of social movements in America: professionalization and resource mobilization. Morristown, N. J.: General Learning Press.

MDH-ES. 2011. Relatório de Direitos Humanos no Sistema Prisional do Espírito Santo: atuação da sociedade civil. Vitória.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 1989, 17, p. 49-66.

MELUCCI, A. The Symbolic Challenge of Contemporary Movements. *Social Research*, Vol. 52, No. 4, Social Movements (WINTER 1985), pp. 789-816.

MNDH. 1986. Carta de Princípios do Movimento Nacional dos Direitos Humanos.

MNDH. 2003. Relatório final da Campanha Nacional Permanente de Combate à Tortura e à Impunidade, Setembro.

NÚCLEO PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA. Entrevista com ativista do MDH-ES, concedida em 19/09/2016. Banco de Dados da pesquisa **Efetividade dos Movimentos Sociais nas Políticas Públicas em Perspectiva Comparada**.

NÚCLEO PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA. Entrevista com ativista do MDH-ES, concedida em 11/11/2016. Banco de Dados da pesquisa **Efetividade dos Movimentos Sociais nas Políticas Públicas em Perspectiva Comparada**.

NÚCLEO PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA. Entrevista com ativista do MDH-ES, concedida em 26/08/2016. Banco de Dados da pesquisa **Efetividade dos Movimentos Sociais nas Políticas Públicas em Perspectiva Comparada**.

NÚCLEO PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA. Entrevista com ativista do MDH-ES, concedida em 20/11/2016. Banco de Dados da pesquisa **Efetividade dos Movimentos Sociais nas Políticas Públicas em Perspectiva Comparada**.

PEREIRA, M; SILVA, C. 2017. **Movimentos sociais contemporâneos ação contenciosa: repertórios, táticas e performances**. 18º Congresso Brasileiro de Sociologia. 26 a 29 de julho de 2017, Brasília (DF). GT 22.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. 2006. Lei de Drogas. Lei 11.343/2006, artigo 28, § 2º.

RIBEIRO JUNIOR, H. 2011. "As políticas penitenciárias e de segurança pública do Espírito Santo no governo Hartung (2003-2010)". *Anais do Congresso Brasileiro de Sociologia*, 15, Curitiba, 29.

RIBEIRO JUNIOR, H. 2013. As Políticas Prisionais Capixabas, A Criminalização Seletiva e as Violações aos Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=3eebaed369eb3ae3>>. Acesso em: 01/10/2018.

SNOW, D. BENFORD, R. 1988. "Ideology, Frame Resonance, and Participant Mobilization". Pp. 197-217 in Bert Klandermans, Hanspeter Kriesi, and Sidney Tarrow (eds.), *From Structure to Action: Social Movement Participation Across Cultures*. Greenwich, Conn.: JAI Press.

SNOW, D; BENFORD, R. 1992. Master Frames and Cycles of Protest.

SNOW, D. MCADAM, D. (2000). Identity work processes in the context of social movements: Clarifying the identity/movement nexus. In S. Stryker, T. J. Owens, & R. W. White (Eds.), *Social movements, protest, and contention*; v. 13. *Self, identity, and social movements* (p. 41–67). University of Minnesota Press.

TARROW, S. Confessions of a recovering structuralist. *Mobilization: An International Quarterly*, 2003, 8/1, p. 134-141.

TARROW, S. 2009. O Poder em Movimento: Movimentos Sociais e confronto político. Petrópolis, RJ, Vozes.

TATAGIBA, L; GALVÃO, A. **Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016)**. Opin. Publica vol.25 no.1 Campinas Jan./Apr. 2019 Epub May 16, 2019.

TILLY, C. Contentious Performances. Cambridge, Cambridge University Press. 2008.

TILLY, C. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. In: Traugott, Mark (org.). *Repertoires and cycles of collective action*. Durham, NC: Duke University Press, 1995, p. 15-42.

TILLY, C. Getting it together in Burgundy, 1675-1975. CRSO Working Paper U128, Center for Research on Social Organization, Universidade de Michigan, 1976.

TILLY, C. Identities, boundaries & social ties. Boulder, CO/Londres: Paradigm Publishers, 2005.

TILLY, C. Models and realities of popular collective action. *Social Research* Vol. 52, No. 4, Social Movements (WINTER 1985), pp. 717-747

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.3, Brasília, 2010.

TILLY, C. “Preface” e “Repertoire of contention”. In: TILLY, C. *Regime and Repertoire*. Chicago, The University of Chicago Press. 2006.

TILLY, C.; TARROW, S.; MCADAM, D. To map contentious politics. *Mobilization: An International Quarterly*, 1996, 1/1, p. 17-34.

TILLY, C; TARROW, S. 2007. Contentious Politics. Oxford University Press.

TOURAINE, A. 1985. An introduction to the study of social movements. *Social Research*, 52. p. 749-788.

VALOCCHI, S. 1996. The emergence of the integrationist ideology in the civil rights movement. *Sociologic Problems*. 43:116-30.

WILLIAM, GI; WILLIAMS RH. 1995. “All we want is equality”: rhetorical framing in the fathers’ rights movement. In *Images of Issues*, ed. J Best, pp. 191-212. New York: de Gruyter. 2nd Ed.